

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

Camila Weber

**SUCESSÃO GERACIONAL EM PROPRIEDADES RURAIS DE ASSOCIADOS A
COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS: UMA ABORDAGEM SOBRE JOVENS
MULHERES**

Palmeira das Missões, RS
2020

Camila Weber

**SUCESSÃO GERACIONAL EM PROPRIEDADES RURAIS DE ASSOCIADOS A
COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS: UMA ABORDAGEM SOBRE JOVENS
MULHERES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Campus de Palmeira das Missões, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Agronegócios**.

Orientador: Dr. Adriano Lago

Palmeira das Missões, RS
2020

Weber, Camila
SUCESSÃO GERACIONAL EM PROPRIEDADES RURAIS DE
ASSOCIADOS A COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS: UMA ABORDAGEM
SOBRE JOVENS MULHERES / Camila Weber.- 2020.
154 p.; 30 cm

Orientador: Adriano Lago
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Campus de Palmeira das Missões, Programa de Pós
Graduação em Agronegócios, RS, 2020

1. Reprodução social 2. Gênero 3. Cooperativismo I.
Lago, Adriano II. Título.

Camila Weber

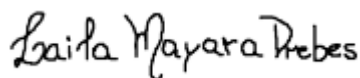
**SUCESSÃO GERACIONAL EM PROPRIEDADES RURAIS DE ASSOCIADOS A
COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS: UMA ABORDAGEM SOBRE JOVENS
MULHERES**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em Agronegócios, da Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM, RS) – Campus Palmeira das Missões,
como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestra em Agronegócios.

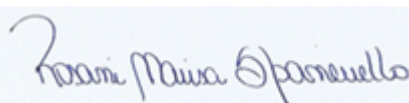
Aprovada em 11 de dezembro de 2020:



Adriano Lago, Dr. (UFSM)
(Presidente/ Orientador)



Laila Mayara Drebes, Dra. (Unifesspa)



Rosani Marisa Spanevello, Dra. (UFSM)

Palmeira das Missões, RS
2020

DEDICATÓRIA

Dedico esta conquista às mulheres que me inspiram a lutar e nunca desistir: vó Eunice e mãe Maria, a vocês a minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, minha família, professores, colegas e amigos do Projeto de Pesquisa “Análise da Sucessão Geracional em Cooperativas Agropecuárias de Distintos Segmentos do Rio Grande do Sul”, financiado pelo CNPQ/SESCOOP, e a todas as pessoas que contribuíram para que meu sonho se tornasse realidade.

RESUMO

SUCESSÃO GERACIONAL EM PROPRIEDADES RURAIS DE ASSOCIADOS A COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS: UMA ABORDAGEM SOBRE JOVENS MULHERES

Autora: Camila Weber
Orientador: Adriano Lago

Desde meados do século XX, as unidades produtivas familiares vivenciam constrangimentos, frente ao processo acentuado da migração de jovens rurais para os centros urbanos. Esse cenário condiciona o entendimento das diferentes decisões tomadas por esses jovens que repercutem na reprodução social e econômica das propriedades em que estão inseridos. Diferentes abordagens apresentam significativas distinções entre homens e mulheres no âmbito rural, sendo que a mulher se encontra num patamar de desvantagem, e, por isso, decide, quando possível, migrar para o urbano para assim obter sua autonomia e renda própria. Entre inúmeros elementos condicionantes à migração das jovens rurais, um dos principais problemas atrelados a ela está centrado na continuidade do rural através do processo de sucessão geracional, ou seja, trata-se da prática em que as filhas assumem o lugar dos pais na gestão dos negócios, patrimônio e na sequência da propriedade. Diante do exposto, o estudo teve como objetivo principal analisar a dinâmica sucessória das jovens mulheres em propriedades rurais vinculadas a cooperativas agropecuárias de diferentes segmentos no Rio Grande do Sul. As jovens são associadas ou filhas de associados das cooperativas, com idades entre 18 e 30 anos, pertencentes a duas regiões do Estado, sendo a Noroeste e Centro Oriental. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e quantitativa, utilizando-se o instrumento de coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas. O procedimento utilizado para a análise dos dados foi a análise de conteúdo. Foram realizadas 56 entrevistas, e a escolha das jovens deu-se de acordo com a existência das participantes nas condições propostas pelo estudo. Na percepção das respondentes, o protótipo de que a participação das mulheres no meio rural está condicionada a atividades consideradas femininas, menos penosas ou de nenhuma decisão dentro da gestão, já não se faz tão real, frente as atividades que desempenham atualmente nas propriedades. As jovens destacam uma maior participação nas atividades e decisões da propriedade, pois optaram por permanecer no rural, motivadas pela vontade e gosto pelo trabalho agrícola, além da busca por conhecimentos através dos estudos, o que possibilitou que voltassem à propriedade. O fato é que elas possuem a oportunidade de opinar e decidir sobre a gestão da propriedade, mas a decisão final é sempre do pai, o que de certa maneira as distancia da gestão e conseqüentemente do processo sucessório, deixando margem para que a jovem que busca autonomia e renda própria (uma vez que a maioria delas ainda pede dinheiro aos pais quando precisa) acabe deixando a atividade do rural, morando nele e indo trabalhar na cidade. Embora os dados da pesquisa mostrem que as jovens estão em processo sucessório e na sua maioria em uma atividade na propriedade, observa-se a participação significativa dos seus companheiros/cônjuges que vieram para a propriedade, tornando-se mão de obra, e em alguns casos assumindo o papel de sucessores geracionais no lugar das filhas. Contudo, o estudo deixa evidente a importância social e econômica que as cooperativas agropecuárias possuem frente a dinâmica sucessória das propriedades rurais, através das suas ações vistas ao desenvolvimento local e regional e perceptíveis pela grande maioria das jovens. De modo geral, as jovens mulheres apontam como tímidas as ações voltadas para elas, atrelando outros elementos como determinantes para que a efetivação de sua condição enquanto sucessora geracional ocorra de maneira fluente e planejada.

Palavras-chaves: Reprodução social; Gênero; Cooperativismo.

ABSTRACT

GENERATIONAL SUCCESSION ON RURAL PROPERTIES OF AGRICULTURAL COOPERATIVE ASSOCIATES: AN APPROACH CONCERNING YOUNG WOMEN

Author: Camila Weber

Advisor: Adriano Lago

Since the middle of the 20th century, family production units have experienced constraints, in the face of intense rural youth migratory flux to the urban centers. This scenario conditions to the understanding of different decisions made by these young, reverberating in the social and economic reproduction of the rural properties in which they are inserted. Different approaches present significant distinctions between men and women in the rural ambit, women are found at a disadvantage level, and therefore, decide when possible, to migrate to the urban centers in order to obtain their autonomy and independent income. Between innumerable elements conditioning the rural youth to migration, a main problem linked to it is centered on the continuity of the rural through the process of generational succession, which is the practice of daughters assuming from their parents the control of the business' management, patrimony and property continuation. Given the background, this study's main objective is the analysis of succession dynamics of young women within rural properties that are part of agricultural cooperatives of different productive segments in the Rio Grande do Sul state. The young women, ages ranging from 18 to 30 years old, are associates or daughters of cooperative associates, and live in the Northwest and Middle Eastern regions of the state. The research is qualitative and quantitative, utilizing semi-structured interviews as the way of collecting data. Procedure for data examination was the analysis of content. Were carried out 56 interviews and the young women were chosen meeting the criteria proposed by this study. In the view of the correspondents, the prototype that women participating in the rural environment is conditioned to activities and chores deemed as feminine, less heavy, less demanding, possessing no decision in the management, is not a reality anymore in face of the activities they actually develop on the property. These young women stand out to a greater participation in activities and property's decisions, they have opted to remain in the rural, motivated by will and fondness of the agricultural work, beyond the search for knowledge through studies that have allowed them to return to the properties with improved education. The fact is that they possess the opportunity of opinion and decision over the property's management, however is also noted that they may give opinion, nevertheless the final word will be given by the father, which in a certain way repels them from the management and consequently from the succession process, giving area for the young women to search for their own individual income and autonomy, (since the majority is required to ask their parents for money when needed), leaving the rural activities, although still residing in the rural, but choosing to work in the city. Albeit the research data have shown that the young women are inserted in the succession process and, the majority, in one type of activity, it has been observed the increasing participation of their partners/husbands that have come to the property, exerting labor on it and in some cases assuming the role of generational successors in place of their wives. Furthermore, the study makes evident the social and economic importance that agricultural cooperatives possess regarding the succession dynamics within rural properties through actions targeting local and regional development, actions that have been perceived by the majority of the young women. Women have pointed as

small the actions aimed at them, linking other elements as decisive to guaranteeing that their fulfilment as generational successors occurs in a fluent and planned manner.

Keywords: Social reproduction; Genre; Cooperativism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização dos municípios.....	67
Figura 2 - Idade das jovens sucessoras.....	69
Figura 3 - Acesso aos meios de comunicação	76
Figura 4 - Renda bruta mensal das propriedades.....	79
Figura 5 - Formas de preparação para a sucessão entre as jovens da Cooperativa de Carnes	103
Figura 6 - Formas de preparação para a sucessão entre as jovens da Cooperativa de Grãos .	105
Figura 7 - Formas de preparação para a sucessão entre as jovens da Cooperativa de Leite ..	107
Figura 8 - Percentual de associadas das cooperativas de Carne, Grãos e Leite	114
Figura 9 - Acesso às informações da Cooperativa	119
Figura 10 - Ações realizadas pela cooperativa	121
Figura 11 - Ações realizadas pela cooperativa para jovens mulheres/as ações.....	123
Figura 12 - Fatores e ações que a cooperativa possui que favorecem o desenvolvimento social e econômico das famílias associadas.....	125
Figura 13 - Ações realizadas pela cooperativa para jovens mulheres	127
Figura 14 - Fatores e ações que a cooperativa possui que favorecem o desenvolvimento social e econômico das famílias associadas.....	128
Figura 15 - Ações realizadas pela cooperativa para jovens mulheres/as ações sugeridas.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Identificação das jovens	73
Tabela 2 - Distância da propriedade até a sede do município	74
Tabela 3 - Total de área disponível da propriedade.....	77
Tabela 4 - Produtos agropecuários produzidos na propriedade.....	78
Tabela 5 - Divisão do trabalho nas propriedades	81
Tabela 6 - Participação na gestão da propriedade rural.....	84
Tabela 7 - Divisão da renda nas propriedades	87
Tabela 8 - Processo de definição de sucessão	96
Tabela 9 - Permanência no campo associada à propriedade paterna.....	111
Tabela 10 - Formas de participação das jovens na Cooperativa de Carnes.....	116
Tabela 11 - Formas de participação das jovens na Cooperativa de Grãos	117
Tabela 12 - Formas de participação das jovens na Cooperativa de Leite.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura da entrevista.....	63
Quadro 2 - Municípios da pesquisa, população-alvo e amostra	65
Quadro 3 - Síntese da caracterização das jovens, conforme atributos que mais se repetiram..	74
Quadro 4 - Síntese da caracterização das propriedades, conforme atributos que mais se repetiram.....	80
Quadro 5 - Atividades realizadas pelas jovens sucessoras. Cooperativa de Carnes.....	90
Quadro 6 - Atividades realizadas pelas jovens sucessoras. Cooperativa de Grãos	91
Quadro 7 - Atividades realizadas pelas jovens sucessoras. Cooperativa de Leite	93
Quadro 8 - Síntese da inserção das jovens nas propriedades rurais	94
Quadro 9 - Síntese do processo sucessório.....	113
Quadro 10 - Síntese da relação das jovens com as cooperativas.....	120
Quadro 11 - Síntese da participação da cooperativa no processo decisório.....	133

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	26
1.2 OBJETIVOS	27
1.2.1 Objetivo geral	27
1.2.2 Objetivos específicos	28
1.3 JUSTIFICATIVA	28
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	32
2.1 O SISTEMA COOPERATIVO	32
2.1.1 O cooperativismo mundial e brasileiro	32
2.1.2 O cooperativismo e suas contribuições	36
2.2 A MULHER NO CENÁRIO RURAL	39
2.3 A INSERÇÃO DAS MULHERES NO COOPERATIVISMO	43
2.4 A SUCESSÃO GERACIONAL NAS PROPRIEDADES RURAIS	47
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	60
3.1 MÉTODO E CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	61
3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS ..	62
3.3 COLETA DE DADOS	63
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	64
3.5 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA	64
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	68
4.1 AS JOVENS MULHERES SUCESSORAS ASSOCIADAS OU FILHAS DE ASSOCIADOS DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS	68
4.1.1 Caracterização das jovens entrevistadas	68
4.1.2 Caracterização das propriedades rurais	74
4.1.3 A inserção das jovens nas propriedades rurais	80
4.2 COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E SUCESSÃO GERACIONAL	95
4.2.1 O processo de sucessão geracional nas propriedades rurais	95
4.2.1.1 Processo sucessório das jovens da Cooperativa de Carnes	97
4.2.1.2 Processo sucessório das jovens da Cooperativa de Grãos	99
4.2.1.3 Processo sucessório das jovens da Cooperativa de Leite	100
4.2.2. Formas de Incentivo à permanência na propriedade	102
4.2.2.1 Formas de incentivo às jovens da Cooperativa de Carnes	102
4.2.2.2 Formas de incentivo às jovens da Cooperativa de Grãos	104
4.2.2.3 Formas de incentivo às jovens da Cooperativa de Leite	107
4.2.3 A inserção das jovens nas cooperativas e a importância no processo de sucessão	113
4.2.3.1 Cooperativa de Carnes	121
4.2.3.2 Cooperativa de Grãos	125
4.2.3.3 Cooperativa de Leite	127
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	140
APÊNDICE A	148
ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM JOVENS SUCESSORAS	148

1 INTRODUÇÃO

As mulheres rurais brasileiras, segundo dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), apresentam desvantagem quanto aos homens quando se refere à autonomia do processo de gestão e produção no meio rural. Conforme o Censo Agropecuário de 2017, as mulheres à frente da gestão de propriedades rurais somam 947 mil, 19% das propriedades do país, administrando no total 30 milhões de hectares, o que corresponde apenas a 8,5% da área total ocupada das propriedades rurais no país. Ainda, de acordo com as mesmas fontes, a região Centro-Oeste tem a menor proporção de mulheres gestoras (6%), seguida da região Sul (11%), Norte (12%), Sudeste (14%) e Nordeste (57%), podendo ser possível também visualizar as diferenças entre as atividades econômicas e produtivas realizadas por mulheres proprietárias e não proprietárias¹: as mulheres tidas como proprietárias exercem 50% das atividades de pecuária, 32% das lavouras temporárias e 11% das lavouras permanentes, enquanto as não proprietárias somam 42% das atividades de lavouras temporárias, 39% da pecuária e 7% da produção de lavouras permanentes.

Esse cenário estatístico descrito retrata, em última análise, as dificuldades da inserção produtiva, de gestão e geração de renda das mulheres rurais, em especial quando comparadas aos homens. Para melhor compreender estas diferenças entre os sexos e o papel da mulher na reprodução socioeconômica do meio rural, ressalta-se que, nas últimas décadas, as mulheres rurais brasileiras, especialmente no sul do Brasil, têm sido foco de distintos estudos acadêmicos com destaque para os trabalhos que tratam da inserção das mulheres nas políticas públicas, na superação da desigualdade de gênero no âmbito do trabalho agrícola e não agrícola, sobre a violência, sobre o envelhecimento rural feminino, da participação das mulheres nos movimentos sociais e sindicais, além de estudos relativos à migração jovem feminina e seus efeitos nas propriedades e no meio rural.

A migração jovem feminina é identificada nos dados censitários. Historicamente, nota-se que a preocupação com esse processo é pertinente, pois dados dos censos demográficos IBGE, em 1950, demonstravam que a população rural no Brasil representava 63,84% do seu total. O estado do Rio Grande do Sul apresentava um percentual de 65,86% em sua população rural no mesmo período. Já no ano de 2010 esses números caíram significativamente, a

¹ Produtoras sem área; concessionárias ou assentadas aguardando titulação definitiva; ocupantes; comandatárias; parceiras ou arrendatárias.

população rural brasileira era de 15,64% e a população rural do Rio Grande do Sul um percentual de 14,9% (IBGE, 2010). No estado do Rio Grande do Sul segundo mesma fonte, há menos mulheres do que homens no meio rural. Em relação a estratificação por faixa etária, são 108.552 jovens de idades entre 15 e 24 anos, 359.681 adultas na faixa etária entre 25 e 59 anos, o que reproduz a consolidação de um meio rural masculinizado, conforme estudos na área, onde a migração da jovem mulher acontece de maneira gradativa.

Um dos principais problemas atrelados à migração das jovens mulheres está centrado na continuidade do rural através do processo de sucessão geracional, ou seja, trata-se do processo em que as filhas assumem o lugar dos pais na gestão dos negócios, patrimônio e na continuidade da propriedade. Segundo Paulilo, De Grande e Silva (2003), a filha só se torna herdeira e assume a gerência da propriedade quando o pai vier a falecer e for filha única. Numa outra perspectiva, quando ocorre a partilha entre os herdeiros, a filha costuma vender a sua parte da propriedade para o irmão que tem a pretensão de continuar no rural e ela migrar para a cidade para estudar, trabalhar e constituir família. Uma vez que isso não ocorre, ela geralmente fica no seio familiar e desempenha atividades domésticas, sob a coordenação do irmão e, quando necessário, atua nas atividades do campo. Os diversos estudos trazem uma relevante diferença entre homens e mulheres no espaço rural, sendo que a mulher encontra-se num patamar de desvantagem e por isso opta, quando possível, por migrar para o urbano e assim obter sua independência, pois, ao receber a herança, o filho fica com a propriedade e conseqüentemente se torna o sucessor geracional, e a filha recebe ajuda financeira para estudar, fazer o enxoval, entre outras características notórias de diferenciação entre os sexos (CARNEIRO, 2001).

Apesar do cenário descrito acima por Paulilo (2003) e Carneiro (2011), a sucessão geracional contemplada em inúmeros estudos traz diferentes fatores atrelados à sua modificação no decorrer do tempo, pois o que antes acontecia de forma natural, hoje é influenciado por diferentes motivações relacionadas aos incentivos materiais e simbólicos que os pais podem dar às filhas e aos filhos (MOREIRA et al., 2020). No entanto, as jovens ainda continuam sendo a minoria nesse processo de transmissão da gerência e da propriedade.

O resultado, ainda que possa ser considerado benéfico as moças deixarem o campo em busca de trabalho e renda nas cidades, tem gerado diversos impactos considerados negativos no meio rural. Entre estes efeitos estão o envelhecimento no campo como um processo social, as dificuldades de constituição de novas famílias ou uniões estáveis, a redução de alimentos de autoconsumo, a diminuição da oferta de mão de obra, a perda de um capital social mais escolarizado e mais aberto às inovações do que as gerações mais antigas, o encolhimento de estruturas sociais, como escolas e centros comunitários devido à diminuição dos jovens, a

diminuição do quadro de associados de organizações coletivas, como sindicatos e cooperativas agropecuárias pela baixa adesão de jovens, entre outros (MATTE, SPANEVELLO e ANDREATA, 2016).

Conforme Lago e Spanevello (2007), estruturas como cooperativas agropecuárias dependem do processo de sucessão geracional das propriedades, pois somente produtores rurais podem fazer parte do seu corpo de associados, necessitando renovações de quadros de forma periódica como forma de dinamizar a gestão, lideranças e novos negócios nas próprias cooperativas. Neste sentido, o ingresso de jovens sucessores como associados é fundamental para as cooperativas. Por isso, a sucessão geracional é um aspecto de interesse das cooperativas agropecuárias.

As cooperativas e o cooperativismo de forma mais geral, dentro do cenário brasileiro, possuem um significativo papel na sua economia, pois representam quase 50% do PIB (Produto Interno Bruto) agrícola. O setor agropecuário é o que possui um destaque especial com 1.597 organizações e 180,1 mil produtores cooperados e envolve mais de 1 milhão de pessoas, conforme o MAPA (BRASIL, 2019). Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE, presume-se que 48% do que se produz no campo brasileiro está atrelado, de alguma maneira, a uma cooperativa (IBGE, 2018).

Na conjuntura global, as cooperativas agropecuárias cumprem um papel significativo no contexto econômico e social, além de potencializarem o desenvolvimento do meio em que estão inseridas, proporcionando, principalmente aos pequenos proprietários, oportunidades de competitividade no mercado agrícola, o que individualmente seria inviável por não alcançarem determinados mercados e, conseqüentemente, não conseguirem escoar sua produção, acarretando a inviabilidade de permanecer no meio rural.

Além da importância econômica advinda das cooperativas, estas também possuem fortes influências sobre a identidade cultural dos agricultores associados e sua família, o que potencializa o agricultor como figura basilar do crescimento e manutenção da cooperativa (SILVA, VIEIRA, BERNARDO-ROCHA, 2006). Nesse viés, os princípios do cooperativismo singularizam a importância da figura do associado principalmente em sua decisão voluntária e livre de fazer parte da cooperativa. Assim, o primeiro deles enfatiza que as “cooperativas são organizações voluntárias abertas para todas as pessoas aptas para usar seus serviços e dispostas a aceitar suas responsabilidades sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa” (OCB, 2009; SESCOOP, 2019).

Dessa forma, as cooperativas interferem de maneira direta dentro das propriedades, seja de forma econômica, social, assistencial, seja informativa e, com isso, podem contribuir

decisivamente para que as novas gerações de filhos de produtores, em especial as jovens mulheres, escolham permanecer no rural.

Se a sucessão geracional é fundamental para as cooperativas agropecuárias, é preciso estratégias e ações voltadas a trazer as jovens para participar das cooperativas. Dados do IBGE, Embrapa e MAPA mostram que das 19% que estão à frente da gestão, pouco mais de 5% fazem parte de alguma organização associativa como cooperativa.

Ademais, a sucessão geracional ainda é como um divisor de águas na continuidade da propriedade, bem como da cooperativa, e cabe ressaltar que o processo sucessório dentro das propriedades ainda é voltado para os filhos homens, principalmente no sul do Brasil, mesmo que as mulheres, em especial as jovens, ocupem um papel indispensável na agricultura e venham conquistando espaços na sociedade. Elas ainda são vistas como alguém que auxilia nas atividades na propriedade e não contribuem monetariamente na renda familiar.

Os estudos demonstram que a realidade frente à situação da mulher na agricultura, vista mundialmente, segue os mesmos modelos e deficiências. Num estudo de caso enfatizando o desenvolvimento de laticínios na cooperativa de laticínios de Pangalengan, em Java Ocidental, na Indonésia, o autor relata que, quando se trata de gênero, poucas medidas eficazes existem para apoiar o desenvolvimento eficiente e efetivo da cooperativa de laticínios. Falta, nesse sentido, uma implementação e aplicação efetiva de políticas, uma vez que essas não são organizadas, principalmente no que tange à formalização e regulamentação explicitamente inclusivas de gênero como impostas às cooperativas (WIJERS, 2019).

Este estudo tem como pano de fundo a continuidade das propriedades rurais através do processo de permanência das jovens mulheres, com foco na forma como as organizações cooperativas agropecuárias fomentam esta permanência feminina entre as filhas de produtores associados. Assim, a relevância do estudo é no sentido de contextualizar essa perspectiva de gênero e juventude, partindo da visão das jovens mulheres inseridas nas famílias de associados em cooperativas agropecuárias de diferentes segmentos, localizadas no estado do Rio Grande do Sul.

A presente dissertação é composta de 5 capítulos entre eles a introdução que apresenta a problematização que tem o enfoque na sucessão geracional, os objetivos que foram alcançados através dos resultados e a justificativa que apresenta a relevância do estudo.

O segundo capítulo traz a contribuição de inúmeros autores e estudos, através da revisão bibliográfica que norteiam o estudo, referenciando o Cooperativismo, a Sucessão Geracional, a inserção da jovem mulher no meio rural. Já o terceiro capítulo reporta-se aos procedimentos metodológicos utilizados para obtermos o conhecimento final desse trabalho.

O quarto capítulo retrata a apresentação da análise dos resultados obtidos por meio da pesquisa de campo realizada, propiciando responder à pergunta de pesquisa e aos objetivos propostos pela dissertação. O quinto e último capítulo contempla as considerações finais.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Nesta pesquisa tem-se como enfoque a discussão da sucessão geracional dentro das propriedades rurais, num contexto geográfico de cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul. Levou-se em consideração os elementos que condicionaram as jovens mulheres participantes do estudo a sucederem suas propriedades, com o intuito de dar continuidade a elas.

Nesse sentido, para melhor exemplificar a temática contextualizada apresenta-se, a seguir, a problemática proposta através do entendimento de outros pesquisadores sobre o tema central, que é a sucessão geracional.

Segundo Silvestro et al. (2001), as propriedades rurais do Rio Grande do Sul, assim como o restante do Brasil, vivem momentos de apreensão e inconstância em virtude do processo migratório, principalmente dos jovens rurais para os grandes centros urbanos. Desse modo, a sucessão geracional coloca-se num patamar de relevância no cenário da agricultura atual, pois sua existência condiciona a continuidade do rural e afirma o seu comprometimento com a sociedade global, referente à sua contribuição para alimentar o mundo nos próximos anos.

A participação das mulheres no rural, segundo Brumer (2004), apresenta-se culturalmente por meio de atividades consideradas femininas, tais como trabalhos domésticos, educação dos filhos, cultivos de menor esforço, como hortas, entre outras, e fazem com que exista uma invisibilidade socioeconômica que permeia o reconhecimento da ocupação de agricultora ao longo do tempo até a atualidade.

A autora ainda afirma que, no contexto atual, as atividades realizadas pelas mulheres no meio rural são vistas como ajuda à estrutura familiar, mesmo que o trabalho se equipare ao masculino. Como consequência dessa realidade, tem-se uma parcela importante de jovens mulheres desmotivadas, que optam pela migração para o meio urbano, uma vez que o rural não corresponde a suas perspectivas profissionais e financeiras (BRUMER, 2004).

A sucessão geracional vem sofrendo influências que repercutem na decisão direta do potencial sucessor, impactando, por sua vez, sua decisão em um novo rumo ao rural. Uma vez que a temática da sucessão geracional no meio rural influencia, além do econômico das famílias e empresas rurais, o desenvolvimento dos meios de vida ou o destino do estabelecimento em

que se encontram, é necessária uma atenção especial para essas novas gerações, preocupando-se em formar novos sucessores, proporcionando novos conhecimentos que, agregados àqueles passados de pais para filhos, permitam uma continuidade e evolução do fruto do trabalho de toda a família (ABRAMOVAY et al., 1998).

Junto à expectativa da decisão positiva pela permanência do jovem no rural tem-se a cooperativa como uma aliada nessa perspectiva. Os estudos de Spanevello e Lago (2007) trazem a atuação das cooperativas agropecuárias como organizações que influenciam influenciadoras positivamente sobre as estruturas familiares, qualificando-as como uma “extensão da propriedade do associado”, uma vez que sua interferência na propriedade e na vida do associado vão muito além dos aspectos econômicos e produtivos.

Ainda salientam Spanevello e Lago (2007) que através de fatores adotados pelas cooperativas, como proporcionar ao associado acesso à assistência técnica, o crédito, fornecimento de insumos e comercialização de produtos, cursos e treinamentos, é possível que a cooperativa influencie na permanência de sucessores nas propriedades, o que significa que ela pode contribuir na tomada de decisão do jovem em permanecer como sucessor geracional.

Nesse sentido, têm-se uma compreensão de que as cooperativas podem contribuir na sucessão das propriedades de seus associados. Além de serem organizações com responsabilidade social, atuando no meio rural como promotoras de desenvolvimento, as cooperativas necessitam da renovação de seu quadro social através da sucessão geracional dos seus antigos associados, para se manterem atuantes.

Considerando as questões pontuadas e a importância da temática da sucessão geracional para as cooperativas agropecuárias, pressupõe-se ser pertinente apontar o cenário relativo à sucessão geracional nas diferentes cooperativas estudadas, e a perspectiva das filhas de associados com possibilidades sucessórias em suas propriedades rurais.

Baseado nesse contexto, o problema de pesquisa é definido com a seguinte questão norteadora: **Quais são as perspectivas sucessórias das filhas de associados de cooperativas agropecuárias?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a dinâmica sucessória das jovens mulheres em propriedades rurais vinculadas a cooperativas agropecuárias de diferentes segmentos no Rio Grande do Sul.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar as características das propriedades rurais e o perfil das jovens mulheres sucessoras;
- Realizar uma análise sobre o processo sucessório das jovens mulheres nas propriedades rurais;
- Compreender a influência das cooperativas no processo de definição das jovens mulheres como sucessoras.

1.3 JUSTIFICATIVA

Aspectos relevantes motivaram o estudo em torno da sucessão geracional, tendo como público-alvo filhas de associados de cooperativas de diferentes segmentos agropecuários do estado do Rio Grande do Sul. Num primeiro momento, ressalta-se que os processos sociais e culturais que marcaram e que de alguma maneira ainda marcam o meio rural brasileiro atribuem papéis distintos aos homens e às mulheres. De acordo com Diniz e Canaveghi (2013), a origem desta desigualdade é histórica na sociedade e está diretamente relacionada com a forma de como se visualiza o papel das mulheres nas instituições políticas, sociais e culturais do nosso país.

Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), o número de estabelecimentos agropecuários onde as mulheres estão à frente da propriedade no Brasil apresenta um percentual de 18,65% e no estado do Rio Grande do Sul o número é ainda menor, um percentual de 12,03% de mulheres à frente das propriedades.

Mesmo que as mulheres possuam papel fundamental na economia rural, contribuindo significativamente com seu trabalho na agricultura e pecuária, em diversas ocasiões, acabam não sendo reconhecidas perante à sociedade pelo trabalho produtivo agrícola que realizam, em razão de alguns fatores, dentre eles, suas contribuições para a produção de alimentos para o sustento da própria família e suas responsabilidades domésticas, atividades estas que possuem elevada carga de trabalho, mas que não são remuneradas, o que as limita de participar de outras atividades que possam contribuir com a geração de renda familiar (FAO, 2011).

Embora este cenário venha sendo alterado ao longo das últimas décadas, período no qual as trabalhadoras rurais conquistaram direitos como a aposentadoria rural e o salário maternidade e, mais recentemente, passaram a ser beneficiárias das políticas nacionais de crédito rural, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que criou em 2003 uma linha de financiamento específica denominada PRONAF

Mulher. Ainda se tem muito a avançar no sentido de que se aceite a mulher na agricultura como “figura” indispensável para o desenvolvimento do agronegócio mundial (FAO, 2011).

Contudo, esta invisibilidade e falta de reconhecimento do trabalho feminino no interior das propriedades rurais também reflete na participação restrita das mulheres em órgãos externos que se estendem às propriedades, tais como instituições bancárias, sindicatos, cooperativas, dentre elas as agropecuárias, especialmente na região Sul, reflexo da população formadora do estado, sejam imigrantes, sejam colonizadores, que determinaram o comportamento social e econômico, emergindo nessas regiões aquilo que trouxeram intrinsecamente consigo de seus países de origem.

Essa dinâmica é acentuada na região sul, onde não existem estudos que tragam as mulheres como gestoras, associadas e principalmente protagonistas do desenvolvimento de cooperativas, mesmo porque, no Brasil, a participação da mulher em cooperativas na condição de cooperadas era de 36% no ano de 2018, tendo um acréscimo de 3% em relação ao ano de 2014. Já na condição de dirigente, as mulheres representavam, em nível de Brasil, o percentual de 25% em 2018 (OCB, 2019).

Outra razão que deu origem ao presente estudo foi a análise do estado da arte, em que os autores Spanevello e Lago (2007) e Drebes e Spanevello (2017) apontam as cooperativas agropecuárias como órgãos que influenciam diretamente dentro das propriedades rurais, sendo caracterizadas como “extensão da propriedade do associado”, pois suas atividades interferem além dos aspectos econômicos e produtivos. A interação com os associados e nessas condições estendidas à família, em especial às mulheres e jovens, através de comercialização da produção, assistência técnica, fornecimento de crédito, aperfeiçoamento produtivo e tecnológico, treinamentos e cursos, são características que possibilitam às cooperativas influenciar na permanência de um sucessor na propriedade e de forma otimista uma sucessora.

A maneira como as cooperativas agropecuárias da região do Alto Jacuí – RS, área de abrangência de estudo das autoras, trabalham a sucessão geracional dentro do seu quadro de associados demonstra motivação por parte de todas as cooperativas agropecuárias em relação à temática da sucessão. Suas ideias são claras: sem sucessão não existem novos agricultores e não ocorre a renovação entre os associados. Dessa forma, as cooperativas estão “amarradas” à continuidade das propriedades dos associados se houver o ato da sucessão entre pais e filhos, contribuindo assim com a manutenção das novas gerações no meio rural e na agricultura. A sobrevivência das cooperativas agropecuárias exige a sobrevivência das propriedades rurais, que por sua vez exige que os filhos assumam a sucessão geracional (DREBES e SPANEVELLO, 2017).

Os vínculos estabelecidos entre cooperativas e propriedades são muito mais presentes e visíveis, sobretudo com os agricultores familiares, se comparados aos patronais, pois os familiares apresentam áreas menores, carecem do auxílio da assistência técnica cooperativa e muitos apresentam a cooperativa como o principal canal de comercialização da produção. Por isso, eles constituem-se como o segmento mais ativo entre os agricultores, necessitando de auxílio das cooperativas para resistir aos riscos e estabilizar seus rendimentos (BIALOSKORSKI NETO, 2007). É notória a pouca tradição de estudos que contemplam a relação entre sucessão geracional e cooperativismo agropecuário. Constatou-se ainda que os estudos são mais restritos, ou praticamente inexistentes, em relação à abordagem da inserção das mulheres nas cooperativas.

Outro elemento que justifica o referido estudo é sua inserção em um projeto maior, contemplado na chamada CNPq/SESCOOP N° 007/2018, processo de execução de n° 402.916/2018, o qual se propõe a realizar um diagnóstico sobre as perspectivas sucessórias dos filhos de associados de três cooperativas agropecuárias pertencentes ao segmento grãos, leite e carnes, localizadas em distintas regiões do estado do Rio Grande do Sul, financiado com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), permitindo, com isso, a oportunidade de realizar uma pesquisa aprofundada com as jovens mulheres que optaram por permanecer na propriedade, sucedendo seus pais na agricultura, uma vez que existe pouca tradição no que tange à realização de estudos voltados ao público feminino especialmente às jovens mulheres ligadas a uma cooperativa agropecuária.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo apresenta uma abordagem bibliográfica que norteia o estudo e permite fundamentar os resultados obtidos. Dentro dessa dinâmica, propõe-se uma contextualização sobre o universo cooperativo e suas contribuições, além da inserção da mulher no cenário rural e no cooperativismo e, para finalizar, a sucessão geracional nas propriedades rurais, compilando estudos de diferentes autores que abordam fatores determinantes na permanência dos jovens no meio rural ou a migração para o urbano.

2.1 O SISTEMA COOPERATIVO

Nesta seção é realizada uma contextualização sobre o cooperativismo numa conjuntura global, além do desenvolvimento das cooperativas e alguns fatos que contribuíram para que se tornasse referência quando se trata de cooperar, operar de maneira conjunta ou ainda ajuda mútua.

2.1.1 O cooperativismo mundial e brasileiro

Os sinais de cooperativismo ultrapassaram o tempo e semearam desenvolvimento e perpetuam a ideia de união e coletividade.

O cooperativismo foi reconhecido somente no mundo moderno em meados do século XVIII, na Inglaterra. O sentido do cooperativismo contempla a vontade e o ato de cooperar entre um determinado grupo de pessoas e é compreendido como um processo econômico e social, fundamentado no associativismo e na busca de soluções para determinado problema através de um movimento coletivo e com interesses comuns (FRANTZ, 2001).

Dentro desse pensamento comum entre um grupo de pessoas, no decorrer da Revolução Industrial (século XIX), em que trabalhadores eram explorados pelas indústrias, pensadores socialistas reagem frente às inúmeras injustiças sociais que ocorriam no momento, como baixos salários, desemprego acentuado, longas jornadas de trabalho, inclusive de crianças e mulheres. Motivados pela conjuntura do momento, 28 operários, entre eles 1 mulher, na sua maioria tecelões, criaram no ano de 1844, no bairro Rochdale-Manchester, na Inglaterra, a que é considerada a pioneira das cooperativas no mundo moderno, a “Sociedade dos Probos de Rochdale” (ACI, 2019).

Segundo a ACI (2019), logo outras cooperativas foram sendo criadas, surgindo as primeiras cooperativas de crédito que tiveram Franz Herman Schulze como seu precursor, com

a criação da primeira cooperativa de crédito urbana no ano de 1852, na cidade alemã de Delitzsch. Originaram-se desse movimento os Volksbank (banco do povo), voltados para as necessidades dos proprietários de pequenas empresas (comerciantes e artesãos), com grande adesão da população urbana, chegando a 183 cooperativas. Já em 1859 eram 18.000 membros na Pomerânia e Saxônia. Tais cooperativas seguiam o modelo que passou a ser denominado Schulze-Delitzsch.

Após ter experimentado situações de solidariedade e caridade, Friedrich Wilhelm Raiffeisen constituiu em 1862, em Anhausen, e em 1864, em Heddesdorf, ambas na região da Renânia Palatinado, as cooperativas de crédito rural, à época chamadas de *loan societiese* que, mais tarde, assumiram o nome de Raiffeisenbank. Após um período inicial de baixa adesão em 1900, já havia 2.083 cooperativas de crédito na região que seguiam o modelo Raiffeisen, totalizando 265 mil associados. Logo ultrapassou as fronteiras da Alemanha, espalhando-se pela Itália, França, Holanda, Inglaterra e Áustria, tornando-a referência para o mundo no desenvolvimento do setor. Prova disso é que, já em 1865, surgia, na Itália, o modelo conhecido como Luzzatti (por ter sido implantado por Luigi Luzzatti, na cidade de Milão), caracterizado pela livre associação (ACI, 2019).

Contudo, foram criados diferentes modelos cooperativos, o que fez com que o cooperativismo evoluísse e conquistasse seu próprio espaço, o que caracteriza uma nova maneira de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. Tem sua forma igualitária e social e, portanto, um enorme aceite por todos os governos, sendo reconhecido como “fórmula democrática para a solução de problemas socioeconômicos” (ACI, 2019).

Os princípios do cooperativismo de Rochdale norteiam o pensamento cooperativista até hoje. Pela devida importância, em 1895, com o intuito de representatividade e apoio às cooperativas existentes na época, criou-se, em Londres, a International Co-operative Alliance (ICA) ou Aliança Cooperativa Internacional (ACI) que também contribuiu para no ano de 1995 definirem-se os princípios que estão presentes atualmente em todas as cooperativas globalmente (PINHO, 2004).

Devido ao papel desempenhado pela ACI, tendo como sede a cidade de Bruxelas, na Bélgica, organiza-se por meio de quatro sedes continentais: América, Europa, Ásia e África. Na América, a sede está localizada em San José, capital da Costa Rica. Em cada continente a ACI tem uma estrutura própria, conselho de administração e direção regional. Nas Américas, a ACI Américas (ou Cooperativa para as Américas) representava, em 2010, 74 organizações filiadas de diferentes países, congregando cerca de 50 mil cooperativas e mais de 300 milhões de cooperados em todo o continente. A ACI, importante órgão, é uma associação não

governamental e independente que reúne, representa e presta apoio às cooperativas e suas correspondentes organizações: objetiva a integração, autonomia e desenvolvimento do cooperativismo. Em 1946, o movimento cooperativista representado pela A.C.I. – Aliança Cooperativa Internacional foi uma das primeiras organizações não governamentais a ter uma cadeira no Conselho da ONU – Organização das Nações Unidas. Ela conta com mais de 230 organizações entre seus membros, mais de 100 países, que representam mais de 1 bilhão de pessoas de todo o mundo (PINHO, 2004; ACI, 2019).

Assim, os princípios cooperativos refletem nas cooperativas, auxiliando desde a formação da instituição até seu desenvolvimento como tal. São eles:

- 1- Adesão voluntária e livre: cooperativas são organizações voluntárias abertas para todas as pessoas aptas para usarem seus serviços e dispostas a aceitar suas responsabilidades de sócio sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa;
- 2- Gestão democrática pelos associados: as Cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões. Homens e mulheres, eleitos pelos sócios, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas singulares, os sócios têm igualdade na votação; as Cooperativas de outros graus são também organizadas de maneira democrática;
- 3- Participação econômica dos associados: eles contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua Cooperativa. Parte desse capital é usualmente propriedade comum da Cooperativa para seu desenvolvimento. Usualmente os sócios recebem juros limitados sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios destinam as sobras para os seguintes propósitos: desenvolvimento das Cooperativas, apoio a outras atividades aprovadas pelos sócios, redistribuição das sobras, na proporção das operações;
- 4- Autonomia e independência: as Cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazer em termos que preservem o seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia;
- 5- Educação, formação e informação: as Cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários para que eles possam contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Também informam o

público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião sobre a natureza e os benefícios da cooperação;

- 6- Interoperação: as cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas e de forma sistêmica, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, através de Federações, Centrais, Confederações, etc.
- 7- Compromisso com a comunidade: as Cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos seus membros, assumindo um papel de responsabilidade social junto a suas comunidades onde estão inseridas (OCB, 2009; SESCOOP, 2019).

Pinho (2004) afirma que o movimento cooperativo se fortaleceu no Brasil através de fatores como o início do processo de vinda de imigrantes europeus, a Proclamação da República e sua Constituição de 1891, que trouxe em seu texto garantias de liberdade a associações, motivando os agricultores a fazerem parte, associando-se em cooperativas.

Segundo Abrantes (2004), o cooperativismo brasileiro vivenciou cinco fases e presume serem essas as marcas da otimização e consolidação das cooperativas no Brasil: a primeira fase, denominada introdutória, abrange o período de 1889 até 1907 e é marcada pelo Decreto nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907, que redige normas referentes ao cooperativismo. A segunda fase refere-se ao período entre 1907 e 1926. Nesse período surgem cooperativas de créditos, bancos populares, criando-se um elo entre sindicalismo e cooperativismo, surgindo cooperativas como membros de sindicatos até a criação do Decreto nº 17.339, em 2 de julho de 1926, que definia legalmente o cooperativismo brasileiro. A terceira fase representa o período entre 1926 e 1964, quando surgiram diversas Cooperativas no Brasil. No ano de 1932, com o Decreto nº 22.239, as cooperativas desmembraram-se dos sindicatos, adotando os princípios da Aliança Cooperativa Internacional – ACI. A quarta fase representa o período de 1964 a 1988. Ainda, Abrantes (2004) traz que, sob a influência da ditadura militar, o governo controlou o cooperativismo, impondo-lhes restrições e, em 1971, foi promulgada a Lei nº 5.764, que regulamenta as cooperativas brasileiras e que está em vigor até hoje. A quinta fase acontece a partir de 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal Brasileira, conferindo maiores liberdades e condições para associação entre pessoas. Muitos artigos da Constituição Federal, porém, ainda carecem de regulamentação, vigorando a Lei nº 5.764/71 para os casos não contemplados (ABRANTES, 2004).

Seguindo essa linha temporal, há um crescente e significativo número de cooperativas em todo o mundo, inclusive no Brasil, regidas pela Organização das Cooperativas Brasileiras

(OCB) em todos os seus diferentes ramos, contemplando inclusive o cooperativismo agropecuário fortemente consolidado no Rio Grande do Sul, sob regência da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS, 2019). Paralelamente, surgem entidades de apoio às cooperativas e, por iniciativa do governo Lula, no ano de 2003 institui-se a Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária), vinculada ao Ministério de Trabalho e Emprego, que percebeu os resultados positivos das cooperativas de geração econômica e social.

Assim, no ano de 2014, foi criada a Unicopas (União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias), durante o I Encontro Inter-Organizacional do Cooperativismo Solidário que reúne as quatro grandes organizações nacionais do cooperativismo solidário – UNISOL Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil), Unicafes (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária), CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) e Unicatadores (União Nacional de Empreendimentos de Catadores e Catadoras de Matérias Recicláveis do Brasil), com vistas de representatividade de cooperados de agricultura familiar e economia solidária a nível de país (UNICOPAS, 2018).

A UNICOPAS representa em torno de 850 mil associados oriundos de aproximadamente 2.600 cooperativas rurais e urbanas, trabalhando acerca de pautas da Lei Geral do Cooperativismo, legislação tributária, políticas públicas para a economia solidária, registro das cooperativas nas juntas comerciais e regulamentação das cooperativas de trabalho (UNICOPAS, 2018).

2.1.2 O cooperativismo e suas contribuições

As cooperativas nas últimas décadas vêm ocupando um papel contributivo no desenvolvimento social e econômico de maneira global. Seu desempenho positivo a nível mundial é visto tanto nos países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento. Em nível mundial, compreendem um montante de 2,6 milhões de cooperativas, empregando em torno de 250 milhões de pessoas, sendo que uma em cada sete pessoas no mundo é ligada direta ou indiretamente a uma cooperativa (OCERGS/SESCOOP/RS, 2018).

Em termos globais, as cooperativas estão presentes e contribuem para o desenvolvimento dos países e suas regiões. A OCB traz alguns dados que vêm demonstrar a importância do complexo cooperativista mundial. O Canadá apresenta um percentual de 32% da sua população como associada a uma cooperativa de crédito. Segundo a Confederação Mexicana de Cooperativas, 95% da produção de leite do México é compreendida por

cooperativas. A HSB, entidade que representa as cooperativas de habitação na Suécia, apresenta um percentual de 70% das moradias do país, provenientes das cooperativas habitacionais. Em Israel, a maior rede de supermercados, denominada Coop, é uma cooperativa. No Reino Unido, a Co-op, também cooperativa de consumo, possui mais de 8 milhões de cooperados, com 3,5 mil pontos de atendimento. As cooperativas do Japão, com 10 milhões de integrantes, são responsáveis por 92% de todo alimento produzido no país, segundo dados da JA-Zenchu, organização que representa as cooperativas japonesas (OCB, 2018).

Nos Estados Unidos, as cooperativas fornecem eletricidade a cerca de 42 milhões de pessoas, em 47 estados. Suas atividades cobrem 56% do território, movimentando 5% do PIB do país. Segundo a Associação Internacional dos Bancos Cooperativos, na França, 60% do mercado financeiro é operado por cooperativas de crédito.

Segundo o Ministério da Mineração da Bolívia, 92% da exploração mineral são feitos por cooperativas. A mineração é a segunda maior atividade econômica do país. Ao todo 130 mil cooperados fazem parte de 2.000 cooperativas que são parceiras da Corporação Mineira da Bolívia – Comibol, estatal que exporta os minérios do país. Segundo a União Nacional de Cooperativas da Índia, mais de 80% de todos os fertilizantes produzidos no país asiático vêm de cooperativas. São 36 mil empreendimentos cooperativistas que congregam 55 milhões de indianos. Segundo o Ministério da Agricultura da Nova Zelândia, 98% da produção de leite é realizada por cooperativas. A Fonterra, maior cooperativa de laticínios do mundo, é responsável por 25% de todas as exportações da Nova Zelândia (OCB, 2018).

Dentro do universo cooperativo, com base no ano de 2017, cinco cooperativas brasileiras estão entre as 300 maiores do mundo, o que remete ao país uma valoração ainda maior do cooperativismo e seus diferentes ramos (OCERGS/SESCOOP/RS, 2018).

No Brasil existem 6,7 mil cooperativas, gerando 372 mil empregados e 13,2 milhões de associados em cooperativas, representando em percentuais uma ligação populacional ao movimento cooperativista de 24,9%, ou seja, 6,2% da população é associada a uma cooperativa (OCERGS/SESCOOP/RS, 2018).

O Brasil possui participação expressiva do cooperativismo em todos os ramos. As exportações através das cooperativas contribuem para a ascensão e abertura de novos mercados num âmbito mundial (OCERGS/SESCOOP/RS, 2018).

Em valores, com base no ano de 2017, 6,164 bilhões de dólares são movimentados pelas exportações diretas, através de 246 cooperativas brasileiras para aproximadamente 148 países e, no ano de 2017, mais de 50% das exportações do Brasil condizem com produtos oriundos de proteína animal (1,789 bilhão), soja e produtos derivados (1,745 bilhão).

Cabe ressaltar ainda que o maior estado exportador através de cooperativas é o Paraná (2,62 bilhões); o estado do Rio Grande do Sul exportou um montante de 164,9 milhões (MDIC, 2017; OCERGS, 2018).

Nesse viés, o destino das exportações das cooperativas brasileiras apresentou em 2017 um percentual elevado para a China e Estados Unidos, onde juntas totalizam 30% (China 19,19% e Estados Unidos 8,19%) (MDIC, 2017; OCERGS, 2018).

Em se tratando do estado do Rio Grande do Sul, o cooperativismo atualmente é representado por mais de 426 cooperativas, empregando em 2017 mais de 58,9 mil pessoas diretamente, tendo aproximadamente 2,8 milhões de associados. O cooperativismo no Rio Grande do Sul tem forte influência econômica e social, demonstrados nos dados em que 74,5% da população gaúcha é ligada a ele e 24,8% dessa população fazem parte do quadro de associados de uma cooperativa (OCERGS/SESCOOP/RS, 2018).

De acordo com Cook (1995), as cooperativas agropecuárias surgem de uma necessidade do agricultor, a partir de inúmeros fatores, como o resultado de falhas no mercado, atuando como um meio de defender-se da situação em que vive. Nesse sentido, quando os produtores se encontram numa situação em que não possuem condições de negociação, não conseguem comercializar sua produção ou mesmo quando se encontram inertes sem participação na estrutura do mercado, não podendo influenciar no processo dentro da cadeia onde atuam apenas como tomadores de preço, a cooperativa serve como alternativa de inserção no mercado e oportunidades de desenvolvimento. Nesse pensamento o autor atribui a formação de cooperativas a dois motivos importantes. Em primeiro lugar a necessidade de o produtor individual construir através dela mecanismos para que ocorra um equilíbrio econômico dentro de suas atividades agropecuárias; em segundo lugar, utiliza-se de mecanismos para combater corriqueiras ações oportunistas nas ocasiões de falhas de mercado. Portanto, a volatilidade desfavorável do mercado pode ser amparada por mecanismos institucionais e legais oferecidos pelas cooperativas aos agricultores (COOK, 1995).

As cooperativas no Rio Grande do Sul somam um montante de 448 unidades, sendo que 21% são cooperativas agropecuárias, existentes em todas as regiões do estado (OCERGS, 2020).

Os estudos de Cook (1995) apontam a existência de quatro tipos de cooperativas agropecuárias. A primeira, denominada de cooperativas locais, que alcançam economias de escopo e escala na comercialização de commodities e apresentam-se como monopolistas/monopsonistas no mercado local. A segunda, denominada de cooperativas regionais multifuncionais, possuem forte interesse na competitividade, contemplando os elos

da cadeia, e assim a integração, que podem estar em centrais ou federação, raramente são monopolistas/monopsonistas nos mercados que atuam. A terceira seriam as cooperativas de barganha, que são impulsionadas pelas falhas de mercado por meio da integração vertical, com a obtenção de aumento de margens dos produtores e garantem mercado, servindo principalmente aos produtores de commodities perecíveis. A quarta seria a de *marketing cooperatives*, que se apresenta como uma integração vertical que se relaciona de maneira competitiva com firmas não cooperativas com o desejo de aumentar as margens e os preços que são repassados ao produtor.

No estado do Rio Grande do Sul (RS), conforme Bialoskorski Neto (2001), o cooperativismo desenvolveu-se de maneira intensificada, primeiramente no setor primário da economia, devido às estruturas de mercado que existiam. Nesse sentido, retrata que a região da campanha, formada pelas grandes fazendas de criação extensiva de gado e as terras oriundas de doações realizadas pela coroa portuguesa, fez com que a economia pecuarista sofresse por falta de mão de obra escrava, além da forte influência do capitalismo.

Por outro lado, as colônias agrícolas do RS foram formadas através de lotes de terras concedidas aos açorianos em 1742, mas principalmente aos imigrantes alemães e italianos a partir de 1824, que se estabeleceram no estado em busca de oportunidades, preocupando-se inclusive com a ocupação dos espaços vazios das colônias e com a necessidade de alimentos para abastecê-las, o que posteriormente passou a abastecer o local, e com os excedentes através das cooperativas agrícolas abastecer os centros urbanos, fomentando a economia familiar e local, fortalecendo os valores sociais e culturais do meio em que estavam inseridos e que refletem até hoje enraizados os costumes desses povos formadores do Estado, visivelmente notados em seus modos de vida e produção (SCHINEIDER, 1998).

Diante desse percurso histórico de constituição das cooperativas, especialmente a partir das colônias agrícolas que se formaram no RS, o papel da mulher ganha destaque. A partir disso, a seguir, trataremos da mulher inserida no contexto rural de produção agrícola.

2.2 A MULHER NO CENÁRIO RURAL

A imersão das mulheres nas ações decisórias no meio rural, mesmo que esteja presente na maioria das atividades do campo ainda é restrita e, por isso, não somente no Brasil, mas em todo o mundo, seu reconhecimento enquanto agente de transformação e desenvolvimento vem sendo discutido. A ONU (Organização das Nações Unidas), ao alinhar os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODS), pontua em seu terceiro item a necessidade de se promover

a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres (ONU, 2000), por entender que, no cenário mundial e não diferente no Brasil e na agricultura, a mulher ainda não recebe tal tratamento.

Igualmente, a agricultura mundial através da FAO, ao elaborar a edição 2011, intitulada “O Estado Mundial da Agricultura e da Alimentação”, (Food and Agriculture Organization of the United Nations), retrata que as mulheres representam 43% da mão de obra na agricultura nos países em desenvolvimento e estima que, ao aumentar o acesso das mulheres a recursos financeiros, tecnologias, assessorias técnicas, entre outros atributos necessários, elas poderiam aumentar a produtividade de suas propriedades num percentual de 20% a 30%, contribuindo para a diminuição do montante de 150 milhões de pessoas subnutridas, ou seja, 17% (FAO, 2011).

A dinâmica de diferenciação entre homens e mulheres está presente num contexto global e repercute até mesmo na obtenção de bens e serviços, oportunidades de trabalho, diferenciação salarial, entre outros tantos fatores. As mulheres brasileiras são proprietárias de apenas 12,7% das terras no Brasil, porém geralmente recebem até 30% menos por seus serviços do que os homens, sofrendo variações conforme a localização geográfica e a cultura de onde estão inseridas (FAO, 2011).

Internamente, na organização das propriedades, mulheres estão postas socialmente, economicamente e politicamente inferiores aos homens, estes na égide de detentores do poder, uma vez que detêm o poder econômico e conseqüentemente o respeito de todos os membros da família. No entanto, quando as mulheres ocupam esse papel, mostram-se eficientes na gerência de suas propriedades. Segundo Sen (2000), as mulheres como agentes contribuem para o desenvolvimento em muitos lugares do mundo, pois fatores como a educação, seu padrão de propriedade, as oportunidades de emprego e o mercado de trabalho atrelam junto a sua determinação para mudanças sociais e econômicas, somando ao processo de desenvolvimento.

Na dinâmica populacional brasileira, o Censo Demográfico de 2010 traz que a população masculina é menor do que a população feminina, 93.406.990 e 97.348.809 respectivamente. Dentro desse contexto, no que tange à população rural brasileira que vem gradativamente diminuindo, os homens contrariamente são a maioria da população. Brumer e Spanevello (2008), em alguns estudos, retratam a fotografia do Brasil ruralmente masculinizado, além da gradativa diminuição das mulheres no rural, decorrente da migração das jovens para os centros urbanos.

Spanevello (2017) apresenta números relevantes e comprobatórios onde as mulheres brasileiras são um montante de 83.218.972 residentes nas áreas urbanas e 14.129.837 nas áreas

rurais. Dentro da realidade das mulheres que residem no meio rural, 2.569.856 são jovens (15 a 24 anos), 5.873.397 adultas (25 a 59 anos) e 1.542.680 idosas (60 anos ou mais). O Rio Grande do Sul não difere dessa dinâmica onde os homens são a maioria, e entre as mulheres, 108.552 são jovens (idade entre 15-24 anos), 359.681 adultas (na faixa etária entre 25 -59 anos) e 135.006 idosas (acima de 60 anos) (IBGE, SIDRA, 2017).

No contexto gaúcho, as jovens do sexo feminino são a minoria no meio rural. Essa diminuição reflete diretamente na formação de novas famílias, o que significa que novas gerações não se formarão e com isso o esvaziamento do campo. O desenvolvimento no meio rural se dá por inúmeros fatores, e um deles é a participação da mulher, pois atualmente ela possui importante papel da diversificação da renda familiar. Na propriedade suas tarefas vão além das atividades agrícolas, pecuárias e do lar, muitas participam em atividades extras ou indiretas, como artesanais e agroindustriais, para auxiliar na obtenção de mais renda (BRUMER, 2004; BRUMER, 2014; SPANEVELLO et al., 2014).

Favareto (2007) traz um momento peculiar na agricultura em que esses espaços se apresentam gradativamente mais integrados e formados por novas e enigmáticas dinâmicas. Nesse sentido aparecem novos atores e interesses, novas organizações, contraposições e identidades, e os jovens, em especial as jovens mulheres, são fundamentais no processo de desenvolvimento do universo rural contemporâneo.

Ao remeter-se ao assunto da importância da mulher no contexto rural, Barbosa (2013) salienta que, quando as dinâmicas rurais não acontecem de maneira diversificada atreladas principalmente às atividades produtivas, mantendo as atividades convencionais, as mulheres possuem maior dificuldade em se inserirem no processo decisório, ficando esses apenas em domínio masculino.

Segundo a FAO (2011), existem elementos que dificultam às mulheres desempenharem suas atividades nas propriedades rurais, o que mascara seu papel fundamental na economia rural e, portanto, não recebe o devido reconhecimento como membro indispensável para o processo de desenvolvimento. Esse não reconhecimento ainda se alarga quando ela tem uma carga superior de trabalho que os demais membros da família, inclusive à do marido, pois desempenha as atividades domésticas, auxilia no trabalho agrícola, produz alimentos para consumo da família.

Essas atividades não consideradas agregadoras da renda familiar ainda reiteram que a mulher seja dependente financeiramente do marido e ao mesmo tempo que não possa exercer atividades que realmente venham a ser remuneradas. Contudo, sabe-se que mesmo não remunerados e não reconhecidos como trabalho em prol do desenvolvimento do núcleo

familiar, tais atividades são indispensáveis à manutenção e ao bem-estar da família (FAO, 2011), o que remete a filha a repensar, através da realidade vivida, a possibilidade de migrar para o urbano e ter outra vida e conseqüentemente liberdade e autonomia.

Dentro da realidade apresentada pelos dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), que indica o número inferior de mulheres no meio rural, destaca-se que isso pode ser explicado por relações sociais estabelecidas, em que a herança privilegia os filhos homens, pois é baseada na tradição, em detrimento das leis, quando a escolha de um sucessor pode garantir a manutenção da propriedade, ficando a filha mulher na propriedade trabalhando nos mesmos moldes de sua mãe ou casando com outro agricultor, saindo da propriedade dela e indo morar na propriedade do cônjuge e, ainda, o que mais se apresenta nos estudos, sua partida para os centros urbanos em busca de independência, principalmente financeira.

Segundo Carneiro (2001), nas regiões habitadas por imigrantes alemães e italianos, a sucessão predominante é aquela baseada no princípio do trabalho e somente quem trabalha nela é quem tem direito à herança, predominantemente dada aos homens. Às mulheres era dado um dote e um enxoval, justamente porque depois do casamento iria pertencer ao grupo familiar do marido, além de seu trabalho dentro da propriedade ser considerado como “ajuda” e não trabalho agricultável.

A modernização da agricultura contribuiu positivamente, mas também negativamente, para os diferentes públicos que abrangeu. Ao mesmo tempo em que diminuiu o trabalho penoso, aperfeiçoou a qualidade de alimentos e fibras, acelerou o desenvolvimento e aumentou o padrão de vida de alguns grupos de indivíduos. Todavia, também trouxe problemas referentes à agricultura comercial e às famílias de baixa renda, que não conseguiram acompanhar de forma evolutiva o processo (DAVIS e GOLDBERG, 1957).

Nesse cenário, muitos agricultores tiveram a oportunidade de partir para atividades não agrícolas, e outros, não tendo alternativa no campo, tiveram que migrar para o urbano. Assim, nesse estudo, num cenário de 30 entrevistados, entre 18 e 33 anos, vindos do meio rural e que frequentavam a universidade, os autores obtiveram resultados em que a influência à permanência no meio rural se dava em grande escala, uma vez que a maioria considerava a sucessão geracional importante e também uma preocupação para o futuro. Mesmo o centro urbano sendo mais atrativo, com mais oportunidades de uma vida dinâmica, os jovens sucessores oriundos de fazendas desenvolvidas e estruturadas possuíam enorme interesse em voltar à fazenda e assumir a sucessão após a conclusão de suas faculdades (CASSIDY e MCGRATH, 2014).

Dentro do mesmo estudo a influência da migração para o meio urbano se dava quando a maioria das mulheres entrevistadas, sendo 15 mulheres do total de 30 potenciais sucessores, entendia ser normal, mesmo sendo mais velhas, o irmão homem ser o sucessor da propriedade, alegando que os pais já tinham ajudado e motivado sua estada na universidade e com isso irem para a cidade. Já os entrevistados pertencentes às pequenas propriedades sentiam-se incertos em voltar ao rural, diante da realidade vivenciada por seus pais, muito inferior às condições existentes nos centros urbanos (CASSIDY e MCGRATH, 2014).

Segundo Brumer (2004), existem desigualdades de gênero atribuídas principalmente às mulheres mais jovens do meio rural, que ocupam uma posição subordinada dentro do seio familiar, presente no momento da distribuição das atividades na propriedade rural, no poder de gerenciamento e na transmissão da terra, posicionada abaixo do gênero masculino, tendo assim menor perspectiva para permanecer no meio rural, menos vontade e motivação de exercer a profissão de agricultora.

Dos sucessores potenciais, 17 não previam qualquer possibilidade de sucesso e crescimento da propriedade, muito menos que ela conseguisse aproximar-se em condições de vida das cidades. Entre a totalidade, 10 acreditam que haveria possibilidade de retornarem; 2, probabilidade de retorno e 1 afirmou que assumiria como sucessor geracional da propriedade futuramente (CASSIDY e MCGRATH, 2014).

Esse cenário de pouca participação das mulheres no meio rural, pouco reconhecidas como possibilidades de sucessoras geracionais, fez com que cada vez mais deixassem o campo em busca dos grandes centros, onde pudessem conquistar independência financeira. Diante disso, aos poucos, a mulher conquista espaços antes não acessíveis a ela, como as cooperativas.

2.3 A INSERÇÃO DAS MULHERES NO COOPERATIVISMO

Numa preocupação em alimentar o mundo em 2030 e erradicar a fome, a FAO (2012) afirma que as mulheres são as responsáveis pela produção de mais de 50% dos alimentos para o mundo e que nos países menos desenvolvidos elas atuam na economia agrícola num percentual de 70% através da atividade agrícola. Já na África os estudos apontam um percentual de 80% de mulheres que executam trabalhos domésticos rurais e fornecem aproximadamente 90% da madeira que é consumida pelas famílias, e 70% destinadas às vendas, bem como produzem 90% de seu alimento, detêm 60% da economia informal, sendo responsáveis por 70% de toda a mão de obra agrícola. Cabe ressaltar ainda que, no Caribe,

assim como na África Subsaariana, elas produzem 80% dos alimentos básicos à alimentação de suas famílias (FAO, 2012).

Junto à inserção do cooperativismo, a Revolução Industrial propiciou um novo movimento mundial que trouxe mudanças nas opções tradicionais de trabalho e isso fez com que outras figuras fossem se inserindo no mercado de trabalho, inclusive a figura feminina. A participação da mulher no mercado de trabalho aconteceu de forma tímida e muitas vezes invisível, principalmente na esfera rural, que não conseguiu acompanhar o ritmo de desenvolvimento dos centros urbano, e, portanto, apresenta estudos que tangenciam a importância da mulher no processo de desenvolvimento rural e poucos apresentam sua participação em cooperativas (PINHO, 2009).

A mulher teve grande dificuldade de inserção no mercado de trabalho, comparada aos homens, e essas são perceptíveis também no cooperativismo, onde ainda as mulheres são a minoria. Em decorrência dessa realidade, entidades como a Aliança Cooperativa Internacional, representante do cooperativismo mundial, criou no ano de 1995, o “Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina e do Caribe”, objetivando o fortalecimento da participação das mulheres no cooperativismo (ACI, 1995).

Nessa mesma perspectiva, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento criou, em 2004, a COOPERGÊNERO, com o objetivo de construção da equidade e equilíbrio entre homens e mulheres nas cooperativas, inteirando a problemática nas políticas públicas. Para isso, foi criada a Portaria nº 156, de 7 de julho de 2004, que descreve 14 metas voltadas às mulheres e sua inserção no cooperativismo de maneira mais igualitária em relação aos homens. Essa normativa apresenta o seguinte:

Art. 1º Instituir o Programa Gênero e Cooperativismo - COOPERGÊNERO, no âmbito da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo - SARC, que terá por objetivos: I - incorporar o componente Gênero como política pública, visando contribuir com a promoção da equidade entre mulheres, homens e familiares no âmbito do cooperativismo brasileiro; II - apoiar ações de formação e capacitação na área de gênero, para gestores e lideranças cooperativistas; III - apoiar o intercâmbio entre cooperativas e associações, o fortalecimento e a divulgação das experiências produtivas das mulheres voltadas para geração de renda; IV - apoiar a elaboração e execução de projetos na área de gênero, cooperativismo e associativismo rural; V - orientar a equipe técnica na elaboração dos programas e projetos para garantir a transversalidade de gênero nas ações da SARC (BRASIL, 2009).

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, elencada no Plano Plurianual – PPA 2004-2007 e no I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004-2007), enfatizou como um dos principais eixos a condição de igualdade de gênero no âmbito do trabalho. Posteriormente, a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2007,

atribui à sociedade uma maior atenção às mulheres, necessidade de ampliação de novos eixos, inclusive voltados as mulheres do campo no que tange ao trabalho e conseqüentemente à autonomia econômica. Em consequência acontece a consolidação do Coopergênero: Programa de Gênero e Cooperativismo – Integrando a Família Cooperativista, que proporcionou a ampliação e potencializou as mulheres na gestão das cooperativas, bem como associações, através de capacitações, troca de experiências produtivas como apoio à inserção das mulheres no cooperativismo (DALLER, 2009).

Dentro desse sistema, realizou-se no ano de 2008 o I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo e a II Exposição de Produtos e Serviços Cooperativos, que buscou avaliar o desempenho do programa, propor novas estratégias, visando ao fortalecimento e à autonomia das mulheres nas organizações, em especial as cooperativas. Em paralelo às forças públicas de tentativa de igualar homens e mulheres, outros fatores interferem direta ou indiretamente para que se atinja os objetivos propostos. Os estudos mostram que a escolaridade, o conhecimento dos princípios cooperativos, da abrangência do setor e do auxílio ao crédito determinam a participação da mulher no mercado cooperativo.

Dentro do que já foi exposto, o papel que as mulheres exercem dentro do âmbito familiar repercute na sua posição dentro da reprodução familiar, e, como seu trabalho no meio rural é quase invisível, apresenta-se em situação de precariedade econômica feminina, pois suas atividades não são consideradas de renda. As mulheres no meio rural trabalham numa carga horária muito extensa, deliberando inúmeros afazeres durante o dia e a noite, sem o devido reconhecimento dos próprios membros da família, inclusive pela sociedade, e não tão distante pelo próprio Estado (PINHO, 2009).

Nesse viés as cooperativas e órgãos superiores possuem papel importante junto ao Estado em dar suporte às mulheres e jovens mulheres, para que ocupem lugares no papel de produção familiar junto aos seus maridos, de modo a acelerar o processo de inserção na sociedade com a devida importância e reconhecimento.

No ano de 2015, no município de Videiras, a Cooperativa Agropecuária Videirense (COOPERVIL) e o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB) uniram-se e desenvolveram o Programa Mulheres Cooperativistas da COOPERVIL e SICOOB, que funciona sob a supervisão do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo de Santa Catarina (SESCOOP), objetivando a participação das mulheres no cooperativismo, iniciando com 40 mulheres já associadas desses órgãos, para fomentar as suas participações no quadro social das cooperativas, estimulando a inserção de novas mulheres e jovens, criando um núcleo de mulheres onde ficaram 38 integrantes. A ação estimulou novas mulheres a associarem-se em

cooperativas, e 5 delas dentre as 38 já fazem parte de diretoria como delegadas do SESCOOP (BALDISSARELLI et al., 2018).

Numa perspectiva de sucesso dos projetos desenvolvidos, o OCESC realizou um estudo em que trouxe resultados satisfatórios de que as mulheres estão efetivamente participando do cooperativismo como associadas. No ano de 2015, o montante de associadas no estado de Santa Catarina era de 703.316 em cooperativas em todos os ramos, e no ano de 2018 esse número passou para 936.597 associadas. Ainda, a OCESC ressalta outros dados importantes: no mês de dezembro de 2018 o maior número de associadas centrava-se em cooperativas de crédito (722.376), seguidas de cooperativas de consumo (113.848), infraestrutura (85.207) e só então no cooperativismo agropecuário (7.375), confirmando a ideia de que no meio rural a “emancipação” feminina ainda é incipiente (OCESC, 2019).

Percebe-se que no estado de Santa Catarina, dentro da totalidade de associadas em cooperativas, o ramo do agronegócio ainda é muito pequeno e necessita de ações para seu desenvolvimento. Isso reforça a ideia de que os modelos organizacionais das famílias do meio rural ainda são muito masculinizados e que a ruptura desse modelo necessita de estudos e práticas que auxiliem essa ação.

Num contexto de abrangência e atuação econômica das mulheres do meio rural e ao acesso a políticas públicas, surgem inúmeros programas através do MDA e do INCRA, com o intuito de atender aos segmentos deficitários. Tem-se entre muitas ações o PRONAF mulher que contemplava uma linha de crédito específico para as agricultoras familiares a partir do Plano Safra de 2004/2005. O Pronaf Mulher registrou na safra 2005/2006 8.822 contratos no valor de R\$56 milhões; em 2006/2007, foram 10.854 contratos, equivalendo a 62,8 milhões; em 2007/2008, foram 9.001 contratos, equivalendo a quase 68 milhões de reais (FERNANDES, 2013).

Como consequência tem-se o acesso ao crédito fundiário, contudo surge a necessidade de uma política de Assistência Técnica e Extensão Rural específica para as mulheres. Ouve um estímulo inclusive no que diz respeito ao surgimento de empreendimentos. O MDA/SPM/MDS lançou o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMPR) em 2008 com o intuito de apoiar a produção e comercialização dos produtos produzidos pelas mulheres do meio rural e com isso promover a autonomia econômica (BUTTO e HORA, 2009).

A importância das políticas públicas dentro do contexto cooperativo é vista quando estudos, como de Miranda e Garcia (2010), trazem a realidade de uma cooperativa da Ilha das Caieiras no estado do Espírito Santo, em que 49 mulheres fundaram a cooperativa depois de cursos de qualificação tanto na parte técnica quanto de gestão, auxiliadas por subsídios da

Prefeitura Municipal de Vitória e o Programa Nacional de Geração de Renda (Pronager). Dentro desse viés a cooperativa, depois de um ano, teve que se reestruturar devido ao baixo retorno financeiro e à saída de grande parte das cooperadas (28 cadastradas e 13 atuantes no ano da pesquisa), começaram servindo porções simples de “moquequinha de siri” até conseguirem criar o restaurante da cooperativa das desfiadeiras (MIRANDA e GARCIA, 2010).

Um estudo realizado na COOPAVEL, no estado do Paraná, apresenta a participação das mulheres através da iniciativa de gestoras em 2009, motivadas pelo acréscimo de mulheres que no momento da pesquisa totalizavam um número de 438 mulheres que negociavam com a cooperativa, criando ações para essas associadas e as esposas de associados. Até então os cursos eram restritos a atividades “consideradas de mulheres”, como artesanato, técnicas de produção de doces caseiros, cursos de culinárias, entre outros. Passou-se a oferecer cursos de noções de gestão em propriedades rurais, desenvolvimento pessoal, qualidade de vida, entre outros (CIELO, WENNINGKAMP e SCHMIDT, 2014).

Nesse mesmo estudo, outra consideração elencada pelos autores que demonstra a importância da cooperativa dentro do núcleo familiar são os depoimentos das mulheres de que os “encontros de casais” promovidos pela Unicoop, que abrangiam temas como relacionamento familiar, gestão rural e cooperativismo, contribuíram para uma mudança dos maridos considerada positiva, já que a inserção das mulheres na agricultura seria viável somente quando houvesse a ruptura de paradigmas comportamentais e culturais por parte dos homens. Essa ruptura pode se tornar o caminho para as mulheres na sucessão geracional das propriedades rurais.

2.4 A SUCESSÃO GERACIONAL NAS PROPRIEDADES RURAIS

Neste tópico, busca-se a compreensão do processo de sucessão como continuidade e preservação do modo de vida e reprodução socioeconômica das propriedades rurais, analisado por diferentes autores, na sua maioria ocorrido no âmbito da agricultura familiar.

Mello et al. (2003) afirmam que a sucessão acontece em torno da imagem paterna, o qual se apresenta como o detentor de todo o controle gerencial, além de articulador da gestão da propriedade e determinador do momento da sucessão e transmissor das responsabilidades à próxima geração. Conforme Burton; Walford (2005), a sucessão baseia-se no ciclo de vida da família e apresenta-se em distintos modos: a) o estágio inicial, que contempla o filho em sua fase infantil, o qual além do estudo também já ajuda na propriedade rural supervisionada pelo pai; b) posteriormente, quando ele, mesmo criança, integra-se com mais profundidade no

trabalho; c) quando o filho recebe a incumbência de atuar de forma mais acentuada na propriedade, inclusive com decisões técnicas e produtivas; d) quando a figura paterna transfere toda a administração e patrimônio da propriedade para seu sucessor, onde configura a divisão sexual do trabalho, onde muitas vezes essa sucessão para as filhas mulheres, não acontece.

Numa concepção de sucessão, Abramovay (2000) apresenta fatores que determinam o processo sucessório das novas gerações, em que: a) depende da transmissão da gerência da propriedade e da capacidade de utilização do patrimônio; b) a transferência de forma legal dos ativos, terras e benfeitorias existentes na propriedade; c) ao cessar o trabalho poder contar com a aposentadoria, além dos frutos colhidos durante a atuação do pai, vida útil dentro da propriedade.

A sucessão geracional dentro do contexto histórico apresentou-se inicialmente como um processo tradicional dentro da agricultura de forma cultural antes mesmo que por determinação legal. Essa tradição tinha consequências adversas à lei e acabava excluindo uma parcela de herdeiros, principalmente as mulheres, pois a sucessão geracional ocorria ao filho mais velho (KISCHENER, KIYOTA e PERONDI, 2015).

A transferência ao sucessor na esfera da sucessão geracional pode acontecer por vários fatores, pela morte do pai ou até mesmo pela impossibilidade dele de dirigir a propriedade por motivos de saúde, aposentadoria ou até mesmo influenciado por um costume, nesse caso o casamento do filho e com ele a gerência da propriedade rural (GASSON e ERRINGTON, 1993).

Os autores compreendem que existe uma distinção acerca da retirada do pai do comando da propriedade rural, sendo ela de forma parcial, em que os sucessores já possuem a propriedade da terra, porém o pai ainda possui envolvimento nas atividades agrícolas. A retirada total do pai das atividades no meio rural acontece quando ele ainda habita a propriedade, porém não exerce nenhuma atividade, ou quando o pai, pela falta de sucessor, sai da sua propriedade, vende ou arrenda-a para um terceiro (GASSON e ERRINGTON, 1993).

A sucessão ocupa um papel de extrema relevância na reprodução social no contexto rural, em que o patrimônio é um meio de transações econômicas que serve para a sobrevivência ou a obtenção de renda e um sustentáculo da própria estruturação da vida familiar rural. Sua especificidade é primordial no que se refere ao caráter e à harmonia familiar, tanto no trabalho realizado no campo quanto na sua gestão, pois sua dimensão não permite que ocorra uma divisão desse segmento agrícola, sendo inviável economicamente a dependência de mais de uma família desse meio, ou seja, não deve ocorrer uma divisão entre dois ou mais sucessores por unidade (ABRAMOVAY et al., 1998).

Na percepção de Spanevello (2008), alguns fatores contribuem para que ocorra a sucessão geracional no meio rural, como características internas de cada núcleo familiar. Para ela, é necessário um processo de ensino-aprendizagem entre os membros que trabalham na propriedade, apropriação dos valores e princípios que norteiam o caráter familiar.

Não obstante, outros fatores também são necessários para a permanência e a sucessão no meio rural, como a localização geográfica, o que acaba afetando positivamente ou negativamente, quando se tem ou não acesso a tudo que a cidade proporciona, assim como o poder econômico que permeia a família rural, em poder concretizar seus desejos. A impossibilidade ou dificuldade nesse aspecto traz ao sucessor o anseio de buscar tudo o que a cidade proporciona, mudando sua percepção do querer aquele modelo de vida que o rural oferece (SPANEVERELLO, 2008).

Brumer e Spanevello (2008) apontam que a sucessão é dinâmica e segue suas peculiaridades no sentido de que cada caso é um caso e que possuem singularidades que afetam o lapso temporal de suas existências e se modelam de acordo com a dimensão histórico-cultural e até mesmo jurídica dos agricultores familiares. Ressaltam que mudanças na estrutura da sociedade atual e da realidade existente no meio rural fazem com que o estudo seja um dos fatores externos mais relevantes, pois condiciona a um comparativo entre os modos de vida postos à escolha pelos jovens sucessores.

Assim, afirmam ainda que a sucessão na atualidade apresenta-se de inúmeras e diferentes formas e modelos, como: a) pais e filho moram na mesma propriedade em residências separadas, com gestão separada, capitais financeiros separados, decisões tomadas individualmente, sem a interferência de um em outro, com a ressalva de que, no momento do impedimento do pai em continuar exercendo sua atividade, o filho assume as duas demandas; b) dentro da mesma propriedade o filho possui um empreendimento rentável, com certa autonomia em sua gestão e certa independência financeira, o que pode resultar na construção e/ou acumulação de um capital, em virtude de conhecimento e experiências adquiridas ao longo da atividade agrícola junto de seus pais; c) a existência de uma parceria entre pai e filho, em que este vai aprimorando seus conhecimentos e conquistando gradativamente seu lugar na gestão e tomada de decisão de algumas atividades conjuntamente até a apropriação do todo; d) filho e pai moram juntos, porém o filho quase não participa das decisões tomadas na propriedade, trabalhando como mão de obra ou empregado da propriedade, assumindo a gerência apenas quando houver impedimento do pai, e nesse sentido resultará em sucessor sem relevantes experiências administrativas e conseqüentemente estará menos preparado para tal função (MOREIRA, 2020).

Spanevello (2008) apresenta efetivamente que existem combinações entre os padrões sucessórios entre um ou mais elementos de uma categoria ou de outra. Essas combinações são movidas por particularidades individuais, tanto das famílias quanto dos filhos, ainda das variações temporais e geográficas. Além disso, mesmo que permaneçam as normativas sociais e legais quanto à transferência das propriedades, é presumível que o ambiente econômico, como tamanho da propriedade, aumento de produtividade e acesso a tecnologias, contribua ou até mesmo defina a tendência positiva ou negativa do potencial sucessor diante do processo decisório.

A sucessão, numa concepção de composição processual, é formada por três componentes que se apresentam de maneira independente: a transferência patrimonial, que nesse caso é a terra, suas benfeitorias e o que a segue, como direitos e deveres; a continuidade do ofício de agricultor herdado do pai; e a remoção das gerações mais antigas da gestão da propriedade e/ou empresa rural. Nesse contexto, segundo Abramovay et al. (2001), o convívio entre os familiares, pais e filhos, configura-se num aprendizado constante que vem desde pequeno, agregando intrinsecamente os aspectos fundamentais de funcionalidade e gerenciamento da propriedade, o que muitas vezes resulta numa sucessão geracional involuntária, pois nem sempre os filhos desejam dar seguimento e ter como profissão a agricultura, mas o meio e as circunstâncias em que estão inseridos não lhes permitem alternativa a não ser reproduzir a vida social e econômica do país.

Nesse viés, a sucessão é alcançada no momento em que o filho assume o lugar do pai na propriedade rural, e essa condição pode ser entendida como o resultado das condicionantes sociais e econômicas existentes dentro de cada unidade familiar, podendo elas conceder restrições e também oportunidades ao processo sucessório dos filhos. Essas condições são atribuídas conforme a obtenção de recursos econômicos e avaliações das ações realizadas no meio rural. Elas ainda influenciam na transmissão do patrimônio dos agricultores e em especial se vai existir ou não sucessor para tal dinâmica (SPANEVERELLO, 2008).

Spanevello et al. (2014) destaca que são as estratégias utilizadas pelos pais que fomentam a sucessão geracional nas propriedades. Os autores trazem ainda que essas estratégias são direcionadas àquilo que os pais desejam e podem proporcionar aos seus filhos, podendo ser relacionadas a bens simbólicos ou materiais, tentando, contudo, a garantia da continuidade do estabelecimento.

É importante trazer para o contexto a herança, sendo a transferência realizada legalmente da terra e do patrimônio para os herdeiros conforme a lei determina. Porém, cabe esclarecer que ao retirar o agricultor por algum motivo aparente, podendo ser inclusive sua

aposentadoria, caracteriza esse ato, ao mesmo tempo, a “retirada” do agricultor do comando da propriedade e da sua atuação enquanto tal, ao contrário da sucessão que tem como principal característica o entendimento no que se refere à transferência geracional aos filhos sucessores do uso patrimonial familiar, na perspectiva de obtenção do controle da fazenda familiar (GASSON e ERRINGTON, 1993).

No que se refere às estratégias simbólicas, afirmam os autores que são caracterizadas especialmente pela percepção positiva da ocupação agrícola e a garantia da autonomia na gestão do estabelecimento ou mesmo na execução de algumas atividades por parte dos filhos. Já na perspectiva material, os pais garantem bens, como terra, imóveis, automóveis, modernização da atividade, novas atividades geradoras de renda para obter a permanência de pelo menos um sucessor (SPANVELLO et al., 2014).

A sucessão também se apresenta de maneira investigativa e pertinente dentro do cenário cooperativo, conforme estudos realizados por alguns autores, que trazem a atuação de cooperativas frente à temática sucessória. Nesse sentido, Deggenore e Oliveira (2018) apresentam uma compreensão do modo como cooperativas localizadas na região do COREDE Norte, no estado do Rio Grande do Sul, participam da sucessão geracional em estabelecimentos rurais. O estudo contemplou 11 cooperativas de diferentes atividades, que na sua totalidade possuíam 3.360 associados, entre eles 2.868 homens e 492 mulheres. Dentro desse contexto, a cooperativa apresentou que, entre esses, os jovens entre 15 e 29 anos somavam um montante de 254 pessoas, sendo 189 homens e 65 jovens mulheres. Assim, a pouca participação dos jovens nas cooperativas está interligada aos resultados levantados no estudo em que da totalidade das cooperativas analisadas cinco não desenvolvem nenhum tipo de ação voltada à sucessão, três cooperativas trabalham em ações de inclusão dos jovens nas decisões das cooperativas, duas envolvem ações socioeconômicas produtivas e uma desenvolve projetos para jovens agricultores.

Outro estudo que contempla esse mesmo cenário de análise da sucessão geracional e a interferência da cooperativa nesse processo foi realizado por Drebes e Spanevello (2018). As autoras investigaram oito cooperativas agropecuárias são filiadas à Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul (FECOAGRO), inseridas na região do Alto Jacuí. Dentre os resultados obtidos, todas as cooperativas apresentaram-se envolvidas na questão sucessória, uma vez que entendem que sua continuidade está ligada inteiramente ao sucesso do processo sucessório dentro das propriedades familiares. Porém, nem todas conseguem realizar dentro da instituição ações direcionadas à sucessão, observando que da totalidade apenas quatro cooperativas possuem ações que auxiliam o processo sucessório junto aos jovens associados e

filhos de associados, numa perspectiva de “influenciar” os sucessores positivamente em permanecer na propriedade dando continuidade à ocupação de agricultor e à cooperativa em que está inserido.

Alguns estudos foram realizados no sentido de compreender os fatores que determinam a escolha ou a necessidade do jovem de migrar para o urbano ou permanecer no rural. Estudos internacionais e brasileiros trazem um enfoque no potencial sucessor geracional, mas também outros tentam compreender através do entendimento do agricultor no que tange ao processo sucessório.

A idade e o gênero dos potenciais sucessores da agricultura são fatores determinantes na escolha do jovem ou da jovem em permanecer ou não no meio rural. Nessa perspectiva, autores como Chiswell e Lobley (2018), num estudo realizado em propriedades rurais pequenas e pobres, com atividade predominante de gado de leite, criação de gado e carne, numa região peculiar da Inglaterra, cujos entrevistados tinham idades entre 50 e 86 anos e seus sucessores entre 18 e 51 anos, demonstram que a idade desses atores determina a sua permanência ou migração para os centros urbanos, uma vez que, quanto mais velho, menos conhecimento da realidade fora da propriedade, maior a probabilidade de suceder seu pai na atividade agrícola. Ao contrário, quanto mais novo o sucessor potencial, mais liberdade ele tem para escolher permanecer ou não no rural.

Não diferente dessa realidade, Chiswell (2016) traz um resultado importante de outro estudo realizado também na Inglaterra. As localidades eram dominadas por pastagens e fazendas familiares de pequeno porte, ovinos e bovinos em pequena escala. Teve-se um resultado ambíguo, já que os pertencentes a um grupo de sucessores, apresentavam características e influências de permanência no rural, pois acreditavam que “nasceram para serem agricultores”, eram identificados desde cedo como futuros sucessores.

Deles, sete sucessores potenciais eram o filho mais velho. A sucessão para eles era uma exigência natural em suas vidas, determinada por gênero, ordem de nascimento e tradição familiar. Todos se sentiam comprometidos com seus antecessores e com as gerações futuras (CHISWELL; LOBLEY, 2018).

Ao contrário dos sucessores mais velhos, os entrevistados do grupo dois, influenciados pela migração para o urbano, tinham o incentivo dos pais para migrarem para a cidade, com o objetivo de realizar um desvio de curto prazo, para estudar, trabalhar no meio urbano e assim analisar a viabilidade de fazer ou não da agricultura suas profissões (CHISWELL e LOBLEY, 2018).

Já Chiswell (2016) aponta em seu estudo que os sucessores mais jovens possuíam liberdade de escolha, possivelmente assumiriam a propriedade se concluíssem que ela é rentável e que lhes permitisse condições que o meio urbano proporciona, caso contrário não compensaria o trabalho árduo.

Os filhos, mesmo tendo interesse em permanecer na atividade agrícola, acabam procurando alternativas de obtenção de renda fora dela, o que tende, frente a essa perspectiva, a um aumento significativo de jovens migrando para os centros urbanos, acarretando a ausência de sucessores nas famílias agrícolas, distorcendo, assim, o processo socialmente construído em que consiste o filho suceder seu pai, principalmente no meio rural, seja qual for o tipo de atividade nela exercido. Nesse sentido, como consequência da decisão pelo urbano, há, além do esvaziamento do rural, o destino incerto dos pais tendentes a ficarem sozinhos na propriedade rural (MATTE, SPANEVELLO e ANDREATTA, 2015).

Outro fator relevante encontrado nos estudos foi o comportamento do agricultor e o quanto ele determina a permanência ou a migração do rural pelos sucessores. Um dos resultados contemplou 324 agricultores, com 55 ou mais anos de idade. Nesse contexto, o comportamento do agricultor determinava a migração do sucessor para o urbano, pois 33% (108 agricultores) não pensam em se aposentar da agricultura nem futuramente, 45% (145 agricultores) possuem interesse em se aposentar, 21% (67 agricultores) não se comprometeram com sua resposta e 1 agricultor não tinha opinião formada. A maioria dos agricultores se consideram indispensáveis na gerência das fazendas e a aposentadoria seria ato de generosidade aos sucessores; 87% concordaram que “o conceito de aposentadoria não é popular ou bem visto dentro da comunidade agrícola”, 64% consideraram que “a qualidade de estilo de vida de ser agricultor é muito maior do que pode ser quantificado por qualquer incentivo financeiro para deixar a agricultura; 32% afirmam que “eles não poderiam imaginar o que fariam se cessassem permanentemente toda a atividade agrícola” (CONWAY et al., 2017).

Segundo Chiswell (2016), os sucessores mais velhos deixavam a escola para trabalhar nas propriedades como empregados e assim eram tratados por seus pais. Não participavam das decisões da propriedade. As mães pouco opinavam sobre o gerenciamento e as finanças. Entendiam a difícil tarefa de entregar em definitivo a sucessão por parte dos pais e que era necessário aguardar o desejo dele em efetivar o processo sucessório definitivo. Nesse contexto, geralmente não se casavam e, portanto, não se formavam novas famílias e assim dava-se o envelhecimento rural.

Para Foguesatto et al. (2016), o comportamento do pai agricultor também determinou a migração do jovem para o urbano. Segundo um estudo realizado com 68 jovens filhos de

agricultores, com idades entre 15 e 29 anos, estes saíram do campo e migraram para as cidades, exercendo atividades remuneradas, com média de idade entre 17 e 29 anos. Mesmo morando na cidade, 62% dos entrevistados preferiam morar no rural, atribuindo-lhes fatores positivos.

Porém, as determinantes em optar pela cidade na maioria dos entrevistados, além de outras atribuições, foi a falta de reconhecimento dos pais pelas atividades exercidas pelos sucessores e a falta de confiabilidade em permitir que tomem decisões e participem do gerenciamento das propriedades rurais. Assim, ainda, o estudo conclui que 47% desses jovens estão em melhores condições, 37% estão na mesma condição que se estivessem morando no meio rural, 3% estão em situação pior do que no meio rural e 13% estão em situação melhor que anteriormente, mas desejam voltar para a propriedade rural (FOGUESATTO et al., 2016).

Referente ainda à realidade cotidiana de jovens rurais e seus pais, um estudo realizado no Brasil, com seis famílias de produtores rurais fumicultores, demonstra em seus resultados que, ao entrevistar os possíveis sucessores, com idades de 15 a 30 anos e que frequentaram ou ainda frequentam a escola no meio urbano, e entrevistar os pais, estes deixam evidente nas suas falas que são eles que gerenciam as propriedades. Já os filhos respondem que seus pais não lhes permitem tomar decisões junto às atividades rurais, cabendo-lhes apenas as tarefas impostas, o que os afasta da ideia de gerenciar futuramente a propriedade rural (RAMOS, ANGNES e COSTA, 2018).

Outros estudos, como o realizado na Escócia, traz um fator contributivo na visão dos agricultores, na influência da imigração para o urbano, em que a maioria dos agricultores tem a concepção de que a mecanização melhorou o trabalho penoso, diminuiu o número de pessoas no campo, mas ao mesmo tempo afastou crianças e jovens do trabalho e acompanhamento diário das atividades, podendo esses perder o interesse pela fazenda (FISCHER; BURTON, 2014). Mais um estudo, nesse caso brasileiro, apresenta um fator relevante no comportamento do agricultor frente à impossibilidade do trabalho infantil imposta pela lei. Os agricultores entendem que a legislação é culpada pelos jovens não terem apego ao campo, uma vez que proíbe o trabalho infantil, não proporcionando que a criança tome gosto pela atividade desde a infância (RAMOS, ANGNES e COSTA, 2018).

Outro fator, para Perondi e Schneider (2012) e Matte (2013), é o capital financeiro que influencia significativamente a permanência no rural, pois quanto maior ele for maior o interesse do potencial sucessor em suceder seu pai, devido às condições de desenvolvimento e progresso.

O capital financeiro potencializa o capital físico, constituído pelo processo econômico de produção, como máquinas e benfeitorias, ou até mesmo aquilo que provém desses meios,

como estradas, água encanada, energia elétrica, entre outros, que somam para o desenvolvimento. Salienta-se que a quantidade de terra disponível para o agricultor ter acesso a esses capitais é um fator indispensável para se alcançar tais estruturas (PERONDI e SCHNEIDER, 2012; MATTE, 2013).

Numa mesma visão, Samiullah e Rahman (2018), em seus estudos, confirmam que a fragmentação da terra destinada aos herdeiros, conforme a lei determina, impactou na diminuição das propriedades, acarretando inúmeros outros gargalos como a produtividade que, muitas vezes, é insuficiente até mesmo para o sustento das famílias.

Nesse caso, as famílias, ou parte delas, nesse caso os filhos, abandonarem o rural e irem aos centros urbanos em busca de trabalho rentável, confirma que a eficiência da fazenda diminui conforme diminui seu tamanho (SAMIULLAH e RAHMAN, 2018).

Na perspectiva de Ellis (2000), o capital natural pode ser substituído pelo capital físico em algumas hipóteses, principalmente devido à ocorrência de mudanças tecnológicas, através da industrialização, urbanização de forma cumulativa ao longo do tempo. Esse modo de substituição pode contribuir na retirada da pressão que envolve os recursos naturais que estão sendo esgotados.

A influência à migração para os centros urbanos também é resultado dos estudos de Creighton, Blatner e Carrol (2016), cujas incertezas regulatórias, a divisão da herança, assim como as instabilidades financeiras, o alto custo da terra, as oportunidades sociais, econômicas e culturais existentes no urbano, as invasões principalmente nas florestas, onde o proprietário não possui sua moradia, e os vandalismos colocavam em dúvida o desejo de dar continuidade ao rural.

Os entrevistados do estudo relacionado eram 16 proprietários de florestas familiares, localizadas no Estado de Washington nos EUA que possuíam grandes áreas de aproximadamente 100 acres, outros 16 agricultores possuíam menos de 20 acres, considerados pequenos fazendeiros florestais. Da soma deles, 28 agricultores (80%), eram multigeracionais, pois toda a família trabalhava no gerenciamento da floresta familiar. Já 24 agricultores eram proprietários de suas florestas, mas não residiam na área rural, e os 8 restantes residiam na propriedade rural junto de suas florestas. Apresentaram como motivo da migração para o urbano as incertezas regulatórias referentes aos valores tarifários e tributos para o trabalho florestal (CREIGHTON, BLATNER e CARROLL, 2016).

Percentualmente falando, mais de 50% dos proprietários entrevistados expressaram o desejo de ver a floresta da família continuar através da sucessão geracional, mesmo sabendo que as dificuldades levariam os sucessores a sérios problemas geracionais e que a realidade

enfrentada, inclusive pelos jovens, condiciona-os à percepção de que naquele meio de vida não terão renda suficiente para o sustento e a formação de sua própria família (CREIGHTON, BLATNER e CARROLL, 2016).

O jovem é claramente influenciado pela renda familiar, pois ela interfere na decisão entre permanecer no campo ou migrar para o urbano. Sabe-se ainda que existem outros fatores que são decisivos e indissociáveis e que permeiam as vontades dos jovens, como a dinâmica do meio urbano e o sistema tecnológico, que são atrativos aos possíveis sucessores (SAVIAN, 2014).

Ramos, Angnes e Costa (2018), no estudo com seis famílias de produtores rurais fumicultores, já citado anteriormente, apontam em suas entrevistas que elementos importantes lhes causavam indecisão em permanecer no rural, sendo elas estimuladas pelos benefícios que a cidade oferecia, tais como emprego assalariado e mensal e um trabalho menos penoso.

Os jovens, ainda, em sua maioria, não acreditavam que a agricultura de pequena escala não poderia custear o padrão de vida que eles almejavam, muito próximo daqueles idealizados no meio urbano. Os pais não impediam os filhos de irem para a cidade em busca de melhores condições, mesmo que seus desejos intrínsecos fossem de que eles não abandonassem tudo o que a família construiu (RAMOS, ANGNES e COSTA, 2018).

Um elemento que se destaca no meio rural, resultado da migração do jovem para os centros urbanos, e conseqüentemente seu esvaziamento, é a falta de lazer, de atividades recreativas, festas, jogos, entre outros, que proporcionem entretenimento, pois sem material humano para tais é inviável qualquer tipo de acontecimento dessa espécie, conforme os relatos daqueles poucos jovens que ainda permaneceram na região da campanha do estado do Rio Grande do Sul (MATTE, SPANEVELLO e ANDREATTA, 2015).

Foguesatto et al. (2016), entrevistaram 68 jovens filhos de agricultores, com idade entre 15 e 29 anos, que saíram do campo e migraram para as cidades, exercendo atividades remuneradas, com média de idade entre 17 e 29 anos. Mesmo morando na cidade, 62% dos entrevistados preferiam morar no rural, atribuindo-lhes fatores positivos. O que determinava a decisão de estar no urbano foi a falta de renda regular adequada, pois nas propriedades rurais não recebiam salário fixo, o que não lhes garantia poder ir à cidade quando desejado e usufruir da qualidade de vida que ela oferecia.

Assim, a falta de políticas públicas voltadas para o rural que proporcionassem uma expectativa de aproximação com o urbano e a existência de escolas técnicas e universidades no meio rural, entre outros fatores, levaram-nos a migrar e permanecer na cidade (FOGUESATTO et al., 2016).

Nesse mesmo sentido, 32% das famílias, ou 16 delas, argumentam que na cidade o trabalho é menos penoso, mais rentável, possui horas a serem trabalhadas, ao contrário do campo, que são todos os dias, de domingo a domingo. Tem-se a facilidade do acesso ao estudo e ao mercado de trabalho para as mulheres, além da questão de melhores condições de saúde, pois no campo se tem contato direto com venenos e o acesso a médicos é limitado (KISCHENER, KIYOTA e PERONDI, 2015).

A migração para o urbano também é influenciada pelas condições de prospecção de melhoria de vida que a cidade apresenta. O jovem sente-se motivado a migrar para o urbano em busca de remuneração fixa e direitos trabalhistas, oportunidade de trabalho menos penoso e rentável e, conseqüentemente, com essa renda terá acesso a lazer e independência. O autor ainda ressalta que o acesso à educação é determinante, pois ele impulsiona sequencialmente o acesso aos demais fatores, como trabalho, renda e lazer (SAVIAN, 2014).

Nesse viés, Creighton, Blatner e Carroll (2016) consideraram o fator mais relevante do presente estudo como impulsionador da desistência do rural pelos potenciais sucessores, a divisão da herança, que legalmente estabelecida diminuía ainda mais o tamanho das propriedades, tornando impossível torná-las rentáveis, diante de tantos entraves institucionais impostos pelo sistema governamental da região estudada. Os potenciais sucessores dela ainda presenciavam os pais sofrerem com as instabilidades financeiras, o alto custo da terra, valorada principalmente pela tendência da entrada da produção de grãos, falta de oportunidades sociais, econômicas e culturais existentes somente no urbano, as constantes invasões, principalmente nas florestas, onde o proprietário não possuía sua moradia, e ainda os vandalismos.

Isso tudo colocava em dúvida, e gerava temor, o desejo de dar continuidade ao rural. Mais de 50% dos proprietários entrevistados expressaram o desejo de ver a floresta da família continuar através da sucessão geracional, mesmo sabendo que as dificuldades levariam os sucessores a sérios problemas geracionais, inclusive de subsistência (CREIGHTON, BLATNER e CARROLL, 2016).

Tendo como resultado negativo frente à permanência no meio rural, os autores descrevem a região pesquisada como propriedades rurais com atividades econômicas predominantes, como a agricultura, indústria e serviços. A fragmentação da terra, estabelecida por lei aos herdeiros, fazia com que as propriedades ficassem ainda menores, em que 69% das propriedades eram inferiores a 2ha. Conseqüentemente, isso gerava baixa produtividade, aliada com a falta de gerenciamento eficiente, e induzia as famílias a migrarem para o urbano, arrendarem ou abandonarem suas pequenas propriedades porque não conseguiam produzir nem para o próprio sustento e manutenção da propriedade. Contudo, ficou confirmado que a

eficiência da fazenda diminui conforme diminui seu tamanho (SAMIULLAH e RAHMAN, 2018).

O pai agricultor historicamente tem intrínseco em seu perfil a detenção do poder absoluto sobre a propriedade, a família e todas as suas decisões, inclusive tem em sua capacidade cognitiva quem vai sucedê-lo, como serão as práticas desse filho e, muitas vezes, projeta inclusive o futuro do matrimônio de seu potencial sucessor. Silvestro et al. (2001) enfatizam que o controle do estabelecimento rural, bem como a transferência dele, não ocorre simultaneamente, ele é presumido pelo seu proprietário.

A passagem do controle da propriedade acontece de forma gradativa e muitas vezes lenta na transferência das tarefas e da gestão ao filho sucessor, através de ações importantes como o gerenciamento das contas, através da necessidade de sistemas de informática em que o filho tem conhecimento, abertura de contas em conjunto, obtenção de bloco de produtor rural, entre outras atividades. Ainda, com resistência por parte do pai, sua característica hierárquica na organização da família com poder quase absoluto vai gradativamente desaparecendo, abrindo espaço para a formação do novo sucessor geracional (SILVESTRO et al., 2001).

Nos estudos realizados pelos autores, na Escócia, em propriedades com atividades de carne bovina, ovina, laticínios, na perspectiva para a permanência no rural, três aspectos foram identificados: a construção de identidades dos sucessores, a evolução na ‘escada da fazenda’ e o desenvolvimento de estratégias das atividades agrícolas. Os sucessores possuíam enraizados em suas identidades a agricultura e o sentimento de suceder o pai. A questão de gênero ficou clara onde o filho homem se encaixava na tendência da progressão e evolução da “escada da fazenda”, pois ela se constrói desde quando o sucessor é criança, através da motivação da capacidade de desenvolver habilidades e conhecimentos relevantes para um futuro sucessor. A trajetória agrícola, a evolução da propriedade e sua expansão servem para estimular o potencial sucessor a dar continuidade à propriedade como uma profissão (FISCHER e BURTON, 2014).

Ainda em outro estudo, realizado com 50 entrevistados pertencentes a duas comunidades do meio rural, 36% dos agricultores entrevistados possuem um sucessor potencial com interesse em gerenciar a propriedade, bem como esse processo já estava definido pelos filhos que frisaram que os laços de amizade e fidelidade entre os vizinhos e a comunidade eram determinantes para aqueles que desejam suceder seus pais (KISCHENER, KIYOTA e PERONDI, 2015).

Contudo, inúmeros fatores contribuem para a formação das categorias apresentadas através da revisão sistemática apresentada. A idade e sexo dos atores da agricultura, o comportamento deles no meio em que estão inseridos, a conjuntura social, cultural e

educacional dos centros urbanos, a herança na sucessão geracional e a identificação do agricultor com o rural determinam significativamente as estratégias comportamentais do jovem em permanecer no rural ou migrar para o urbano.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresenta o percurso metodológico seguido ao longo do estudo, com embasamentos produzidos por autores como Prodanov (2013), o qual afirma que, partindo do pensamento de que método é um mecanismo para obter determinado fim e que o propósito da ciência é a busca do conhecimento, tem-se que o método científico é um conjunto de procedimentos utilizados com o intuito de obter certo conhecimento. Nesse sentido, o método utilizado nesta pesquisa tem a intenção de contribuir para responder à pergunta de pesquisa e atender aos objetivos propostos.

Cabe, inicialmente, destacar que o presente estudo se insere em um projeto maior com recursos financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), contemplado no edital de chamada CNPq/SESCOOP N° 007/2018, processo de execução de n° 402916/2018, o qual se propõe a realizar um diagnóstico sobre as perspectivas sucessórias dos filhos de associados em cooperativas agropecuárias pertencentes ao segmento grãos, leite, carnes, localizadas em distintas regiões do estado do Rio Grande do Sul. O projeto encontra-se aprovado pelo Comitê de Ética sob número CAAE 20800719.9.0000.5346.

O objetivo central do projeto foi apontar o percentual de propriedades com sucessão, bem como avaliar os apontamentos das filhas no que tange à importância e às formas como as cooperativas podem auxiliar no processo sucessório e como ou com quais ações, a partir das demandas das jovens, as cooperativas podem auxiliar no processo de sucessão. Para o estudo, foram selecionadas três cooperativas agropecuárias de diferentes segmentos, como carnes, grãos e leite, cadastradas junto à Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul.

As cooperativas agropecuárias apresentam uma espacialidade geográfica conforme o segmento em que atuam, sendo que a cooperativa que trabalha com leite se concentra principalmente na região Norte, a de carnes no Vale do Taquari e a de grãos especialmente no Norte e Noroeste. A escolha de uma cooperativa por segmento pressupõe contemplar a realidade sucessória das demais cooperativas do mesmo segmento pertencente à mesma região. Ademais, o fato de pertencerem a regiões distintas possibilita a contemplação de possíveis especificidades regionais.

Destaca-se que a presente Dissertação contempla uma análise voltada especialmente às jovens mulheres sucessoras inseridas nos distintos segmentos agropecuários dessas três cooperativas que farão parte deste estudo (grãos, carne e leite), buscando abranger a diversidade de situações quanto à questão sucessória dentro do cooperativismo agropecuário gaúcho.

3.1 MÉTODO E CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O projeto apresenta sua natureza como aplicada, pois enfatiza a geração de conhecimento que se direciona para a solução de problemas e permite a busca de aplicação prática em situação específica. Pode ser igualmente denominada como proposição de planos, pois tende a apresentar respostas para determinadas questões organizacionais.

A pesquisa aplicada tem seu enfoque direcionado aos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações e a grupos ou atores sociais. Ela consiste na elaboração de diagnósticos, na identificação de problemas e ao mesmo tempo na busca de soluções. Sua objetividade ainda responde a uma demanda formulada por “clientes, atores sociais ou instituições” (THIOLLENT, 2009, p. 36). No que se refere aos objetivos da pesquisa, ela tem cunho interpretativo.

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa e quantitativa, uma vez que a primeira se preocupa com a investigação minuciosa de um grupo social, uma organização entre outros, não se atendo à representatividade numérica em si (GOLDENBERG, 1999, p. 34). A pesquisa qualitativa, para Minayo (2007), compreende um universo de significados, crenças e valores, motivações, valores e atitudes, que correspondem a um ambiente envolvente. No mesmo ângulo de abordagem, a pesquisa quantitativa, por sua vez, está pautada na objetividade e procura, através da linguagem numérica, descrever os resultados de um fenômeno e a existência de possíveis relações entre determinadas variáveis. Portanto, Gerhardt e Silveira (2009) destacam que a pesquisa conjunta, qualitativa e quantitativa, proporciona o reconhecimento de uma maior quantidade de números de dados do que cada uma isoladamente.

O estudo classifica-se como de múltiplos casos. Yin (2001, p. 32) traz uma definição para estudo de casos, que consiste em “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Ainda para Creswell (1998), um estudo de caso consiste na investigação de um “sistema fechado” ou também denominado como um caso/múltiplos casos, com linhas que estabelecem tempo e espaço, utilizando-se de inúmeras fontes de dados que compreende um contexto social, físico, histórico e/ou econômico.

Sob o mesmo viés, Gil (2007, p. 34) enfatiza que essa classificação de estudo é extensivamente utilizada nas ciências sociais. Afirma que “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos casos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. A crescente utilização do estudo de caso/múltiplos casos na área das ciências sociais elucida diferentes propósitos ao utilizá-lo, como a preservação do caráter unitário do

objeto que está sendo estudado; em determinada situação, descrever o contexto em que se insere a investigação; observar acontecimentos da vida real em que os limites não estão explicitamente determinados; desenvolver teorias ou até mesmo desenvolver hipóteses e “explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situação muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos”.

3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Como procedimento técnico, no primeiro instante, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, baseada numa revisão da literatura para um melhor entendimento do tema e para uma melhor fundamentação. Essa pesquisa constituiu-se num levantamento detalhado de publicações já existentes através de artigos científicos, livros, dissertações, entre outros que proporcionaram conhecer o que já se estudou referente ao assunto (FONSECA, 2002, p. 32).

Também foi realizada uma pesquisa documental a partir de documentos fornecidos pelas cooperativas e que, segundo Gil (2007), contempla uma diversidade de documentos elaborados para fins diversos, em diversos formatos, como documentos institucionais, pessoais, jurídicos ou iconográficos, assim como registros estatísticos que possibilitam uma maior compreensão do contexto a ser estudado.

A pesquisa bibliográfica e documental veio ao encontro da problematização e ao entendimento dos objetivos, servindo de embasamento para a construção do roteiro de entrevistas semiestruturadas, que foi aplicado.

As entrevistas foram realizadas com as jovens sucessoras ou potenciais sucessoras, filhas de associados das cooperativas participantes da pesquisa. As perguntas apresentaram-se de forma aberta ou fechada, contemplando os objetivos propostos pela pesquisa. Não é necessário, nesse contexto, seguir um modelo exato de formulação, pois a liberdade ao criar as perguntas, inclusive com possíveis respostas, possibilita uma visão individual do entrevistado sobre o tema (FLICK, 2013).

Esse instrumento de coleta de dados também se baseia nas concepções de Manzini (2004), as quais trazem a sua importância, uma vez que esse tipo de entrevista pode fazer com que surjam novas informações que irão complementar aquelas perguntas principais que já foram realizadas, objetivando responder os objetivos do trabalho. Na visão de Bourdieu (1999), ao elaborar as questões para a entrevista, essas devem seguir uma sequência de pensamentos para facilitar o poder de raciocínio do pesquisado, além de se ter o cuidado para que elas não fujam da ética e dos princípios dos estudos científicos.

Para Goldenberg (1999), uma entrevista bem-sucedida deve primar pela confiança e reciprocidade entre pesquisador e pesquisado, características essas determinantes para que as respostas das entrevistas possam contemplar aquilo de que a pesquisa necessita para o êxito de seu trabalho de campo.

Nessa perspectiva, foram aplicadas as entrevistas apenas readequando-as conforme as práticas produtivas e comercialização de cada cooperativa, que seguiram a estrutura do Quadro 1.

Quadro 1 - Estrutura da entrevista

Objetivos específicos	Roteiro da Entrevista
1 - Identificar as características das propriedades rurais e do perfil das jovens mulheres sucessoras;	BLOCO I- Caracterização – Em relação às jovens sucessoras; BLOCO II- Caracterização – Em relação à propriedade rural; BLOCO III- Em relação à sua participação na tomada de decisões na propriedade;
2 - Realizar uma análise sobre o processo sucessório das jovens mulheres nas propriedades rurais;	BLOCO III- Em relação à sua participação na tomada de decisões na propriedade; BLOCO IV- Em relação à sucessão geracional; BLOCO V- Em relação à importância da cooperativa na sucessão geracional;
3 - Compreender a influência das cooperativas que impulsionaram as jovens em querer suceder;	BLOCO IV- Em relação à sucessão geracional; BLOCO V- Em relação à importância da cooperativa na sucessão geracional;

Fonte: Elaborado pela autora.

3.3 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados junto às filhas de associados das cooperativas selecionadas. Entendeu-se por jovens sucessoras, ou potenciais sucessoras, aquelas que já conduzem as atividades produtivas e de gestão das propriedades paternas de forma autônoma ou em conjunto com os seus pais. O recorte etário foi entre 18 e 30 anos de idade, considerado o período em que os projetos de vida já estão definidos ou em fase de definição, ou seja, as jovens já sabem se sairão da propriedade e migrarão para o urbano ou se permanecerão no meio rural.

As informações referentes às famílias foram fornecidas pelas cooperativas com base em seus bancos de dados e equipe técnica que atende aos respectivos associados. Assim, foi possível identificar a amostra que atendeu aos requisitos da pesquisa. As entrevistas foram conduzidas face a face pela pesquisadora e outras integrantes do projeto de pesquisa.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

O presente estudo realizou a interpretação e análise dos resultados com o objetivo de responder aos questionamentos propostos por ele. Nesse sentido, ocorreu a organização dos dados, bem como a realização da sistematização, através de análise de estatística descritiva, utilizando-se o Software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), sendo necessária uma ligação entre os dados já existentes e os elementos coletados na pesquisa de campo, para através da análise de conteúdo obter as respostas ao problema objeto de investigação.

A análise de conteúdo utilizada no estudo foi a definida por Bardin (1994), ou seja, é a utilização de procedimentos sistemáticos e objetivos que descrevem o conteúdo das mensagens através de técnicas de comunicação. Os indicadores, para tanto, podem ser quantitativos ou não, desde que possibilitem uma relação de conhecimentos ou variáveis com essas mensagens.

No decorrer do estudo, foi elaborada uma análise comparada, baseada no método comparativo entre os resultados dos diferentes grupos de cooperativas agropecuárias, para a visualização das relações existentes entre eles e suas influências no processo sucessório.

Segundo autoras, há uma contribuição oriunda do estudo das semelhanças e diferenças entre inúmeros tipos de grupos, povos ou sociedades que resultam numa melhor compreensão do comportamento humano. O método comparativo compreende verificar similaridades e explicar divergências dentro do contexto analisado. Consiste, ainda, em comparações de diversas situações, inclusive entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento (MARCONI e LAKATOS, 2003).

Ainda, Schneider e Schmitt (1998, p. 49) trazem a ideia de que “comparar é natural do ser humano”, naturalmente compara-se ao conhecer algo ou um objeto em questão com outro que se equivalha. Os autores consideram a comparação como inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais.

3.5 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

O local da pesquisa foi selecionado através de um levantamento e aceitação por parte das Cooperativas em participar da pesquisa, no sentido de identificação dos municípios de suas abrangências e com maior presença de jovens sucessores, sujeitos da pesquisa.

Em cada uma das três cooperativas selecionadas (Carnes, Grãos e Leite) as amostras abrangeram os municípios apresentados no quadro 2.

Quadro 2 - Municípios da pesquisa, população-alvo e amostra

Município	População-alvo	Amostra Mulheres
Estrela	05	01
Imigrante	01	-
Teutonia	22	04
Marata	02	01
Colinas	08	01
Paverama	01	-
Westfália	19	06
Poço das Antas	02	01
Total	60	14

Município	Público-alvo	Amostra Mulheres
Liberato Salzano	17	7
Novo Xingú	10	5
Sarandi	12	4
Rondinha	28	2
Constantina	13	1
Nova Boa Vista	14	1
Ronda Alta	15	1
Trindade do Sul	10	1
Engenho Velho	4	-
Total	123	22

Município	População-alvo	Amostra Mulheres
Campo Novo	30	03
São Martinho	30	04
Sede Nova	26	05
Redentora	18	05
Coronel Bicaco	21	03
Total	125	20

Fonte: Elaborado pela autora.

A Cooperativa de Carnes foi fundada por um grupo de pequenos agricultores, sendo esses imigrantes europeus, na sua maioria de origem germânica, que tinham por atividade principal a agricultura, exploração das lavouras e a criação de aves, suínos e gado leiteiro, objetivando o sustento da família. As eventuais sobras eram comercializadas para pequenas casas comerciais que, em troca, forneciam os alimentos e insumos não disponíveis nas propriedades. Com o passar do tempo, o volume de produção e as dificuldades de comercialização foram aumentando. A agregação de valor à matéria-prima era, além de um objetivo, uma necessidade dos produtores na década de 1950 e representou o marco do crescimento do Vale do Taquari. Atuante nos segmentos de aves, suínos, embutidos, laticínios, rações, varejo e postos de combustíveis, está entre as maiores cooperativas agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul.

Em seu Frigorífico de Aves são abatidos mensalmente 2,3 milhões de frangos, transformados em uma linha de produtos composta por mais de 70 itens. Dessa produção, 50%

são destinados ao mercado externo, comercializados em mais de 40 países do Continente Africano, Leste Europeu, Extremo Oriente e Caribe. Hoje, o Frigorífico de Aves é responsável por 30% de todo o faturamento. Em sua planta industrial totalmente automatizada são processados mensalmente mais de dez milhões de litros de leite, envasados nas versões pasteurizada e longa vida, além de ser o ingrediente principal para a fabricação de ampla linha de derivados.

Da totalidade de produtos exportados pela cooperativa, aproximadamente 75% a 80% são frangos inteiros e 20% a 25% são cortes (partes, miúdos e processados). Os maiores mercados compradores dos produtos são Oriente Médio, África, Extremo Oriente, Leste Europeu, América Central, onde em cada mercado são respeitadas as questões culturais, religiosas e mercadológicas.

A Cooperativa do Segmento Grãos está localizada no Corede Noroeste. Apresenta um quadro de associados de aproximadamente 8.568, pertencentes ao município e região. A cooperativa foi fundada por um grupo de 23 produtores com o objetivo de estimular o desenvolvimento e a defesa de suas atividades econômicas.

A preocupação inicial foi a montagem de uma rede de armazéns com instalações para recebimento e armazenagem da produção e atualmente atua em 17 municípios. Possui mais de 40 locais de atendimento, que abrangem: unidades de recebimento e comercialização de produtos agrícolas e insumos; supermercados; agropecuárias; indústria de farinha de trigo; central de armazenagem; posto de combustível; nutrição animal; unidade beneficiadora de sementes e praça de alimentação, estrutura de apoio que compreende assistência técnica aos cooperados, área experimental de pesquisas e serviços de transportes. Conta com um quadro de colaboradores de 1.142 pessoas, sendo que desse montante 31,44% são do sexo feminino.

A Cooperativa de Leite, escolhida para o trabalho, é uma cooperativa agropecuária que não é exclusiva da atividade leiteira, porém o público-alvo da pesquisa foi selecionado através do levantamento de associados cuja principal renda é oriunda da atividade leiteira. A cooperativa foi fundada através da iniciativa de 21 agricultores que buscavam melhores condições de vida. A cooperativa foi criada para suprir as dificuldades de beneficiamento, transporte e comercialização das safras de trigo, que ao longo dos anos se expande financeiramente, socialmente e economicamente.

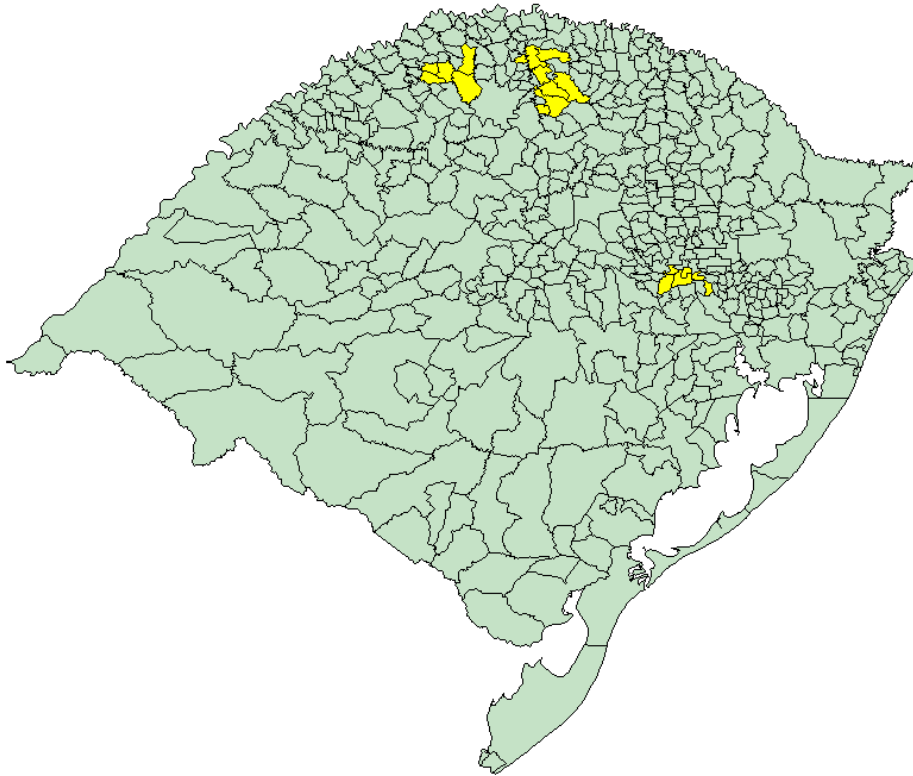
Possui uma rede de recebimento de produtos agrícolas (soja, trigo e milho), rede de supermercados, lojas lar e construção, unidade de peças e implementos agrícolas, lojas de pecuária, insumos, moinho de trigo, posto de recebimento de leite, fábrica de rações, unidade de beneficiamento de sementes (UBS), posto de combustível e conta com participação acionária

na Cooperativa Central Gaúcha CCGL, na indústria de leite e no Terminal Portuário Termasa Tergrasa, em Rio Grande. A Cooperativa reúne quase 10 mil associados, 94% dos quais de mini e pequeno porte.


O seu quadro é composto por 9.816 associados; conta com 1.326 funcionários, destes atuam diretamente no campo 112 profissionais com formação Técnica em Agropecuária, Zootecnistas, Médicos Veterinários e Engenheiros Agrônomos; são cerca de 30 mil clientes e fornecedores envolvidos com o sistema cooperativo; área agricultável abrange 300.000 hectares e mais de 30 filiais.

As cooperativas estão localizadas em diferentes regiões geográficas, conforme a Figura 1 que ilustra a localização dos municípios que fizeram parte da pesquisa.

Figura 1 - Localização dos municípios



Fonte: Elaborado pela autora.

 Municípios de abrangência da pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo contempla resultados detalhados, propondo-se a responder ao primeiro objetivo da Dissertação. Apresenta as características das jovens participantes da pesquisa, bem como das propriedades analisadas.

4.1 AS JOVENS MULHERES SUCESSORAS ASSOCIADAS OU FILHAS DE ASSOCIADOS DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

Esta seção possui caráter descritivo, fundamentada na pesquisa de campo realizada, que envolve jovens mulheres sucessoras, associadas ou filhas de associados de cooperativas agropecuárias de diferentes segmentos, de duas regiões distintas do estado do Rio Grande do Sul, Noroeste e Centro Oriental. A caracterização é composta por questões relativas ao perfil das jovens e das propriedades rurais, seguido da inserção das jovens na propriedade rural, em questões relativas ao trabalho, gestão e renda.

Cabe salientar que os resultados são analisados em conjunto e separadamente, conforme a ordem de Cooperativa de Carnes, Cooperativa de Grãos e Cooperativa de Leite, bem como as jovens denominadas por numerais, de 1 a 14, 1 a 20 e 1 a 22, respectivamente.

4.1.1 Caracterização das jovens entrevistadas

As respondentes totalizam 56 jovens mulheres, distribuídas em 19 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, localizados em duas Mesorregiões Geográficas, sendo uma a Região Centro Oriental, onde se localiza a Cooperativa de Carnes, e a outra a Região Noroeste, onde localizam-se as Cooperativas de Grãos e de Leite.

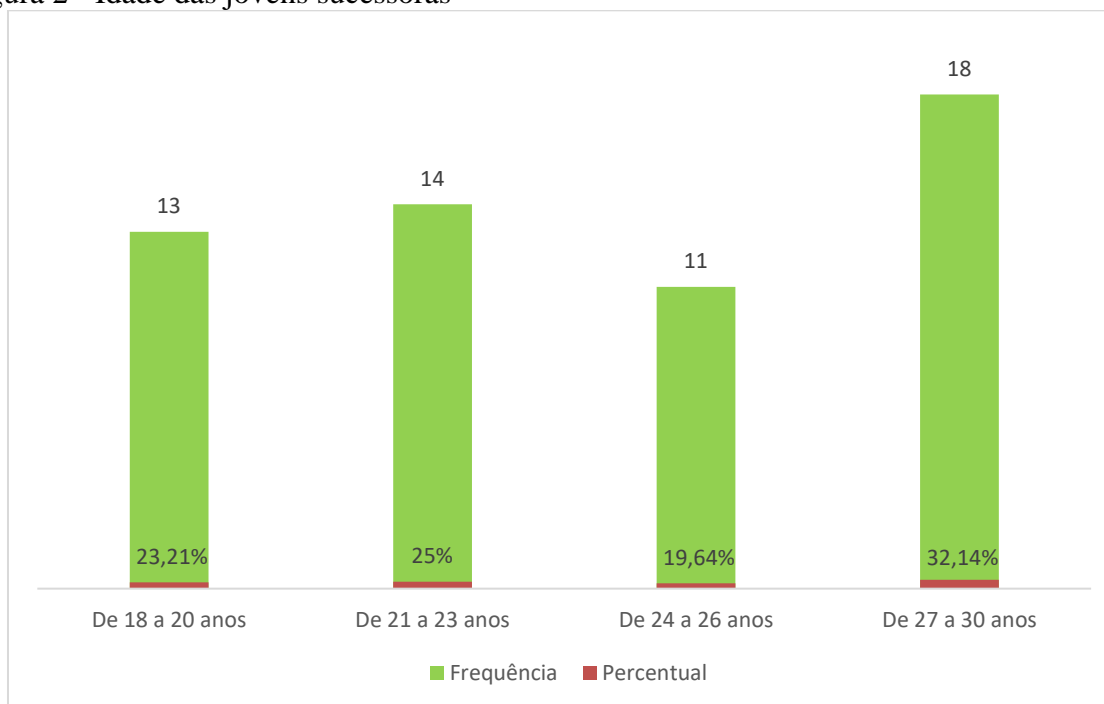
Foram entrevistadas jovens mulheres de 18 a 30 anos de idade, sendo que 13 jovens possuem entre 18 e 20 anos, 14 jovens entre 21 e 23 anos, 11 jovens entre 24 e 26 anos, e 18 jovens entre 27 e 30 anos de idade.

Num contexto geral, percebe-se que o grupo pesquisado possui uma paridade etária. Porém, ao analisar os resultados das cooperativas independentemente, tem-se que as jovens pertencentes à Cooperativa de Carnes apresentam um perfil em que a maioria das jovens estão na faixa de 27 a 30 anos de idade.

Entre as jovens pertencentes ao grupo da Cooperativa de Grãos, a maioria encontra-se na faixa entre 18 e 20 anos de idade. Já na Cooperativa de Leite, as entrevistadas enquadram-se na faixa etária entre 21 e 23 anos.

A Figura 2 apresenta a totalidade das jovens que participaram do estudo, divididas em faixas etárias, condicionadas à sucessão geracional das propriedades rurais.

Figura 2 - Idade das jovens sucessoras



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Tratando-se da escolaridade das respondentes, tem-se que a maioria das jovens possui o Ensino Médio Completo, seguido do Ensino Superior Incompleto e Ensino Superior Completo. Entre as respondentes que estão cursando o Ensino Superior ou que já estão formadas, os cursos que apresentam maior preferência pelas jovens foram Administração (8 jovens), Contabilidade (6 jovens) e Agronomia (4 jovens). É importante frisar que a opção por administração e contabilidade está voltada ao acesso à faculdade, com preço acessível e polos próximos, mas principalmente por serem cursos noturnos, o que permitia as jovens trabalhar durante o dia na propriedade e estudar à noite.

Segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017), a escolaridade da população rural com maior índice de pessoas é o antigo primário, representado por um montante de 127.443 entre homens e mulheres. Já o número de pessoas que cursaram até o ensino médio soma um montante de 42.701, sendo que 87,19% são homens e 12,81% são mulheres. A diferença entre o nível de escolaridade entre homens e mulheres que cursaram o ensino superior no Estado, é percentualmente de 83,41% por homens e 16,59% por mulheres.

O nível de escolaridade predominante entre as jovens mulheres da Cooperativa de Carnes é o Ensino Médio Completo e Ensino Técnico, apresentando percentual de 36% para cada um, na medida em que 28% delas estão cursando o Ensino Superior ou que já o concluíram. O que se pode observar, a partir dos relatos das jovens, é que a atividade exercida por elas na propriedade não necessita de “especialização”, pois o sistema de integração com a Cooperativa exige que se tenha a estrutura adequada, e do restante a cooperativa se encarrega, como insumos, assistência técnica entre outros fatores que a atividade exige.

Salienta-se que as jovens pertencentes à Cooperativa de Grãos são as que percentualmente possuem maior nível de escolaridade, somando 60% das jovens mulheres que cursam ou concluíram o Ensino Superior.

Quanto à escolaridade das jovens vinculadas à Cooperativa de Leite, constatou-se que a maioria possui Ensino Médio Incompleto (36,36%), seguido de 27,27% que possuem Ensino Superior Incompleto e um percentual de (22,73%) das jovens que possuem Ensino Superior Completo. Dentre as jovens que possuem Ensino Superior, 31,82% possuem formação em áreas agrárias.

No estudo de Menezes e Silva (2016), o nível de escolaridade era alto, onde apenas quatro das trinta e cinco entrevistadas não possuíam o ensino superior. Isso demonstra que quanto maior o poder aquisitivo das famílias, maior o investimento em educação e especialização. Dentro do estudo em questão apenas 27% das jovens possuem o Ensino Superior completo ou incompleto. O que cabe ressaltar é que a preferência pelas mulheres sucessoras entre os cursos ofertados são os mesmos: Administração e Contabilidade.

Frente a essa realidade, os contextos diferem quando as jovens sucessoras do estudo citado optaram por esses cursos, uma vez que se colocam na posição de gestoras das propriedades, gerenciando-a e deixando que o pai ou o marido/companheiro trabalhem nas atividades produtivas e comercialização. Como os elementos contributivos pela permanência dessas jovens sucessoras foram variados, a condição de aprimoramento nos estudos serve para legitimar a posição de sucessoras geracionais, principalmente quando se caracterizou a maioria como sucessão não planejada (MENEZES e SILVA, 2016).

Dentro dessa realidade os autores citados ainda apostam que, entre as entrevistadas, quatro enquadravam-se como agricultoras familiares e, nesses casos, as jovens também se envolvem diretamente com a atividade de produção e comercialização, ficando explícita a ideia de que na agricultura familiar a mulher desempenha mais que uma atividade.

Ainda, os autores apontam em seus resultados que essa qualificação das jovens sucessoras vinha de cursos de pós-graduação em escolas renomadas em gestão, cursos

patrocinados por grandes empresas multinacionais fornecedoras de insumos e cursos de extensão oferecidos pelas cooperativas e sindicatos (MENEZES e SILVA, 2016). Nesse âmbito aparece a importância da cooperativa e dos sindicatos para a inserção da mulher no agronegócio brasileiro.

Em relação ao estado civil, 51,57% das jovens são solteiras, seguido de 34,95% casadas e 13,47% apresentam a união estável. Remetendo-se aos resultados individuais das jovens mulheres por cooperativas agropecuárias, tem-se que o maior índice de jovens casadas pertence ao grupo da Cooperativa de Carnes (42,86%), que ao somar com as jovens que possuem união estável totalizam 64,62% das respondentes, ou seja, trata-se de jovens que em sua maioria já constituíram suas famílias.

O estado civil destas jovens da cooperativa de carnes provavelmente esteja relacionado com a faixa etária e até mesmo a aspectos culturais e étnicos da região. Já as jovens da Cooperativa de Grãos são, em sua maioria, solteiras (65%), seguido das jovens da Cooperativa de Leite que apresentam um percentual de 54% nesta mesma condição. Esses resultados podem estar relacionados à faixa etária das jovens de ambos os grupos, que, devido à idade, encontram-se solteiras.

Tratando-se do local de residência das entrevistadas, constatou-se que 64% das jovens pertencentes à Cooperativa de Leite residem na propriedade com os pais e 27% residem na propriedade em casa separada dos pais. Os resultados apontam ainda que 9% das respondentes moram na cidade, porém trabalham na propriedade.

Com relação às atividades realizadas pelas jovens mulheres fora da propriedade, 69,22% afirmam que não realizam atividades externas à propriedade. Já o percentual de 30,77% das jovens entrevistadas confirma que sim. Dentre as atividades destacam-se as vinculadas às próprias Cooperativas, tais como Jovem Aprendiz Cooperativo do Campo, professora do programa Jovem Aprendiz Cooperativo do Campo, caixa de supermercado e engenheira agrônoma.

Matte et al. (2019) apresentam resultados relevantes em que a totalidade das jovens entrevistadas não realizam nenhuma atividade agrícola. Apresentam ainda que a metade das jovens trabalham fora da propriedade e o restante não possui renda e somente estuda. Essas realidades podem fomentar a saída das jovens da propriedade e a migração para o urbano em busca da independência financeira.

Ao analisar os dados por cooperativas, cabe destaque às jovens pertencentes à Cooperativa de Leite que possuem maior percentual exercendo atividades externas à propriedade (40,91%), cujas atividades estão voltadas para estágio em agência bancária (2

jovens), auxílio na agroindústria do namorado, além de confeccionar joias para unhas, atendente de lojas, entre outras.

De maneira tímida o trabalho não agrícola também apareceu entre as jovens entrevistadas, onde este e o trabalho realizado externamente à propriedade possuem o mesmo intuito.

Como alternativas de trabalho e renda para a mulher do campo, as atividades não agrícolas vêm tomando espaço, conforme Schneider (2004), que aponta a sua ascensão em todos os países da América Latina, principalmente a partir dos anos 90. Salienta que esse aumento é maior entre as mulheres. Dentro do estudo pode-se verificar esse posicionamento tomado pelas jovens, através de suas entrevistas, como um complemento da renda da família, independência financeira e até mesmo incentivo dos pais por terem estudado e, portanto, exercerem uma profissão.

Conforme Silva (2009), a renda agrícola das atividades da propriedade possui caráter familiar, envolvendo todos aqueles que estão vinculados às atividades. Já os rendimentos advindos das atividades não agrícolas têm caráter individual, o que não significa que os rendimentos não são injetados na manutenção da propriedade, mas representa independência financeira e autonomia para as jovens mulheres, elementos que, estando trabalhando nas atividades da propriedade, a tendência seria uma desvalorização e não remuneração.

A jovem que auxilia na agroindústria do namorado explica que existe uma relação de “troca” entre eles, pois ela não pode trabalhar na colheita e armazenagem do tabaco por problemas de saúde, então o namorado exerce essa atividade, enquanto ela trabalha semanalmente na agroindústria. O exercício destas atividades, além de auxiliar na renda da propriedade, possibilita uma forma das jovens possuírem renda independente.

Finalmente, ainda tratando-se da caracterização das jovens, estas foram questionadas de como elas se identificam frente ao meio em que estão inseridas. Como resultado constatou-se que as jovens no geral possuem um sentimento de serem agricultoras e donas de casa (30,35%). Trata-se de jovens que, além da participação nas atividades da propriedade, dedicam-se aos afazeres domésticos. Outras respondentes, ainda, identificam-se apenas como agricultoras (28,57%) e 17,85% caracterizam-se como estudantes, donas de casa e agricultoras. Estas informações, analisadas entre as cooperativas, são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Identificação das jovens

Cooperativa de Carnes		
Como a jovem se identifica	Frequência	Percentual
Dona de casa e agricultora	6	42,86%
Agricultora	5	35,71%
Estudante e agricultora	2	14,29%
Estudante, dona de casa e agricultora	1	7,14%
Cooperativa de Grãos		
Agricultora	8	40,00%
Agricultora e dona de casa	3	15,00%
Estudante, dona de casa e agricultora	3	15,00%
Estudante	1	5,00%
Agricultora e empresária	1	5,00%
Agricultora, dona de casa e atendente de mercado	1	5,00%
Administradora	1	5,00%
Dona de casa e administradora	1	5,00%
Secretária	1	5,00%
Cooperativa de Leite		
Dona de casa e agricultora	8	36,36%
Estudante, dona de casa e agricultora	5	22,73%
Agricultora	3	13,64%
Estudante	2	9,09%
Estudante e agricultora	2	9,09%
Empreendedora e agricultora	2	9,09%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Como se pode constatar, na Cooperativa de Carnes, observou-se que 42,86% das jovens identificam-se como “donas de casa e agricultoras”. Outras jovens identificam-se apenas como “agricultoras”, “estudantes e agricultoras” e, ainda, como “estudante, dona de casa e agricultora”.

Diferentemente das jovens da Cooperativa de Grãos, 40% identificam-se como “agricultoras”, 15% identificam-se como “agricultoras e donas de casa” e 15% identificam-se como “estudantes, donas de casa e agricultoras”. Já entre as jovens da Cooperativa de Leite, 36,36% das jovens identificam-se como “donas de casa e agricultoras”, 22,73% identificam-se como “estudantes, dona de casa e agricultoras” e 13,64% identificam-se como agricultoras”. Ainda, 9,09% se identificam como estudantes, agricultoras ou empreendedora e agricultora.

Dentro da dinâmica sucessória elencada no estudo, algumas jovens já estão condicionadas à sucessão geracional, outras em processo sucessório apenas dividindo as

atividades, gestão e renda, outras ainda apenas auxiliando na propriedade, enquanto não assumem a condição de sucessoras geracionais.

Quadro 3 - Síntese da caracterização das jovens, conforme atributos que mais se repetiram

	Carnes	Grãos	Leite
Idade das Jovens	Maioria das jovens possuem idade acima de 27 anos	Maioria das jovens possuem idade abaixo de 27 anos	Todas as jovens possuem idade abaixo de 27 anos
Escolaridade	Ensino médio e técnico	Ensino superior completo ou em andamento	Ensino médio incompleto
Estado civil	Maioria casadas ou união estável	Maioria das jovens são solteiras	Maioria das jovens são solteiras
Atividade não agrícola	Jovem realiza atividade não agrícola 21,43%	Jovem realiza atividade não agrícola 30%	Jovem realiza atividade não agrícola 40,91%
Identificação das jovens	Donas de casa e agricultoras	Agricultoras	Donas de casa e agricultoras

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.2 Caracterização das propriedades rurais

Esta seção contempla informações referentes às propriedades rurais nas quais as jovens residem juntamente com seus familiares, trazendo informações referentes quanto às áreas de terra, atividades agrícolas desenvolvidas e acesso a meios de comunicação. Assim, apresenta ainda algumas características das comunidades rurais nas quais as propriedades estão localizadas, como questões referentes a distância entre as propriedades rurais, a sede do município e infraestrutura presente.

Inicialmente, tratando-se da localização das propriedades rurais, cabe destacar que esta característica se insere no contexto de viabilidades que facilitam ou dificultam a vida no meio rural. No propósito de caracterização das propriedades, analisando as distâncias entre a propriedade rural e a sede do município, obteve-se o resultado apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Distância da propriedade até a sede do município

Distância entre a propriedade e a cidade	Frequência	Percentual
De 1 a 5 Km	18	32,14%
De 6 a 10 Km	19	33,93%
De 11 a 15 Km	11	19,64%
De 16 a 20 Km	5	8,93%
De 21 a 30 Km	2	3,57%

Em contexto geral, as propriedades das respondentes encontram-se próximas à cidade, visto que a maioria (66,07%) reside a uma distância de até 10 km. As respondentes salientam em suas falas que ter uma vida no meio rural mais próximo possível da vida urbana é um elemento favorável à permanência e à continuidade da propriedade.

Tratando-se das comunidades nas quais as propriedades estão inseridas e a infraestrutura disponível, observou-se que possuem salão comunitário, igrejas, local para prática de esporte e apenas 29,46% possuem escolas rurais.

Ao analisar os resultados das jovens respondentes pertencentes aos diferentes segmentos das cooperativas estudadas, a Cooperativa de Carnes apresenta um percentual relevante em se tratando de salão comunitário e igrejas, sendo esses de 92,86% em ambos os casos. O mesmo grupo de respondentes possui a maior quantidade de escolas em suas comunidades (64,29%).

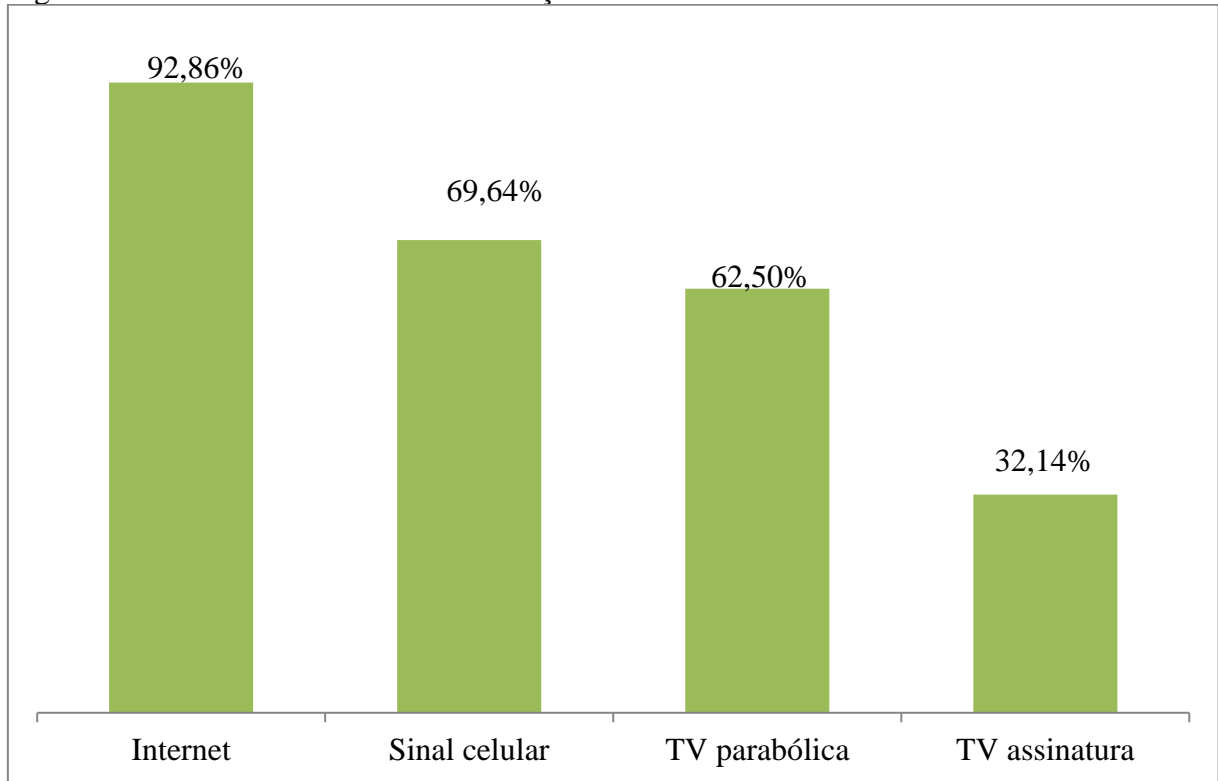
Já nas comunidades pertencentes à Cooperativa de Grãos e Cooperativa de Leite, 15% e 9,09%, respectivamente, possuem escolas rurais ativas. De acordo com as jovens, ao longo dos anos, as escolas foram sendo desativadas em virtude do êxodo rural e da diminuição do número de residentes.

A esse respeito, os três grupos de jovens apresentam realidades distintas e estabelecem essas como condicionantes à sua permanência na propriedade. As jovens respondentes da Cooperativa de Carnes trazem a importância do funcionamento das suas comunidades para o lazer e a integração entre vizinhos, apontam a importância de as estradas serem asfaltadas da entrada da propriedade até a cidade, o que viabiliza escoar a produção, ir para a cidade e colocam-se em situação privilegiada por residirem próximo à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Relacionado às condições das estradas, os demais grupos de jovens respondentes, das Cooperativas de Grãos e Leite, trazem como um elemento negativo as estradas das propriedades, de difícil acesso, tanto em dias secos e principalmente em dias chuvosos, muitas vezes não permitindo o acesso à cidade e o escoamento da produção.

A aproximação do meio rural ao meio urbano também se desenvolve através da implantação de tecnologias e inovações. Uma delas é o acesso aos meios de comunicação, que possibilita inúmeros benefícios à propriedade e aos que nela residem. A disponibilidade de meios de comunicação é apresentada na Figura 3.

Figura 3 - Acesso aos meios de comunicação



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Nesse sentido, tratando-se dos meios de comunicação e do acesso a esses pelas jovens em suas propriedades, constatou-se em termos gerais que a internet está presente na maioria das propriedades, e 69,64% possuem sinal para funcionamento de celular.

Estudos realizados nas últimas duas décadas vêm demonstrando que houve um aumento no percentual de jovens que permaneceram no campo. Isso ocorreu em quase todas as regiões do país, exceto a do Sudeste (VALADARES et al., 2016). Aponta-se alguns elementos contributivos para a permanência de jovens no meio rural, foco central de nosso estudo, ainda voltados às jovens mulheres.

Dentro dessa dinâmica, o Censo Demográfico de 2010 já remete que, ao longo dos anos 2000, ocorreu um aumento da permanência no campo. Esse período é justamente marcado por incremento na renda, o que resultou num consumo maior de bens duráveis e melhoria de infraestrutura pelos agricultores. Houve também maior acesso às necessidades básicas, como água, luz e hoje, mais do que nunca, a comunicação telefônica e acesso à internet (VALADARES et al., 2016).

Cabe salientar que, nas propriedades das jovens pertencentes à Cooperativa de Carnes, a internet está presente em 100% dos casos, bem como em 95% das propriedades das jovens pertencentes à Cooperativa de Grãos.

Esses resultados demonstram que as propriedades rurais estão fortemente ligadas ao meio urbano, aos acontecimentos globais, permitindo que tenham conhecimento de informações e ferramentas que certamente auxiliam na gestão e no desenvolvimento da propriedade rural.

Em relação às características das propriedades rurais, cabe ressaltar que um ativo importante para o funcionamento da atividade e para o processo de produção é a terra (Tabela 3). Tratando-se de área de terra disponível, 32,14% das jovens entrevistadas afirmaram que possuem uma área disponível entre 21 e 40 hectares, seguida de um percentual de 30,36% das respondentes que afirmam ter disponível 1 a 20 hectares de terras.

Tabela 3 - Total de área disponível da propriedade

Área disponível	Frequência	Percentual
De 1 a 20 há	17	30,36%
De 21 a 40 há	18	32,14%
De 41 a 60 há	10	17,86%
De 61 a 80 há	4	7,14%
De 81 a 100 há	1	1,79%
De 101 a 200 há	3	5,36%
De 201 a 400 há	2	3,57%
Não soube responder	1	1,79%

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Nesse âmbito, as diferentes atividades desenvolvidas nas propriedades influenciam no tamanho disponível e necessário para o desenvolvimento, apresentando diferentes modos de vida.

As jovens pertencentes à Cooperativa de Carnes apresentam resultados em que 85,72% possuem até 40 hectares. Na perspectiva de arrendamento de terra, apenas duas propriedades possuem arrendamento, uma propriedade arrenda 6 hectares e a outra 2 hectares. As respondentes afirmam ainda que as propriedades rurais são provenientes de herança num percentual de 50% e que algumas das propriedades são oriundas de herança e compra de parentes. Outras jovens afirmam que a obtenção foi através de herança e compra de terceiros. Já 21,43% das jovens respondentes afirmam que suas propriedades foram adquiridas de terceiros, o que significa que não possuem um histórico de sucessão familiar com mais gerações.

No que diz respeito à área de terra total das propriedades (própria e arrendada), utilizadas para o desenvolvimento das atividades agropecuárias das jovens pertencentes à Cooperativa de Grãos, constatou-se que as mesmas apresentam diferenças em tamanho de

propriedade, porém 50% das áreas são até 40 hectares. Das propriedades das jovens respondentes, 35% possuem arrendamento de terras. A quantidade de terras varia, 25% arrendam entre 1 e 60 hectares e 10% entre 200 e 300 hectares de terras. Ao serem questionadas sobre a origem das propriedades rurais, 54% das jovens afirmam que as propriedades são herdadas. Ainda 38% mencionam que as propriedades são oriundas de herança e adquiridas de terceiros.

Analisando estas mesmas características entre as jovens pertencentes à Cooperativa de Leite, constatou-se que 59,09% possuem áreas entre 1 e 40 hectares. Nesse sentido 31,82% das entrevistadas possuem entre 1 e 20 hectares. Os resultados ainda demonstram que um significativo percentual de propriedades arrenda áreas de terra de terceiros, representando 59,00% das propriedades. Contudo, 60,00% dos arrendamentos apontados pelas jovens é entre 1 e 20 hectares, e o restante (40,00%), de 21 a 100 hectares. Quanto à origem das propriedades das jovens, estas foram adquiridas através de herança (72,73%), seguido de herança e compra de terceiros (40,91%). As respondentes apontam que apenas 9,09% das propriedades são oriundas de herança e compra de parentes.

Na perspectiva de produção das propriedades rurais, apresentam diversidades de sistemas produtivos. Estes são evidenciados através da Tabela 4.

Tabela 4 - Produtos agropecuários produzidos na propriedade

Produtos Agropecuários	Coop. Leite	Coop. Carnes	Coop. Grãos	Soma Coop.	Percentual
Leite	22	11	15	48	85,71%
Soja	13	1	16	30	53,57%
Milho	11	1	8	20	35,71%
Trigo	3	0	11	14	25,00%
Suínos	2	7	0	9	16,07%
Aves	0	8	0	8	14,29%
Gado de corte	1	3	3	7	12,50%
Laranja	3	0	0	3	3,57%
Fumo	3	0	0	3	1,79%
Ovos	0	1	0	1	1,79%
Piscicultura	1	0	0	1	1,79%

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

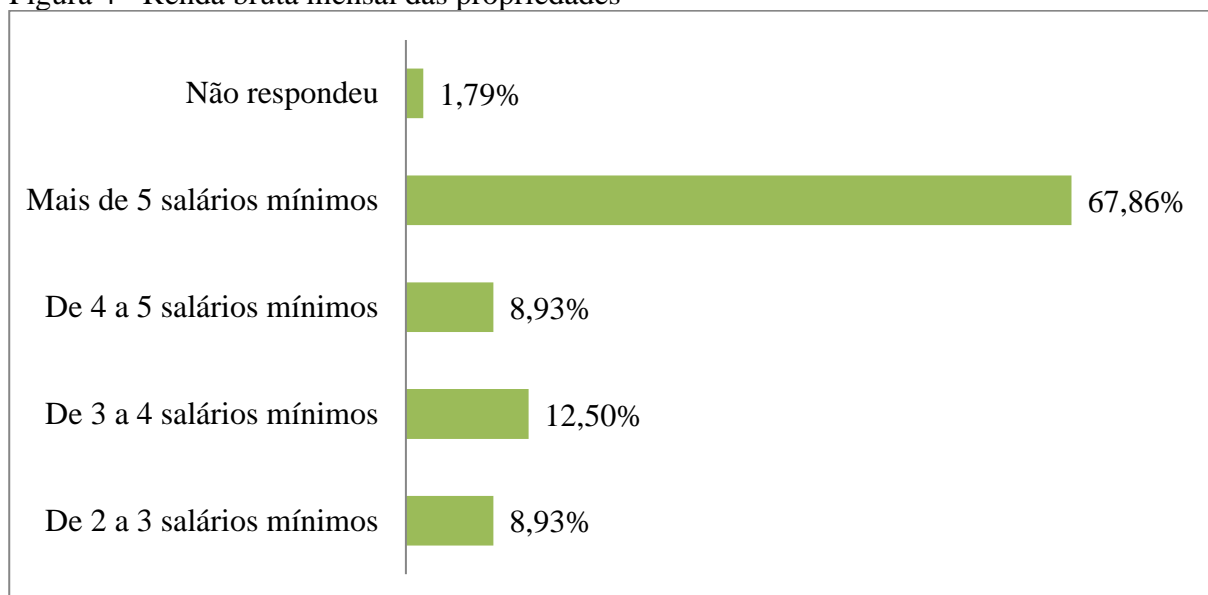
Dentro do contexto global da pesquisa, os resultados apontam para a predominância da atividade leiteira nas propriedades rurais das jovens entrevistadas, somando um montante de 48 propriedades, ou seja, 85,71% da amostra. Outro produto agropecuário predominante nas

propriedades das jovens pertencentes à Cooperativa de Grãos e à Cooperativa de Leite é a soja, com percentual total de 53,57%, incluindo ainda uma propriedade rural vinculada à Cooperativa de Carnes.

Percebe-se que as propriedades rurais analisadas também produzem milho e destacam que essa produção é destinada para consumo próprio, como a produção de ração e silagem para os animais.

Tratando-se da renda bruta mensal nas propriedades, constatou-se que 67,86% das jovens possuem renda bruta familiar superior a cinco salários-mínimos (Figura 4).

Figura 4 - Renda bruta mensal das propriedades



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Nesse viés, as jovens afirmam que a renda bruta pode ser superior a cinco salários-mínimos, mas que, dependendo do preço pago pelos produtos, poucas vezes sobra para a manutenção das famílias. Portanto, as jovens salientam a importância da atividade leiteira, que mesmo “exigindo mais do produtor” traz a renda mensal para a propriedade.

As jovens ainda salientam que as mulheres estão à frente da atividade em muitas propriedades, não só por se identificarem com a atividade, mas por necessidade da sua existência, bem como pela “capacidade de trabalhar faça chuva, faça sol, na água e no barro, as vezes doente ou com filho na garupa”.

Quadro 4 - Síntese da caracterização das propriedades, conforme atributos que mais se repetiram

	Cooperativas		
	Carnes	Grãos	Leite
Infraestrutura	Presença de salão comunitário e igrejas 92,86% Escolas 64,29%	Presença de salão comunitário 60% e igrejas 50% Escolas 15%	Presença de salão comunitário 72,73% e igrejas 68,18% Escolas 9,09%
Internet	Todas as jovens possuem acesso	Maioria das jovens possuem acesso	Maioria das jovens possuem acesso
Área de terra	Maioria das jovens possuem até 40ha	Metade das jovens possuem até 40ha	Maioria das jovens possuem até 40ha
Origem da propriedade	Majoritariamente advinda de herança	Majoritariamente advinda de herança	Majoritariamente advinda de herança
Atividades produtivas	Leite Suínos Aves	Soja Leite Trigo	Leite Soja Milho
Renda	Maioria acima de cinco salários brutos	Maioria acima de cinco salários brutos	Maioria acima de cinco salários brutos

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.3 A inserção das jovens nas propriedades rurais

A presente seção tem como objetivo analisar a inserção das jovens nas propriedades rurais em questões relativas ao trabalho, gestão e renda. A respeito destas questões, autores como Gasson e Errington (1993) enfatizam a importância de garantir aos filhos a gestão ou administração de atividades do cotidiano. Essas atividades permitirão que os jovens se sintam parte da propriedade e suas decisões sirvam para que os pais “demonstrem confiança em seus filhos”.

A divisão do trabalho na propriedade rural é fator determinante para a inserção das jovens na propriedade e consequentemente contribui para a tomada de decisão em permanecer ou não no meio rural.

Dentro dessa dinâmica, as jovens foram questionadas de como acontece essa divisão do trabalho. Sobre os resultados gerais, pode-se perceber que 41% das jovens dividem as tarefas de forma igualitária com seus pais, e em 29% dos casos os pais fazem o trabalho e a jovem auxilia quando necessário.

Tabela 5 - Divisão do trabalho nas propriedades

Cooperativa de Carnes		
Divisão trabalho	Frequência	Percentual
Jovem e seu pai dividem as tarefas de forma igualitária.	7	50%
Seus pais ficam com a maior parte do trabalho, e a jovem auxilia quando precisa.	3	21,43%
Seu pai é o responsável, jovem apenas auxilia.	1	7,14%
Jovem toca o trabalho sozinha com autonomia, e seus pais apenas auxiliam.	1	7,14%
Mãe realiza atividades voltadas para o autoconsumo da família, jovem administra toda a propriedade com o marido.	1	7,14%
Jovem divide tudo entre o pai, esposo e dois irmãos.	1	7,14%
Cooperativa de Grãos		
Divisão do Trabalho	Frequência	Percentual
Jovem e seu pai dividem as atividades de forma igualitária.	6	30%
Divide as atividades com outro membro familiar.	5	25%
Seu pai é o responsável, jovem apenas auxilia.	4	20%
Seus pais ficam com a maior parte do trabalho, e jovem auxilia quando precisa.	4	20%
Jovem toca o trabalho sozinha com autonomia, e seus pais apenas auxiliam.	1	5%
Cooperativa de Leite		
Divisão do trabalho	Frequência	Percentual
Jovem e seu pai dividem as tarefas de forma igualitária.	11	50,00%
Pais ficam com a maior parte do trabalho, e a jovem auxilia quando precisa.	9	40,91%
Pai é o responsável, sucessora apenas auxilia.	1	4,55%
Jovem conduz o trabalho sozinho com autonomia, e seus pais apenas auxiliam.	1	4,55%

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Dentro das circunstâncias obtidas através das respondentes, as jovens pertencentes às Cooperativas de Carnes e Leite dividem igualmente as atividades com os pais.

Frente aos relatos das jovens vinculadas à Cooperativa de Carnes, a respondente 3, que reside na propriedade com outros dez membros, divide as atividades em cinco, e cada um é responsável por determinada tarefa, sendo a atividade produtiva da propriedade “ovos férteis”. A jovem é a responsável pela pesagem dos animais, recolhimento dos ovos e higienização do ambiente. Ainda relata que o marido mora a 25 km da propriedade, cidade que pertence à região metropolitana da Capital e que vem nos finais de semana para casa.

Diferentes tipos de divisão de trabalho aparecem nos resultados. Nesse contexto, a respondente 6 da Cooperativa de Carnes explica que “meu pai administra os suínos e eu o

auxílio, já eu administro o leite e meu pai me auxilia”. Esse desdobramento se deu em virtude de que o manejo dos animais seria mais fácil e por gostar muito dos animais.

Nos resultados obtidos através das respondentes da Cooperativa de Grãos, percebe-se uma menor participação das jovens na divisão do trabalho. Esse percentual representa apenas 25% da amostra. Ao analisar as respostas, nota-se que algumas jovens consideram que existe uma divisão, porém só auxiliam se o pai necessitar, o que empiricamente se observa pelo decorrer da entrevista que não possui uma participação ativa e específica nas atividades de grãos.

Portanto, enquadrando-se nesse quesito, a jovem respondente 5 explicita que divide com o pai todas as atividades, inclusive da produção de grãos “quando necessário”, pois o marido ajuda também, o que “alivia”, pois fazem três ordenhas, alternando-se sempre, para não ficar “sofrido pra ninguém”.

A jovem sucessora 8 divide todas as atividades com o pai, desde a compra dos insumos, plantio, manejo e colheita. Ela pondera que, por ser agrônoma, sente-se segura em trabalhar, o pai “respeita” suas ações dentro da propriedade.

Nessa lógica, a respondente 1 menciona que os pais tiram leite, ela e o marido cuidam do manejo e trato dos animais, bem como ajuda na produção de feno. Fato marcante foi que a jovem (24 anos), no decorrer da entrevista, chora relatando que é filha única e seu namorado precisou vir morar na propriedade para ajudar. A jovem possui formação em técnicas agrícolas e não estuda mais porque não tem tempo, mas gostaria de ser médica veterinária. Citou ainda que realiza todas as atividades dentro da propriedade, só não “ajuda na produção de soja”.

A jovem sucessora 3, atualmente com 29 anos, relata que aos 13 anos “começou a gerenciar as vacas”. Com 18 anos ela definitivamente tomou frente da propriedade e atualmente os pais moram na cidade e ela e o esposo ficaram na propriedade. A jovem ainda exerce atividade fora da propriedade como vereadora.

A respondente 9 informa que ela e o esposo são os responsáveis pela propriedade, toca o trabalho com autonomia, e os pais não auxiliam mais devido a problemas de saúde. Nesse viés, a jovem frisa que o pai toma as decisões da propriedade e que, inclusive, possuem conta em conjunto e que utiliza quando necessário, ou seja, não existe uma divisão da renda.

No contexto de atuação da jovem na divisão do trabalho na propriedade, a respondente 12 detalha que o pai e o marido trabalham nas atividades, e ela é a responsável por toda a parte administrativa da propriedade rural, sendo essa a sua participação dentro das atividades da propriedade.

A respondente 14 relata que trabalham num total de 400 hectares, entre atividade de grãos e leite. Ela é a responsável pelo setor leiteiro: “meu trabalho dentro da propriedade é com as vacas, tenho 140 vacas no pasto”; ainda fala que trouxe o noivo morar na propriedade para assumir a parte da lavoura com o pai.

Em inúmeras oportunidades as jovens expressam a importância da vinda de seus companheiros ou cônjuges para a propriedade e para a sua permanência no rural. Nesse sentido é mais mão de obra para as atividades e, em alguns casos, eles assumem a gerência no lugar da esposa, que opta em não exercer seu “papel de sucessora”.

Em se tratando de mão de obra e sua reprodução dentro das propriedades rurais, tem-se que isso ocorre também através do processo sucessório, onde os filhos assumem o lugar de seus pais como agricultores, bem como as atividades. Nesse sentido, além da renovação dessa mão de obra, ocorre a necessidade de incorporar novas forças de trabalho, resultado do avanço da idade dos pais e seu desligamento natural das atividades (GASSON e ERRINGTON, 1993).

No estudo em questão, poucas são as propriedades que possuem mão de obra externa que não a familiar, conforme relato das jovens. Portanto, a renovação da mão de obra ou a agregação de novas forças de trabalho se dão através do momento em que as jovens trazem seu companheiro ou cônjuge para a propriedade, para suprir a necessidade de mão de obra.

É perceptível, nesse sentido, que esse elemento é fortemente definidor dos processos sucessórios ocorridos entre as entrevistadas.

Na proposta de divisão do trabalho, a respondente 19, que é agrônoma da Cooperativa à qual pertence, enfatiza que “eu administro a parte agrônômica e com o pai fazemos a compra dos insumos”. Ainda relata que, por trabalhar fora da propriedade, quem faz o trabalho “braçal” é a mãe e o pai.

A realidade das jovens pertencentes à Cooperativa de Leite é retratada através de alguns relatos em que a jovem 5 diz que “quem lida com a ordenha sou eu, meu esposo e minha mãe, trato dos animais, terneiros e vacas secas é com o pai”. Salienta que o pai é quem toma todas as decisões finais, mas que seu esposo tem uma forte influência nas decisões.

Ainda trazendo elementos condicionantes sobre o assunto e a Cooperativa acima citada, a respondente 20 relata que “auxilia no leite o no almoço”, ou seja, como precisa ficar cuidando do filho, ela faz o almoço para os demais membros da família, pois possui um filho recém-nascido, o que no momento impede de tocar a atividade leiteira. Relata que a sogra (50 anos) é aposentada por invalidez, pois sofre de depressão profunda e recebe acompanhamento mensal. A jovem salienta que era sucessora de seus pais, mas que, em virtude do casamento, acompanhou o marido, que é filho único, e que juntos administram toda a propriedade.

Em relação à gestão das propriedades, em se tratando de todas as jovens participantes do estudo, 51,78% dividem as decisões da propriedade com seus pais. Para 26,78% das respondentes, a decisão final é sempre dos pais. Nessa perspectiva, outras situações aparecem como resposta em que algumas das jovens possuem autonomia em alguma atividade produtiva da propriedade, conforme Tabela 6, que traz as jovens divididas por cooperativas.

Tabela 6 - Participação na gestão da propriedade rural

Cooperativa de Carnes		
Gestão da propriedade	Frequência	%
Jovem divide as decisões dos negócios com seus pais	6	42,86%
Jovem não participa das decisões, apenas opina	4	28,57%
Jovem tem autonomia nas decisões sobre os negócios	4	28,57%
Cooperativa de Grãos		
Jovem divide decisões sobre os negócios com seus pais	8	40%
Jovem opina, mas a decisão final é dos pais	6	30%
O pai gerencia, e a jovem somente trabalha	4	20%
Jovem tem autonomia em uma atividade produtiva na propriedade	1	5%
Jovem tem autonomia em todas as atividades, mãe apenas auxilia	1	5%
Cooperativa de Leite		
Jovem divide as decisões sobre os negócios com seus pais	15	68,18%
Jovem opina, mas a decisão final é tomada pelo pai	5	22,73%
Jovem tem autonomia em uma atividade produtiva na propriedade	1	4,55%
Jovem dá opinião sobre a gestão e algumas vezes não é aceita	1	4,55%

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

As entrevistadas pertencentes à Cooperativa de Carnes, que dividem as decisões sobre os negócios da propriedade com os pais, apresentam um percentual de 42,83%. A jovem sucessora 7 enfatiza que a gestão é realizada de forma igualitária entre os quatro moradores da propriedade, pais, ela e seu esposo, assim como a renda é dividida entre os quatro. Da mesma forma, a respondente 14 afirma que “tudo é resolvido em conjunto, entre todos”, sendo esses igualmente seus pais e marido.

Entre as jovens desta cooperativa (carnes), 28,57% possuem autonomia nas decisões sobre os negócios da propriedade. De acordo com a respondente 2, “quando o pai adoeceu passou tudo para mim e meu esposo”. Nesse contexto a jovem obteve autonomia da propriedade em detrimento da doença e falecimento de seu pai e ainda completa que “os irmãos já estavam fora, ela ficou e começou a investir”.

A respondente 4 ressalta que, em sua propriedade, a produção é voltada à atividade leiteira e à produção de aves de corte e que possui autonomia na produção de aves, uma vez

que “escolheu aves pois exige menos tempo e no intervalo do frango, sobra tempo pra lazer”. Ainda salienta que sua escolha ocorreu também em virtude “pelos horários do leite e falta de liberdade”.

O mesmo percentual de jovens que possuem autonomia nas decisões é das jovens que não possuem nenhuma autonomia, afirmando, como é o caso da jovem respondente 8, que não participa das decisões, somente opina e auxilia esporadicamente, pois é auxiliar de escritório, ou seja, pratica atividade não agrícola, enfatizando que a renda da propriedade é insuficiente para a sobrevivência da família. Aponta ainda que tem gosto pela atividade, sabe que a irmã já saiu da propriedade, não irá assumir e, portanto, ela não tem como não assumir futuramente, “por isso saí, fui trabalhar e estudar para depois voltar”, diz a jovem sucessora.

A divisão das decisões sobre os negócios da propriedade com os pais também foi um resultado que prevaleceu entre as jovens da Cooperativa de Grãos (40%). Dentre as situações, a respondente 8 é engenheira agrônoma e toda a compra de insumos é realizada por ela. Outra situação aferida nesse sentido é a respondente 10, que tem autonomia em toda a gestão da propriedade, uma vez que seu pai é diarista, exercendo atividade não agrícola. A sucessora terceiriza o “plantio e a colheita porque não possuem maquinários”, faz a gestão da atividade leiteira, do “restaurante” que possui na sua residência, além da venda de doces e salgados. No período de safra, a sucessora também exerce atividade não agrícola como auxiliar administrativa.

A jovem sucessora 12 tem autonomia plena nos negócios da parte da herança que já recebeu (57 hectares) e divide as decisões dos negócios com seus pais na área que pertence a ele, pois é ela que fica com toda a parte administrativa, uma vez que é mestra em matemática e, portanto, “toda a gestão é informatizada e organizada de forma estratégica para aumento de produtividade e diminuição de custos”, ressalta a jovem.

Dentro da perspectiva de que as jovens apenas opinam e a decisão final é dos pais (30%), a respondente 16 destaca “são meus pais quem tem autonomia, eu apenas auxílio no trabalho e interfiro relativamente no tambo”. Nesse mesmo sentido, a jovem 20 apenas opina, mas a decisão final sempre é dos pais, “não tenho autonomia na produção de grãos, apenas nas vacas”, o que deixa claro a predominância da atividade leiteira entre as jovens.

Num outro contexto destacado nos dados empíricos da pesquisa, 20% das jovens apresentam que o pai gerencia, e as jovens apenas trabalham. Nesta mesma condição, a jovem 18, que é sucessora na propriedade paterna, afirma só trabalhar na propriedade após o expediente e nos finais de semana, pois exerce atividade não agrícola como professora. Esta mesma jovem aponta que o marido e a mãe gerenciam a propriedade, porém ressalva que: “meu

marido realiza as compras, mas a mãe que “paga”, todo o dinheiro fica com ela porque meu pai já é falecido”, a jovem ainda fala que “tenho que dar continuidade, pois sou a única herdeira, pois meu irmão também faleceu”.

Como alternativas de trabalho e renda para a mulher do campo, as atividades não agrícolas vêm tomando espaço, conforme Schneider (2004), que aponta a sua ascensão em todos os países da América Latina, principalmente a partir dos anos 90. Salienta que esse aumento é maior entre as mulheres. Dentro do estudo pode-se verificar esse posicionamento tomado pelas jovens, através de suas entrevistas, como um complemento à renda da família, independência financeira e até mesmo incentivo dos pais por terem estudado e, portanto, exercer uma profissão.

Conforme Silva (2009), a renda agrícola das atividades da propriedade possui caráter familiar, envolvendo todos aqueles que estão vinculados às atividades. Já os rendimentos advindos das atividades não agrícolas têm caráter individual, o que não significa que os rendimentos não são injetados na manutenção da propriedade, mas representam independência financeira e autonomia para as jovens mulheres, elementos que, estando trabalhando nas atividades da propriedade, a tendência seria uma desvalorização e não remuneração.

Cabe ressaltar o percentual apresentado pelas jovens pertencentes à Cooperativa de Leite, em que 68,18% afirmam dividir as decisões da propriedade com os pais. Algumas jovens até ressaltaram em suas falas detalhamentos sobre essa participação. A respondente 4 ponderou que “todos opinam, nas contas, nas entradas e saídas, todos ficam sabendo de tudo”.

A respondente 8 considera que divide as decisões da propriedade com os pais, porém destaca que “depende o negócio”. Ou seja, ela e a mãe contribuem na gestão referente ao leite, e o pai e o namorado no leite e grãos. Sob esta mesma condição está a respondente 21, que afirma que, além de dividir as decisões sobre os negócios com seus pais, ainda tem a plena gestão da atividade leiteira, inclusive é quem faz a inseminação nas vacas.

Além do trabalho e da gestão, as jovens foram questionadas a respeito de suas participações na divisão da renda nas propriedades rurais, conforme Tabela 7.

Tabela 7 - Divisão da renda nas propriedades

Cooperativa de Carnes		
Divisão das rendas	Frequência	Percentual
Ganha comissão sobre a produção	6	40,00%
Jovem pede aos pais sempre que precisa de dinheiro	3	20,00%
Possui salário fixo	2	13,33%
Fica com o dinheiro da atividade que gerencia	2	13,33%
Fica com toda a renda, mãe é aposentada	1	6,67%
Divisão igualitária sem salário fixo	1	6,67%
Cooperativa de Grãos		
Jovem pede dinheiro aos pais quando precisa	13	65,00%
A jovem ganha comissão sobre a produção	2	10,00%
Possui salário fixo	2	10,00%
Divisão de forma igualitária quando sobra	2	10,00%
A jovem administra todo o dinheiro	1	5,00%
Cooperativa de Leite		
Jovem pede aos pais sempre que precisa de dinheiro	10	45,45%
Um caixa só e cada um ocupa quando precisa	4	18,18%
Jovem ganha comissão sobre a produção	3	13,64%
Possui salário fixo	3	13,64%
Jovem fica com o dinheiro da atividade que gerencia	2	9,09%

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Numa média geral, 46,42% das jovens respondentes pedem dinheiro aos pais sempre que precisam, seguido de 19,64% das jovens que recebem remuneração através de comissão sobre a produção da propriedade, 12,5% relataram haver um “caixa único” na propriedade do qual é retirado o dinheiro quando precisam ou dividem quando sobra. O mesmo percentual de jovens (12,5%) possui salário fixo.

No estudo de Matte et al. (2019), pode-se perceber que os pais possuem dificuldade de reconhecer que o trabalho que os filhos exercem dentro da propriedade é essencial na rentabilidade da propriedade. Nesse sentido, os pais visualizam seus filhos como “ajudantes”, dificultando a inserção no processo decisório das atividades e decisões, e, conseqüentemente, na falta de interesse em permanecer.

Analisando esta mesma questão individualmente, constatou-se que na Cooperativa de Carnes, 80% das jovens recebem algum tipo de remuneração dentro da propriedade. Na Cooperativa de Grãos, 25% das jovens, e na Cooperativa de Leite, 36,37%.

Diferente dos outros resultados apresentados pelas jovens, a maioria das respondentes que fazem parte do grupo da Cooperativa de Carnes participam da divisão da renda da

propriedade, recebendo remuneração pelo trabalho realizado, pois nesse caso o processo sucessório já está mais arranjado.

As jovens respondentes recebem percentuais das atividades que desenvolvem, principalmente de uma atividade específica. A jovem 5 recebe toda a renda provinda da atividade de frangos para si e seu esposo, e a renda da atividade de leite fica para os pais, portanto existe uma divisão das atividades e também da renda. Ela pode optar entre uma ou outra, escolhendo, assim, a atividade de frangos, pois é praticamente tudo automatizado, “trabalho leve”, o que facilita muito.

Esse resultado vem ao encontro do estudo de Kischener, Kiyota e Perondi (2015), realizado no Sudoeste do Paraná, com jovens que apontaram como elemento contributivo, na escolha em permanecer no campo, entre a inserção de seus projetos de vida no seio familiar, a importância de obter uma renda própria através do trabalho realizado na propriedade.

Dentro das respostas, as entrevistadas mostraram interesse e preocupação com os investimentos e inovações dentro das propriedades, principalmente por parte das jovens da Cooperativa de Carnes, pois a integração entre as propriedades e a Cooperativa exige que se acompanhem as exigências sanitárias e mercantis, priorizando a qualidade exigida inclusive pelo consumidor.

Diante dessa perspectiva, a jovem 3 fala que “conforme o mês divide-se a sobra, onde quem trabalhar mais, ganha mais”. Ainda afirma que “a tecnificação exige que se tenha dinheiro extra, então para os investimentos existe uma reserva e se compra tudo a vista”.

A jovem 6, assim como algumas outras, salientam que a atividade dos suínos serve apenas para pagar os investimentos e, portanto, em seu caso, ela tem participação na renda através da atividade leiteira, que é a fonte de renda mensal da propriedade.

Outra peculiaridade dentro das respostas obtidas na entrevista com as jovens da Cooperativa de Carnes é o que conta a respondente 13, ou seja, que recebe um salário fixo pelo seu trabalho dentro da propriedade, além da faculdade paga pelos seus pais, medicina veterinária.

As jovens que fazem parte da Cooperativa de Grãos foram as que apresentaram maior percentual de dependência dos pais ao responderem que “pedem dinheiro a eles sempre que precisam” (65%). Destaca-se as respondentes (7, 16 e 20) que afirmaram não receber remuneração, pois ganham a faculdade dos pais, considerando esse elemento uma “forma de pagamento” pelo trabalho desempenhado na propriedade. A jovem 5 afirma que “não tem divisão, tem apenas um caixa, cada um pega o que precisa para o mês, não tem salário até pagar o investimento”. Quanto a respondente 12, esta afirma que já recebeu sua herança (em hectares

de terra), auxilia o pai na administração e com seu trabalho, mas não recebe remuneração por isso.

Seguindo uma mesma tendência, as jovens, pertencentes à Cooperativa de Leite, que pedem dinheiro aos pais quando precisam também são a maioria, 45,45% da totalidade. A respondente 4 afirma que pede sempre quando precisa e que por sua vontade e opinião acha que “deveria ser dividido, porém é todo aglomerado”.

Encaixando-se na resposta acima, a jovem 13 diz que pede dinheiro sempre que precisa, pois os pais já pagam sua faculdade de Agronomia. Outras respondentes do mesmo grupo apresentaram respostas caracterizando a divisão da renda onde cada membro ocupa quando precisa, pois todo o dinheiro fica em um mesmo caixa (18,18%).

Já as respondentes que possuem salário fixo, que ganham comissão sobre a produção ou ficam com o dinheiro da atividade que gerenciam somam 36,37%, o que aponta que essas jovens possuem certo grau de independência financeira.

A jovem sucessora 5 corrobora que 50% da renda mensal é dos pais e 50% dela e do marido. Ainda reforça que os avós que moram na propriedade vivem com suas aposentadorias e que não recebem remuneração advinda da produção.

Nessa perspectiva a respondente 8 relata que recebe 1 salário-mínimo mensal e 200 sacas de soja por safra (renda que vai para ela e seu namorado que moram na cidade, porém trabalham todos os dias na propriedade). Ela ainda complementa que trabalha apenas no leite, mas como o namorado trabalha com o cultivo de grãos ganham também comissão pela produção.

A jovem respondente 12 relata que a renda do leite é dela e do esposo, que veio da cidade morar e trabalhar na propriedade, e a renda da produção de grãos é dos pais, uma vez que ela é quem tem autonomia da propriedade em relação ao trabalho, o pai apenas auxilia na lavoura e a mãe é “dona de casa”.

Ao ser questionada sobre a renda, a entrevistada 21 relata que ela gerencia a atividade leiteira e que, por dividir o trabalho com sua mãe, também dividem de maneira igual a renda advinda da atividade.

Ao analisar outros elementos referentes à participação das jovens, constatou-se diferentes situações. No geral, os resultados médios mais significativos são das jovens que possuem conta corrente em seu nome (91,71%), seguido de um percentual de 71,42% das jovens que possuem bloco de produtoras em seu nome, e 44,64% que possuem algum tipo de financiamento em seu nome.

De maneira mais detalhada, percebe-se, no grupo das respondentes da Cooperativa de Carnes, que a totalidade (100%) das jovens possui conta corrente em seu nome, bem como 85,71% possuem bloco de produtoras em seu nome. Nessa mesma tendência, 64,29% delas possuem algum tipo de financiamento no nome.

As respondentes da Cooperativa de Grãos que possuem conta corrente no nome representam 80% das jovens entrevistadas. Logo, um percentual de 70% delas possui bloco de produtoras no nome, assim como 40% das jovens acessam algum tipo de financiamento.

O grupo das jovens que são da Cooperativa de Leite representam 86,36% daquelas que têm conta corrente no nome. Ainda, 50% delas possuem bloco de produtoras rurais no nome e um número menor (36,36%), comparado aos das demais cooperativas, acessam algum financiamento.

Finalmente, ainda a respeito da inserção das jovens nas propriedades rurais frente às atividades realizadas pelas jovens sucessoras na propriedade, obteve-se como resultados diferentes cenários que configuram uma sucessão geracional ainda não completa, uma vez que as jovens apenas estão atuando em algum tipo de trabalho e não possuem nenhum tipo de atuação como gestoras, conforme Quadros 03, 04 e 05.

Quadro 5 - Atividades realizadas pelas jovens sucessoras. Cooperativa de Carnes

Cenários	Nº de casos
Grupo 01: Apenas auxilia nas atividades agrícolas e realiza o trabalho doméstico.	2
Grupo 02: Responsável pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica e realização de trabalhos domésticos.	1
Grupo 03: Responsável pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica.	7
Grupo 04: Estuda durante o dia, pouco auxilia na propriedade rural.	1
Grupo 05: Responsável pelo trabalho e gestão da propriedade rural.	3

Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que as jovens inseridas na cooperativa de carnes possuem significativa inserção nas propriedades rurais, visto que a maioria é responsável pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica (Grupo 02 e 03), sendo esta predominantemente leite, suínos e aves.

Cabe salientar o caso das entrevistadas 2 e 10, inseridas no Grupo 5, as quais administram praticamente toda a propriedade, desde as finanças até as atividades, além da realização do trabalho braçal.

Frente as jovens inseridas na Cooperativa de Grãos, os resultados empíricos apresentaram diferentes cenários, conforme o Quadro 6.

Quadro 6 - Atividades realizadas pelas jovens sucessoras. Cooperativa de Grãos

Cenários	Nº de casos
Grupo 01: Apenas auxilia nas atividades agrícolas e realiza o trabalho doméstico.	10
Grupo 02: Responsável pela compra de insumos e pelas atividades agrícolas junto com o pai.	1
Grupo 03: Realiza atividade remunerada no meio urbano, possui reduzido envolvimento com a propriedade rural.	2
Grupo 04: Responsável pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica e realização de trabalhos domésticos.	1
Grupo 05: Responsável pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica	2
Grupo 06: Estuda durante o dia, pouco auxilia na propriedade rural.	1
Grupo 07: Realiza atividade remunerada no meio urbano e é responsável pela compra e venda de insumos da propriedade, financiamento e indicações técnicas devido à formação agrônômica.	1
Grupo 08: Responsável pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica, auxilia nas demais atividades e realiza o trabalho doméstico.	1
Grupo 09: Apenas realiza o trabalho doméstico.	1

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os grupos de atividades exercidas pelas jovens da Cooperativa de Grãos, prevalece o grupo 01, no qual as jovens apenas auxiliam nas atividades agrícolas e realizam o trabalho doméstico, demonstrando que ainda tendem a prevalecer “papéis secundários” atribuídos às jovens mulheres nas propriedades rurais.

Silva (2009), em um dos seus estudos, visualizou a inserção da mulher do campo no mercado de trabalho não agrícola. Dentro dessa perspectiva analisou quais as contribuições para mudanças no papel social de gênero, abrangendo núcleos familiares de duas cidades do Rio Grande do Sul. Os resultados apontam uma similaridade com os do estudo em questão, onde é menos comum as jovens estarem como sucessoras geracionais de toda a propriedade. Outro ponto apresentado pelo autor, que se identifica com o presente estudo, são as atividades domésticas concomitantes à atividade produtiva, como característica da maioria das mulheres nas propriedades rurais analisadas. Não diferente deste, nesse sentido, pode-se afirmar que ainda o trabalho doméstico e a atividade produtiva realizada pelas mulheres rurais, em especial

as pertencentes à agricultura familiar, são predominantes e reafirmam a ideia tradicional da figura masculina empoderada e voltada à gestão.

Chama-se atenção para a respondente 2, a qual se insere também no cenário 01, no que se refere às atividades desenvolvidas na propriedade rural, sendo apenas de auxílio. No entanto, ela, juntamente com sua mãe, possui um empreendimento na propriedade rural, no qual é servido almoço para os funcionários da cooperativa. Além disso, a jovem, juntamente com sua mãe, produz tortas e salgados sob encomenda, os quais são entregues no meio urbano.

No cenário 02, destaca-se a entrevistada 6, que, juntamente com o pai, realiza todas as atividades agrícolas da propriedade rural, que trabalha com grãos. A jovem realiza a colheita e o plantio de grãos, apenas não realiza a aplicação de agrotóxicos. Percebe-se, nesse caso, que a jovem trabalha efetivamente na atividade de grãos, que é a principal atividade da propriedade, diferente de outras jovens que, além das atividades domésticas, trabalham com atividade leiteira, que é atividade não principal, mas para essas jovens sucessoras foi a determinante na permanência no rural.

Cabe ainda salientar que na maioria dos cenários destaca-se a realização de trabalhos domésticos, combinados com outras atividades. Dentre os trabalhos citados como domésticos estão o preparo dos alimentos, a organização da casa, o cuidado com os filhos e com os pais com idade mais avançada, cuidado com a horta, entre outras.

Em estudo realizado em Minas Gerais, voltado a identidades de gênero de gestoras de organizações do agronegócio, do qual participaram trinta e cinco mulheres de cidades listadas entre as 50 com maior PIB agropecuário nacional, pode-se constatar resultados semelhantes atribuídos ao estudo em questão. Todas as mulheres casadas (que são a maioria) consideram-se responsáveis pela casa e pelos filhos, tendo os esposos como ajudantes. Algumas mulheres colocaram que o marido nunca ajudou nos afazeres domésticos e para aqueles que “ajudavam”, mencionavam em suas falas que a obrigação era delas (MENEZES e SILVA, 2016).

Nessa dinâmica percebe-se o quanto as mulheres, principalmente do meio rural, ainda são aprisionadas à ideia de que existem trabalhos para homens e trabalhos para as mulheres, o que dificulta uma evolução em termos de igualdade entre ambos dentro do contexto familiar e vislumbram ainda que o homem não tem obrigação nos afazeres domésticos, apenas ajudam se necessário ou se a esposa pedir.

Há ainda o caso de três jovens que possuem pouco envolvimento com a propriedade rural, pelo fato de estarem estudando ou realizando atividades remuneradas no meio urbano (Grupo 03 e 06).

Dentre as jovens que possuem inserção mais significativa na propriedade rural, destacam-se aquelas que são responsáveis pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica (Grupo 04, 05 e 08), sendo a atividade leiteira predominante. Estes resultados demonstram que atividade leiteira tende a ser uma atividade de maior inserção das mulheres, visto tal atividade encontrar-se nos três diferentes segmentos agropecuários, não só no voltado à atividade leiteira.

Os resultados apontam diferentes cenários atribuídos à realidade das jovens inseridas na Cooperativa de Leite, estando demonstrados no Quadro 7.

Quadro 7 - Atividades realizadas pelas jovens sucessoras. Cooperativa de Leite

Cenários	Nº de casos
Grupo 01: Apenas auxilia nas atividades agrícolas e realiza o trabalho doméstico.	7
Grupo 02: Responsável pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica e realização de trabalhos domésticos.	3
Grupo 03: Responsável pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica.	5
Grupo 04: Estuda durante o dia, pouco auxilia na propriedade rural.	2
Grupo 05: Responsável pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica, auxilia nas demais atividades e realiza o trabalho doméstico.	5

Fonte: Elaborado pela autora.

A maior parte das jovens inseridas na Cooperativa de Leite apenas auxilia nas atividades agrícolas da propriedade rural e no trabalho doméstico (7 casos). Destaca-se o caso da entrevistada 2 que apenas auxilia nas atividades agrícolas e domésticas, sendo a gestão e o recebimento da renda toda de responsabilidade do pai. A jovem relata sua rotina de trabalho diário: “Cedo da manhã vou para a ordenha, depois faço o serviço da casa, depois do almoço toda família vai para a lavoura, cuida dos terneiros, de tardinha auxílio novamente na ordenha e a noite, durmo com uma senhora idosa de acompanhante, na qual recebo R\$ 50,00 mensais” (Entrevistada 02). Nesse caso, fica identificada a tripla jornada de trabalho realizada pela jovem sucessora.

Outras jovens são responsáveis pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica, o que no caso do estudo é a atividade leiteira (Grupo 02, 03 e 05). Diante do exposto, tem-se a atividade leiteira como a atividade predominante entre as jovens respondentes. Nesse sentido 35,71% das jovens pertencentes à Cooperativa de Carnes têm a atividade leiteira como aquela em que ela é responsável ou auxilia.

Assim como entre as jovens vinculadas à Cooperativa de Grãos, 60% estão atreladas à atividade leiteira, tendo apenas 3 jovens que estão inseridas na atividade de grãos. Portanto, as jovens vinculadas à Cooperativa de Leite, na sua totalidade, têm a atividade leiteira como a majoritária, e apenas duas jovens auxiliam também na atividade de grãos, tendo um percentual de 69,64% do total das entrevistadas que estão inseridas diretamente na atividade leiteira.

Dentre as respostas que mais apareceram no estudo de Valadares et al. (2016), com representantes dos jovens rurais de cada estado do Brasil, tidas como fatores considerados por mulheres para permanecer no meio rural, as cinco primeiras destacadas foram: as famílias precisam das suas ajudas no trabalho doméstico; por causa do marido ou companheiro; a família precisa de ajuda como mão de obra para geração de renda; gostam do trabalho na terra e se sentem satisfeitas com o resultado de seu trabalho; não encontraram alternativas melhores na cidade.

Quadro 8 - Síntese da inserção das jovens nas propriedades rurais

	Cooperativas		
	Carnes	Grãos	Leite
Divisão do trabalho	Jovem e o pai dividem o trabalho; Pais ficam com maior parte do trabalho, auxilia quando precisa.	Jovem e o pai dividem o trabalho; Divide o trabalho com outros da família.	Jovem e o pai dividem o trabalho; Pais ficam com maior parte do trabalho, auxilia quando precisa.
Participação na gestão	Divide as decisões dos negócios com os pais; A jovem apenas opina.	Divide as decisões dos negócios com os pais; A jovem apenas opina.	Divide as decisões dos negócios com os pais; A jovem apenas opina.
Divisão da renda	Ganha comissão sobre a produção (6 jovens); Pede dinheiro quando precisa (3 jovens).	Pede dinheiro quando precisa (13 jovens); Ganha comissão sobre a produção (2 jovens).	Pede dinheiro quando precisa (10 jovens); Pega do caixa quando precisa (4 jovens).
Atividades realizadas pelas jovens	Responsável pelo trabalho e gestão de uma atividade.	Auxilia nas atividades agrícolas e realiza trabalho doméstico.	Auxilia nas atividades agrícolas e realiza trabalho doméstico.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.2 COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E SUCESSÃO GERACIONAL

Na presente seção, busca-se analisar a importância das cooperativas agropecuárias na concretização dos processos sucessórios no meio rural.

4.2.1 O processo de sucessão geracional nas propriedades rurais

O processo sucessório requer, acima de todos os fatores, o desejo dos jovens em permanecer na propriedade. As perspectivas de vida apresentadas pela cidade são bem mais atrativas ao jovem do que as do meio rural, principalmente se a propriedade for de subsistência. A medida em que o jovem não se insere diariamente nas atividades, não possui diálogo e não busca alternativas para a reprodução social e econômica da propriedade, sua tendência é migrar para o meio urbano e abandonar o rural (MATTE et al., 2019).

O estudo realizado no Recôncavo da Bahia, com jovens entre 15 e 29 anos, em que suas propriedades pertencem à agricultura familiar, apresentou como resultado, ao questionar os jovens sobre sua permanência e se estabelecer profissionalmente na agricultura, 64% responderam negativamente, ou seja, que não desejam suceder geracionalmente a propriedade. Diante da condição de gênero dos entrevistados, daqueles que afirmaram querer permanecer 28,1% são mulheres. Isso resulta que os jovens do sexo masculino possuem maior disposição para a reprodução de vida da propriedade familiar (WEISHEIMER, 2019).

Em se tratando do processo de definição das jovens em ser sucessoras, a média de entrevistadas que responderam à pesquisa aponta que esse fato se deu em virtude de “vontade e gosto pela atividade agrícola” (55,35%). Outra variável representativa trazida como resposta pelas jovens é a busca por conhecimento, saindo para estudar, especializando-se e retornando à propriedade, representando nesse caso 37,50% delas.

Algumas jovens respondentes afirmam que o processo sucessório foi definido pelos pais (26,78%) ou até mesmo porque não se tinha alternativa, pois eram filhas únicas (21,42%), o que não lhes dava outra opção. Caso não permanecessem, teriam que vender a propriedade. Demais fatores que influenciaram neste processo são apresentados na Tabela 8.

Tabela 8 - Processo de definição de sucessão

Cooperativa de Carnes		
Processo de definição da sucessão	Frequência	Percentual
Processo definido pelo pai	11	78,57%
Saiu para estudar e voltou para a propriedade	11	78,57%
Jovem filha única	4	28,57%
Vontade e gosto pela atividade	4	28,57%
Problema de saúde dos pais	3	21,43%
Saiu do rural, não deu certo e retornou para a propriedade	1	7,14%
Irmãos homens foram trabalhar e morar na cidade, assumiu e investiu na propriedade	1	7,14%
Cooperativa de Grãos		
Vontade e gosto pela atividade agrícola	11	55%
Jovem filha única	7	35%
Buscou especialização para retornar para a propriedade	4	20%
Problemas pessoais e familiares (doenças)	2	10%
Processo definido pelos pais	2	10%
Pai saiu da propriedade, para não perder tudo assumiu	2	10%
Por ser a filha mais velha	1	5%
Casou e o marido veio para a propriedade	1	5%
Nenhum outro sucessor quis assumir	1	5%
Cooperativa de Leite		
Vontade e gosto pela atividade agrícola	16	72,73%
Buscou especialização para retornar à propriedade	6	27,27%
Problemas pessoais e familiares (doenças na família)	2	9,09%
Processo definido pelos pais	2	9,09%
Não possui definição de sucessor	2	9,09%
Jovem única filha	1	4,55%
Casou e voltou para a propriedade para assumir	1	4,55%
Casou e foi morar na propriedade do marido	1	4,55%
Irmã casou e acompanhou o marido, ficando somente ela	1	4,55%
Irmãos não tiveram interesse	1	4,55%
Participação do programa aprendiz cooperativo	1	4,55%
Dar continuidade ao que os avós e pais construíram	1	4,55%

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Entre os principais fatores elencados em estudos analisados por Matte e Machado (2017), está a busca por estudo e expectativa profissional como elemento condicionante à permanência do jovem na propriedade. Esse resultado complementa o apresentado no estudo em questão, onde a escolaridade das jovens sucessoras está num patamar superior aos apresentados pelos pais das entrevistadas. Nesse mesmo sentido, o estudo contempla um

número significativo de jovens que saem para estudar, em busca de especialização, para retornarem à propriedade.

Frente aos grupos isoladamente, percebe-se diferentes processos, cujas falas das jovens demonstram que tanto fatores internos quanto externos contribuíram para as suas permanências. Dentro desta perspectiva, observa-se ainda que, no grande grupo, prevaleceu a “vontade e o gosto pela atividade agrícola”.

Porém, no resultado obtido entre as jovens pertencentes à Cooperativa de Carnes, pode-se verificar que apenas quatro jovens se enquadram nessa variável, e duas delas, conforme suas falas, ainda apontam que “aprenderam a gostar da atividade em virtude de não possuírem a opção de sair da propriedade”.

Outro ponto relevante que os resultados apontaram dentro do grande grupo foi a busca por estudos e/ou especializações para voltar à propriedade. Isso pressupõe o que outros estudos vêm apontando: a necessidade de uma gestão na propriedade rural, não importando seu tamanho ou atividade produtiva.

Entre os principais fatores elencados em estudos analisados por Matte e Machado (2017) está a busca por estudo e expectativa profissional como elemento condicionante à permanência do jovem na propriedade. Esse resultado complementa o apresentado no estudo em questão, em que a escolaridade das jovens sucessoras está num patamar superior à apresentada pelos pais das entrevistadas. Nesse mesmo sentido, este trabalho contempla um número significativo de jovens que saem para estudar em busca de especialização para retornarem à propriedade.

4.2.1.1 Processo sucessório das jovens da Cooperativa de Carnes

A respeito da sucessão geracional nas propriedades, analisadas no grupo das jovens pertencentes à Cooperativa de Carnes, constatou-se que este movimento ocorreu predominantemente por variáveis apresentadas pelas respondentes (78,57%) que afirmaram que a opção em permanecer se deu em virtude do “processo definido pelos pais”.

Quando a jovem 4 relacionou seu processo sucessório como uma “definição vinda dos pais”, relatou que devido à visita de um técnico da Cooperativa, que foi procurar a família e propôs meios de investimentos e assistências, os pais resolveram investir na propriedade, impondo a condição de que ela e os irmãos permanecessem. Relata que trabalhavam com frango de corte e leite, o que não “dava para sustentar toda a família e já estava indo embora para outra cidade”.

Essa mesma porcentagem (78,57%) apareceu como resposta em que “as jovens saíram para estudar e se especializar para voltar à propriedade”. A sucessora 7 conta que saiu da propriedade para estudar, casou-se, e o esposo alugou uma propriedade onde iniciaram com a atividade produtiva de leite. Os pais da jovem não tinham condições de manterem-se na atividade por muito mais tempo sozinhos, e então resolveu com seu esposo vender o que tinham adquirido e juntar-se com seus pais e investir na propriedade, aumentando o número de animais e dividindo a mão de obra.

A vontade e o gosto pela atividade agrícola apresentaram-se em um percentual de 28,57% das jovens; ainda, o fato de haver apenas uma filha foi destacado. A respondente 14 afirma que o seu processo sucessório se deu em virtude de doenças na família quando perdeu a irmã mais velha, ficando como única filha, mas também complementa que tem muito gosto pela atividade e “não se enxerga fazendo outra coisa ou tendo outra vida a não ser essa dentro da sua propriedade”.

Justifica que esse “amor” à propriedade e às atividades vem do incentivo e da liberdade obtidos dos pais, que são muito abertos. Ressalva que seu esposo teve uma “criação machista” e, muitas vezes, tentou se impor, mas teve que se adequar, pois a mãe sempre a incentivou a “ser independente e não depender de homem”.

Para 21,43% das sucessoras, o processo foi definido tendo em vista problemas de saúde dos pais. Dentro dessa perspectiva, a jovem 2 relata que seus irmãos já se encontravam fora da propriedade, optaram em morar e trabalhar na cidade. Contudo, tendo o pai falecido, a entrevistada resolveu ficar, não tendo outra opção, pois se fosse morar na cidade, teriam que vender a propriedade. Com a decisão de dar continuidade à propriedade começou-se a fazer investimentos.

A jovem 11, ao relatar como se deu o processo de definição como sucessora da propriedade, apresenta dois elementos interligados: devido a problemas de saúde da sua vó, teve que ajudar sua mãe a cuidar dela, não podendo “escolher ir morar na cidade”. O outro elemento é que seus irmãos mais velhos, por falta de incentivos, não quiseram ficar na propriedade, e ela como mais nova e única filha em casa aprendeu a gostar das atividades, ajudando o pai.

Muitos jovens, por motivos diversos, acabam saindo da propriedade e vivenciando diferentes realidades, que acabam fazendo com que ele tenha que voltar. Dentro dessa realidade, a jovem 1 destaca em suas falas que “já trabalhei fora e não me adaptei a cumprir horários e a ser mandada”. Afirma, ainda, que a experiência negativa em ter saído da propriedade a fez aprender a gostar da atividade e, com isso, dar sequência à propriedade rural.

4.2.1.2 Processo sucessório das jovens da Cooperativa de Grãos

Quanto às jovens pertencentes à Cooperativa de Grãos, o gosto e a vontade pela atividade agrícola representaram um percentual de 55% entre as variáveis respostas. Ao afirmar que tem vontade e gosto pela atividade agrícola, a jovem 3 traz como elemento determinante a “oportunidade que o pai me deu em puxar a frente nas atividades”. Aponta que o gostar da atividade, bem como de morar no meio rural, vem da liberdade e autonomia dada pelo pai desde muito jovem. Relata ainda que os pais já moram na cidade “recentemente se mudaram e agora reside meu marido, minha filha e eu na propriedade”.

Diferentes motivações levaram as jovens a permanecerem na propriedade. A respondente 4 destaca que fez a escolha em permanecer porque gosta da atividade e propôs ao pai alternativa para que houvesse aumento da produção, para então permanecer. Ressalva em sua fala “meu pai é quem decide os negócios, quem trabalha na lavoura, eu sou a responsável pelas vacas”.

Cabe destacar que 20% das jovens buscaram especialização por meio de estudos para retornar à propriedade na condição de sucessoras geracionais. Essas mesmas jovens também indicam o gosto pela atividade, pelo meio rural, como um instigante a buscarem o conhecimento e retornarem, “tentando aplicar os conhecimentos, se os pais permitirem”.

A jovem sucessora 8 afirma que sempre teve gosto pela atividade, sempre ajudou nos afazeres e, por isso, morou dois anos fora para cursar Técnico em Agropecuária. Depois “voltei para ajudar, pois a propriedade estava pronta, mas eu sabia que não seria fácil implantar tudo o que aprendi no curso técnico”, reproduz a entrevistada.

Ainda, 35% das respondentes afirmam que são únicas filhas, o que determina sua condição de sucessora. A jovem respondente 1 afirma que, por ser filha única, se saísse da propriedade, não teria quem desse continuidade. Ainda fala que gosta da atividade, e seu namorado já mora com a família e trabalha na propriedade, o que também foi fator determinante na sua escolha em suceder os pais.

Outro caso singular entre as respondentes foi a jovem 12. Ela afirma que seu processo sucessório se deu em decorrência de ser a única filha e por imposição dos pais. A jovem não queria permanecer na propriedade e saiu de casa para morar e estudar em outra cidade, cursando matemática e posteriormente “fez mestrado para ser professora”.

O pai pagou a graduação e o mestrado em universidades particulares, em troca de que voltasse para a propriedade “para não perderem tudo o que adquiriram”. A jovem ressalta que somente voltou porque ficou doente durante o mestrado “tive depressão em virtude da pressão

da minha orientadora de mestrado, sofri muito, mas conclui”. Afirmar a entrevistada, ainda, que outro fator importante foi ter conhecido seu esposo, que era agricultor, e veio morar na propriedade e dividir as atividades com o restante da família. Ela não trabalha nas atividades, mas é a responsável por toda a gestão da propriedade.

Outra realidade apresentada pelas sucessoras foi o caso da jovem 13, que atrelado ao fato de que afirma que sua sucessão geracional foi imposta e definida pelos pais e apresenta o mesmo aporte da jovem 12, não trabalha nas atividades, realiza atividade não agrícola como caixa do Supermercado da Cooperativa e auxilia nos finais de semana. O fato de continuar na propriedade está fortemente ligado ao esposo que veio morar na propriedade e dividir as atividades.

Desses dois casos acima, pode-se perceber que a continuidade das propriedades esteve condicionada à inserção de um terceiro, que são os esposos, que atuam como mão de obra e estão fortemente ligados ao processo sucessório.

A jovem 11 relata que, em virtude de doenças na família, atrelada ao gosto pelas atividades, largou a vida na cidade e retornou com seu esposo para a propriedade. Seus avós e os pais eram quem residiam na propriedade, porém a avó veio a falecer, e o avô passou a residir na cidade. No sentido de dividir com os pais as atividades produtivas, retornaram e trouxeram o avô novamente para que pudessem cuidar dele.

Nas palavras da jovem respondente 5, ela morava na cidade e estudava, pagava aluguel, e sua mãe, por problemas de coluna, pagava uma funcionária. O aluguel, além disso, era pago com dinheiro que saía da propriedade. Contudo, a jovem resolveu retornar à propriedade para auxiliar os pais a gerenciar.

4.2.1.3 Processo sucessório das jovens da Cooperativa de Leite

A vontade e o gosto pela atividade agrícola foram fortemente atribuídos, pelas jovens (72,73%) que pertencem à Cooperativa de Leite, como um elemento contributivo a suas permanências na propriedade como sucessoras geracionais.

Nesse viés, a respondente 5 afirma que o gosto pela atividade foi um fator que determinou a sua permanência, assim como a vontade dos pais. A jovem relata que saiu para trabalhar, como sugestão do pai, durante o período de dois anos, na Cooperativa. Passado esse tempo, o pai a chamou para que voltasse à propriedade, pois estava tendo retorno financeiro com as atividades produtivas. “Após meu retorno a propriedade, dividimos as atividades, o pai

inclusive melhorou de saúde e, ainda, construímos uma casa como investimento da renda que estava sobrando”.

A entrevistada 6 relata que ao ir para a faculdade tinha planos de sair da propriedade, mas, por ser a filha única e arrumar um namorado que gostava também da atividade agrícola, resolveu voltar para o meio rural e assumir com os pais a gestão.

Conforme a entrevistada 17, o gosto pelas atividades agrícolas existentes em sua propriedade fez com que permanecesse e deixa evidente em sua fala que “não poderia deixar tudo o que os avós e os pais construíram e ir para a cidade”.

Existem respostas que exprimem o desejo dos pais de que as jovens saiam da propriedade e migrem para o urbano em busca de melhores condições de vida. Assim relata a jovem 18, que conta que essa era a vontade dos pais, mas que tem gosto pela atividade, pelos animais e a vida no meio rural e, por isso, decidiu ficar.

Num estudo voltado às formações profissionais e à relação com a sucessão geracional ficam destacada a diferença entre gêneros, quando se trata de permanecer no campo e assumir a sucessão geracional. Os jovens do sexo masculino recebem maior incentivo de seus pais para permanecerem no campo. Apresenta também que as jovens do sexo feminino têm um menor envolvimento nas atividades rurais e menor interesse em permanecer no campo e em serem sucessoras geracionais (BREITENBACH e CORAZZA, 2017).

Ainda, 27,27% das jovens buscaram especialização por meio de estudos para retornar à propriedade na condição de sucessores. Ao responder a entrevista, a jovem 2 afirma que buscou especialização para permanecer na propriedade. Salienta que a participação no Programa Aprendiz Cooperativo do Campo foi determinante, pois todas as atividades da propriedade são trabalhadas no programa. A jovem ainda diz “acho que se deve trabalhar com os pais para que também aprendam como são as coisas, meu pai não aceita muito minha opinião”.

Dentro da realidade existente nos diferentes contextos, algumas respondentes optam por dizer que são sucessoras geracionais por gostar da atividade agrícola, mas contextualizam suas respostas justificando fatores que não caracterizam esse sentimento, conforme relato das jovens seguintes.

O relato da entrevistada 9 traz como variável condicionante ao seu processo sucessório o gosto pela atividade agrícola, mas, em suas falas, conta que seus irmãos não tiveram interesse em permanecer na propriedade, então ela e o esposo decidiram dividir as atividades com seus pais. Ainda fala que auxilia nos finais de semana, pois faz estágio no Banco, e o marido é quem assumiu mais efetivamente as atividades e a gestão, mas a parte financeira ainda é com o pai.

A jovem respondente 22 relata que é sucessora geracional em virtude de não existir outra opção, destacando em sua fala que foi “quase uma obrigação, porque não tinha quem ficar para cuidar”. A jovem ainda contribui “não estudei e meus pais não vencem fazer tudo sozinhos”. Percebe-se que ela vincula a não continuidade nos estudos como um fator contributivo à sua permanência na propriedade.

4.2.2 Formas de incentivo à permanência na propriedade

As jovens ainda foram questionadas a respeito de incentivos por parte dos pais para permanecerem na propriedade rural. A esse respeito, 89,28% afirmaram que sim. Já 10,71% das respondentes afirmam que não receberam nenhum tipo de incentivo para permanecer e sua estada na propriedade na condição de sucessora se deu por motivos de vontade própria ou circunstâncias alheias.

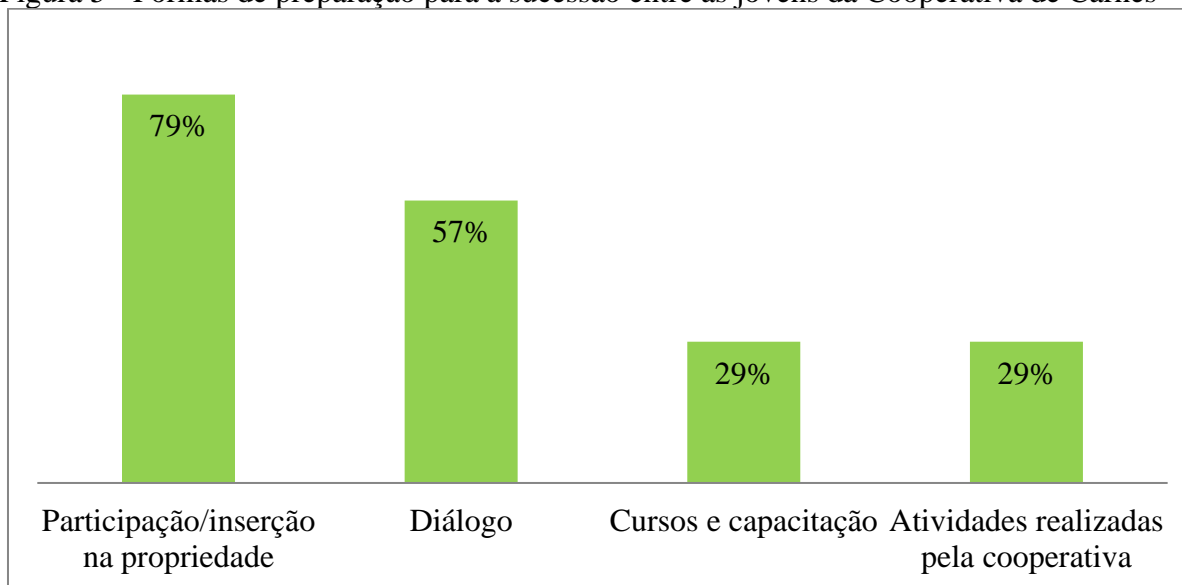
4.2.2.1 Formas de incentivo às jovens da Cooperativa de Carnes

As jovens pertencentes ao grupo da Cooperativa de Carnes foram as que apresentaram o maior percentual de incentivos, representando 92,85%. Apenas uma das jovens, pertencentes a esta cooperativa, relatou que seus pais não queriam que ela permanecesse na propriedade, deveria estudar e trabalhar na cidade em busca de uma vida “menos dura”.

Dentre as jovens que receberam alguma forma de incentivo, elas declararam ter recebido incentivos através de bens simbólicos. Elas referem-se à autonomia sobre as rendas, sobre negócios e sobre trabalho. Em segundo plano, os bens materiais apresentaram-se como significativos, para 50% das jovens sucessoras. Estes bens referem-se à construção de aviários e ampliações das pocilgas; aquisição de ordenhadeiras e vacas para aumentar a produção, casa separada dos pais, carros, motos, piscina, entre outros bens.

As jovens foram questionadas, ainda, a respeito do sentimento de preparação para assumir a sucessão. Neste sentido, as respondentes vinculadas à Cooperativa de Carnes afirmaram positivamente (85,71%) e algumas que não se sentem preparadas para assumir a propriedade rural, as quais representam 14,29%. Na Figura 5, apresentam-se algumas das formas, destacadas pelas jovens, como importantes no processo sucessório.

Figura 5 - Formas de preparação para a sucessão entre as jovens da Cooperativa de Carnes



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Quanto ao sentirem-se preparadas, dentro do percentual de jovens que atribuíram essa característica à participação e/ou à inserção na propriedade, a jovem 1, pertencente à Cooperativa de Carnes, traz que “o aprendizado com os pais foram muito valiosos, mesmo que tenha realizado o curso técnico”. Isso fez com que ela não encontrasse dificuldades em suceder, pois participou das atividades dentro da propriedade, desde sua infância.

A entrevistada 2 relata que se sente preparada, em virtude da sua inserção na propriedade, realizando as atividades com os pais e o diálogo existente entre eles. Porém, ressalta que sente dificuldades em suceder, pois ainda acredita que poderia ser mais valorizada pelas atividades que exerce e por ter optado em permanecer, uma vez que seus irmãos optaram em morar e trabalhar no meio urbano.

De acordo com as respostas da jovem 7, dentre o diálogo com seus pais, a participação nas atividades da propriedade, ela aponta como elemento determinante o curso de sucessão proporcionado pela Cooperativa para os jovens associados e filhos de associados.

Outro ponto relevante que pode ser observado foi nas respostas da jovem 12, que não soube responder claramente se está preparada para assumir a sucessão, uma vez que ressalta: “se fosse para gerenciar conseguiria, mas assumir a atividade sozinha não, só se futuramente tiver um namorado para ajudar”.

As jovens que demonstraram não estarem preparadas para assumir a sucessão apresentaram algumas razões. Na realidade das jovens pertencentes à Cooperativa de Carnes, a pouca participação na gestão da propriedade é destaque e representa um percentual de 35,71%, seguido da área de terra reduzida (28,57%). Destacam-se ainda fatores como: o pouco

conhecimento da atividade e os riscos climáticos, ambos com 14,29%, além da falta de capital, mecanização, atividade penosa e valorização pelo serviço prestado pela jovem na propriedade.

4.2.2.2 Formas de incentivo às jovens da Cooperativa de Grãos

Quanto às jovens vinculadas à Cooperativa de Grãos, tem-se que 80% delas declararam ter recebido alguma forma de incentivo para suas permanências na propriedade. Dentre os incentivos, os bens simbólicos, que se referem à autonomia sobre rendas, trabalho e negócios, apresentaram-se com um percentual de 54%.

Destacam-se, ainda, os bens materiais que se referem a automóveis, casa separada dos pais e terra como formas de incentivo para 23% dos casos. Além disso, foram destacados investimentos nas propriedades com maquinários e benfeitorias para 14% das jovens da Cooperativa de Grãos.

A jovem 6 relata que sua sucessão se deu em virtude inclusive do incentivo vindo dos pais, através de uma melhor qualidade de vida por estar no campo, ter liberdade dentro da propriedade e poder realizar todas as atividades como gosta.

Diferentemente, a jovem 8, que é engenheira agrônoma, que afirma ter assumido a sucessão geracional da propriedade em virtude de gostar das atividades e suas outras duas irmãs já terem estudado e migrado para o meio urbano, mesmo sem nenhum incentivo dos pais, afirma que “eles são do pensamento que vai receber mais na cidade do que na propriedade, estudou tem que sair”. Na visão dos pais, a propriedade rural é para quem não estudou e não tem alternativa de subsistência, para quem estudou, a cidade é a melhor opção.

No caso acima, pode-se entender que o pai não enxerga a filha como uma sucessora geracional, pelo menos no presente momento, talvez sendo influenciado pela pouca idade (50 anos), entendendo que ela deva ir trabalhar na sua profissão, pois tem plenas condições de “tocar a propriedade sozinho”, logo não oferecendo condições de inserção da filha nas decisões da propriedade, o que conseqüentemente faz com que elas não se sintam “preparadas” para assumir a sucessão efetivamente, conforme relatos das jovens.

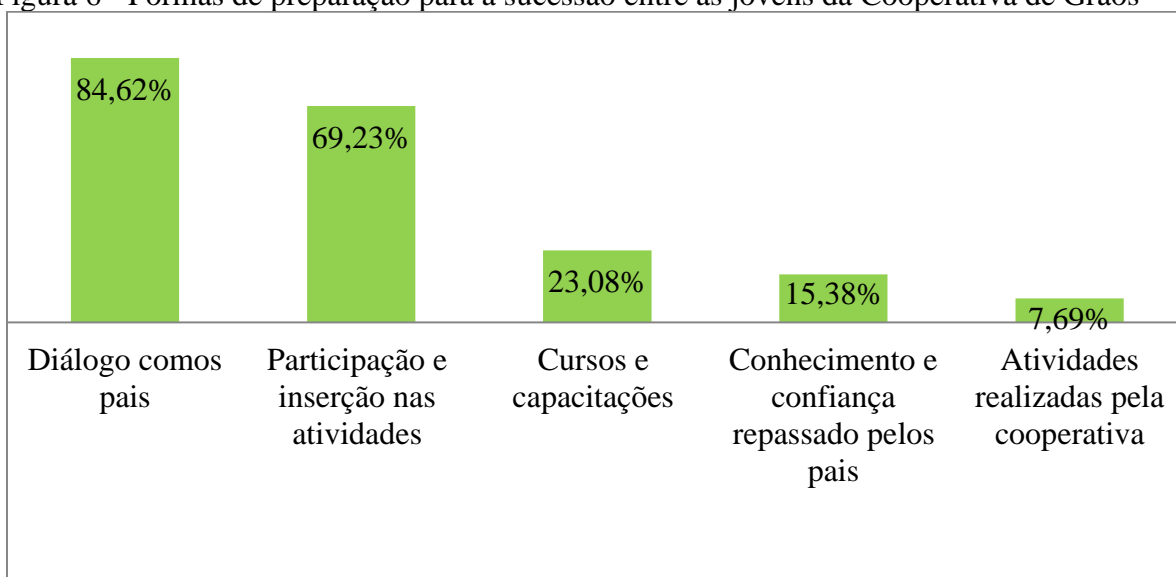
A jovem sucessora 10 destaca que o incentivo que lhe foi dado foi através de bens simbólicos e que esses lhe proporcionaram adquirir outros bens, como um carro e a legalização do restaurante que possui em sua casa na propriedade. Este empreendimento tem como público funcionários de dois armazéns de recebimento de grãos de duas Cooperativas Agropecuárias, que ficam a menos de um quilômetro da propriedade, assim como fornecedores e técnicos que trabalham nas propriedades próximas.

O processo sucessório da jovem 20 é pautado em incentivos através de bens materiais e bens simbólicos. Os pais sempre argumentam e questionam a filha: “se investirmos mais na propriedade, se a gente aumentar as vacas você fica”.

As respostas obtidas entre as jovens vinculadas à Cooperativa de Grãos apresentam alguns diferenciais, destacando um percentual menor de jovens que se sentem preparadas para suceder se comparados às demais cooperativas envolvidas no estudo. Nesse sentido, constatou-se que 65% das jovens afirmaram estar preparadas para assumir a sucessão na propriedade dos pais, 30% dizem não se sentirem preparadas e 5% não souberam de fato responder ao questionamento.

Visando às jovens que responderam positivamente, suas respostas frente à forma como isso se dá, pode-se constatar que a maioria está sucessora geracional ou em processo sucessório em virtude do diálogo com os pais (84,62%), seguido da participação e inserção nas atividades da propriedade num percentual de 69,23%, conforme Figura 6:

Figura 6 - Formas de preparação para a sucessão entre as jovens da Cooperativa de Grãos



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A jovem 2 afirma que a sua preparação para assumir a sucessão da propriedade se deu mediante a participação e inserção nas atividades desde pequena. Porém, ressalta que essa preparação diz respeito à atividade leiteira, pois não sabe “lidar com trator”, o que remete ao pensamento de que a jovem não domina a atividade de grãos.

A mesma interpretação de que as jovens, mesmo pertencendo a propriedades que majoritariamente trabalham com grãos, ocupam-se da atividade leiteira, confirma-se nas

respostas da jovem 6, que “se tratando do todo, sente-se preparada na parte financeira e tem segurança na atividade leiteira, pois entende mais sobre vacas, a lavoura é mais com o pai”.

No que diz respeito ainda à participação e inserção nas atividades da propriedade, a respondente 10 relata que “aos poucos o pai está liberando e agora está comprando os insumos para a lavoura”. Já a respondente 12 diz que se sente “em partes” preparada para assumir a propriedade, e isso se dá em virtude de sua formação acadêmica.

Outra situação em que a jovem só se sente preparada para suceder na atividade leiteira é a da respondente 16, que diz que “relacionado a lavoura, não me sinto preparada”. Nessa tendência a jovem 20 também aponta que não se sente preparada, falando que “ainda não estou preparada, especialmente na questão da lavoura”, pois não sabe plantar, passar veneno, “sabe cuidar das vacas”. Dentro do contexto exposto, 66,67% relataram não entender de lavoura e não saber utilizar os maquinários e implementos agrícolas.

Na mesma linha interpretativa, as jovens foram questionadas se tiveram alguma dificuldade durante o processo sucessório, e dentre as respostas 70% delas afirmam ter tido dificuldades na dinâmica da sucessão.

O mesmo percentual de jovens, conforme vimos nas falas acima, somente sabe trabalhar com a atividade leiteira. Os resultados ainda mostraram que duas respondentes sentiram dificuldades em suceder, pois não gostavam das atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade e tinham essa condição como “segunda opção de vida”.

A falta de incentivos destinados à agricultura, por parte das políticas públicas e do mercado, em especial no que se refere ao “preço do leite”, fez com que a jovem 6 tivesse encontrado dificuldades para ocupar a posição de sucessora geracional da propriedade.

Outro fator que desencadeou dificuldades à jovem 4 em suceder a propriedade foi a falta de liberdade, pois retornou à propriedade e foi morar com os pais, o que sentiu muito em não poder “morar sozinha”. Situação pertinente é a resposta da jovem 8, que afirma ter encontrado dificuldades em suceder a propriedade devido ao fato de ser mulher, e os pais não lhe darem liberdade e apoio.

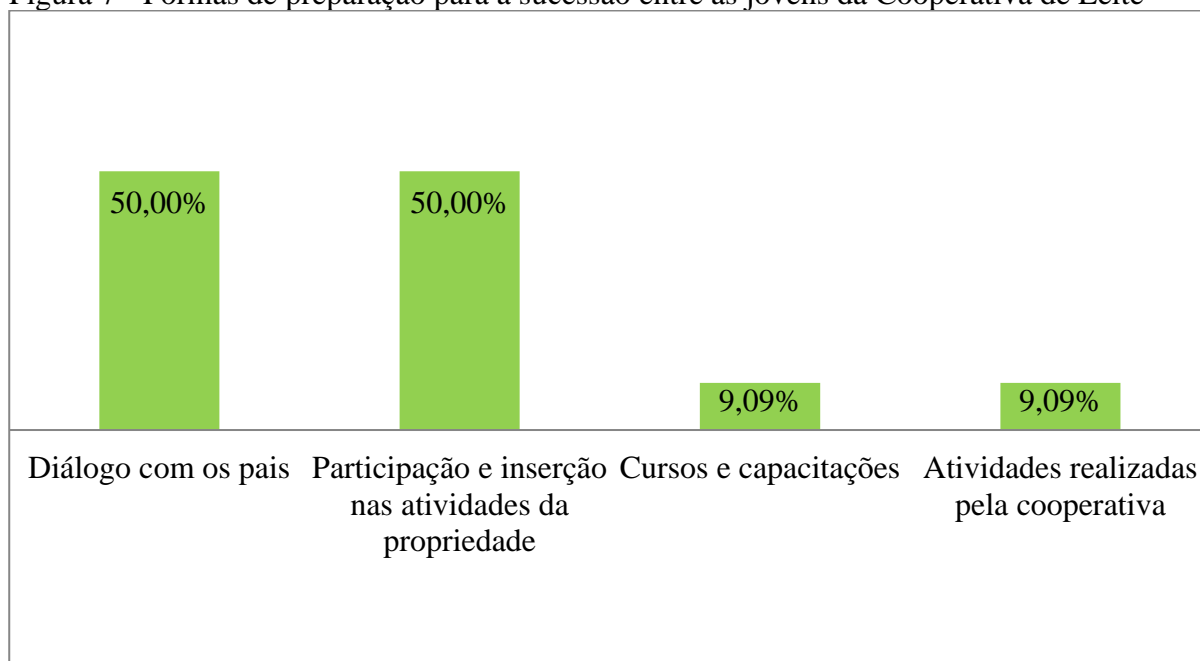
Ao relatar sua inserção na propriedade como sucessora, a jovem 10 declara que a participação e a inserção nas atividades foram elementos determinantes na sua transição sucessória, porém a sua maior dificuldade é a timidez, o que dificulta buscar as coisas e conviver com pessoas estranhas.

4.2.2.3 Formas de incentivo às jovens da Cooperativa de Leite

A realidade das jovens vinculadas à Cooperativa de Leite é semelhante à das jovens da Cooperativa de Grãos e apresenta os percentuais dentre os incentivos advindos dos seus pais, como os bens simbólicos que se referem à autonomia sobre rendas, trabalho e negócios representando um percentual de 86,36% das situações. Destacam-se ainda os bens materiais que dizem respeito ao recebimento de automóveis, casa separada dos pais e terra como formas de incentivo para 18,18% dos casos. Ainda, foram destacados como incentivos materiais por uma respondente investimentos nos estudos 9,09%, o que considera “o maior incentivo que meu pai me deu foi o curso de Agronomia, pois pude retornar pra casa e assumir a nossa propriedade”.

As jovens sucessoras pertencentes à Cooperativa de Leite, em sua maioria, 72,73% declararam estarem preparadas para assumir a sucessão e apontam as formas como ocorreu a preparação, representado na Figura 7:

Figura 7 - Formas de preparação para a sucessão entre as jovens da Cooperativa de Leite



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Conforme as respostas voltadas à preparação das jovens em suceder a propriedade, as entrevistadas apontaram o diálogo com os pais e a participação e a inserção nas atividades como fatores importantes na tomada de decisão, ambas num percentual de 50%.

Frente às respostas das jovens, que durante a entrevista sentiram-se à vontade em expor seus anseios, a entrevistada 5 enquadra-se em ambas as alternativas acima citadas e ainda diz

que “os pais devem valorizar seus filhos, pois quando eu era adolescente ganhava cinquenta reais por final de semana, assim eu ganhava gosto”.

A jovem respondente 2 aponta que as atividades realizadas pela Cooperativa através de suas ações voltadas ao crescimento e incentivos à melhoria dos meios de vida dentro da propriedade são elementos que favoreceram sua escolha em “ficar no campo”.

Outras respondentes ressaltam que o diálogo com os pais através dos incentivos recebidos colaborou para a decisão em permanecer na propriedade rural. Além disso, salientam que a participação e inserção nas atividades da propriedade se deram porque “sempre estou a par dos negócios” diz a jovem 13, que direciona sua sucessão geracional ao seu inteiro conhecimento de toda a funcionalidade da propriedade.

Dentre as jovens que declararam não estarem preparadas para assumir a propriedade (27,27%), algumas destacam a falta de experiência (37,50%), não gostar da atividade e não ter conhecimento profundo sobre ela (25%). Cabe destaque ainda àquelas jovens (12,50%) que responderam não ter autonomia.

Dentro desses resultados, a jovem 7 destaca que sua falta de preparo se refere ao fato de que não sabe o tempo de plantio e colheita e “isso me falta”. A jovem sente que não tem conhecimento, nem participa de todas as atividades da propriedade, o que lhe gera uma incerteza no que consiste em assumir a sucessão geracional como um todo.

Esse também é o caso da jovem 9 que alega não possuir experiência nas atividades exercidas na propriedade, bem como a jovem 11 que destaca a mesma deficiência em relação à falta de experiência e acrescenta “mas estou no caminho”, o que aponta sua tentativa em inserir-se nas atividades para sentir-se confiante para assumir sua condição de sucessora geracional.

Nesses casos apresentados, em que as jovens trouxeram justificativas, percebe-se que elas não possuem uma participação dentro da propriedade num todo e ainda estão atreladas à “vontade do pai” em repassar as responsabilidades, em ensinar como são realizadas as etapas das atividades.

Tratando-se ainda de questões sucessórias, as jovens foram questionadas sobre se vivenciaram dificuldades no momento da sucessão, sendo que 86% delas apontaram que sim e 14% que não. Dentre as dificuldades, destaca-se com maior relevância a pouca participação das jovens na gestão das propriedades (42,11%), seguido da falta de capital e a dificuldade de mecanização, ambos com 26,32%. Outro fator importante levantado pelas jovens foi o pouco conhecimento das atividades produtivas (21,05%).

A respondente 7 avalia que sua maior dificuldade está atrelada à falta de “incentivos de fora”, como políticas públicas que fomentem os jovens a permanecer. A jovem 9 traz como

resposta que os “pais são difíceis de lidar”, determinando que o relacionamento entre eles dificulte sua participação e inserção na atividade e logo na condição de sucessora.

Entre outros condicionantes que dificultaram o processo sucessório das jovens 13 e 20, foi a falta de mão de obra para a atividade leiteira, tendo a última exemplificado que existem possibilidades de extinguirem a atividade se não encontrarem mão de obra para trabalhar na atividade. A jovem 21 destaca ainda que o preconceito por ser mulher e jovem é uma dificuldade enfrentada por ela para suceder a propriedade de seus pais.

Contudo, levando-se em conta as dificuldades elencadas pelas jovens no geral, percebe-se, em suas falas, bem como nos resultados empíricos apresentados por elas, que a sucessão geracional atrelada às mulheres apresenta condicionantes fortemente ligados ao ambiente interno relacionado à sua participação efetiva dentro da propriedade.

Outra proposta do estudo foi analisar quais os fatores que as respondentes acreditam que influenciam as jovens rurais a saírem de suas propriedades e ir morar no meio urbano, desistindo de dar continuidade à propriedade de seus pais. Num contexto geral, constatou-se que a falta de incentivo dos pais está entre as principais razões (44,64%), seguido de 30,35% das jovens que apontam “não gostar da atividade e/ou não querer morar na propriedade”. Quando analisadas as opiniões das jovens vinculadas a diferentes cooperativas, observa-se não só semelhanças, mas também elementos distintos apontados como motivos para a saída das jovens.

Quanto às respondentes vinculadas à Cooperativa de Carnes, pode-se destacar que a falta de incentivo dos pais (35,71%), seguido de não gostarem da atividade rural e o desejo de viver no meio urbano (21,43%), a falta de remuneração pela atividade exercida, a liberdade de tempo nos finais de semana e feriados e o trabalho menos penoso no meio urbano (14,29%) estão entre os principais fatores.

Ainda, jovens apresentam a falta de “liberdade de tempo nos finais de semana e feriados”, “serviço menos penoso na cidade”, “a propriedade não comportar todos”, “não possuir um companheiro para ajudar na propriedade”, o “preconceito em que o meio rural não é pra mulheres”, a “falta de auxílio da cooperativa fornecendo mais técnicos” e a “desvalorização da mulher pelo serviço que exerce” como condicionantes para o processo migratório para o meio urbano.

Em se tratando de fatores que levam potenciais sucessoras a sair do meio rural na visão das jovens vinculadas à Cooperativa de Grãos, destacam-se o não gostar da atividade e não receber o incentivo dos pais entre os principais elementos (40%), seguidos de não ter gosto pela atividade, pois quando criança não auxiliavam nas atividades (15%). Ainda outros pontos foram

elencados isoladamente, como o não querem morar na propriedade, a falta de renda, estrutura e conseqüentemente o trabalho penoso.

Ainda, as jovens atrelaram a saída do rural ao preconceito em ser agricultora, não gostar da atividade, a falta de autonomia dos pais em relação à jovem, a desvalorização, pois consideram que a mulher não tem capacidade para as atividades agrícolas, e a falta de incentivo do sistema político.

Já o grupo das jovens vinculadas à Cooperativa de Leite foram as que mais motivos destacaram, apresentando diferentes situações. Dentre os principais fatores, destaca-se a falta de incentivo dos pais (54,54%), o fato de não gostar da atividade (31,82%) e a não remuneração pelo trabalho realizado (22,73%). Ainda, em um percentual de 13,64% para cada variável, as jovens destacam o custo de vida da propriedade ser muito alto, o que possibilita apenas a sobrevivência e o sair em busca de oportunidades devido à vida difícil no campo; o trabalho penoso exercido dentro das propriedades rurais; a falta de acesso aos negócios e gestão da propriedade afasta a jovem da propriedade; o casar com quem não queira morar no rural ou filho de agricultor que irá suceder o pai; a liberdade e melhores condições de vida.

Outros elementos singulares destacados pelas jovens da Cooperativa de Leite que cabem ressaltar foram o “viver da agricultura é muito difícil, falta de estrutura e recursos na sede”; a “desvalorização do preço dos produtos produzidos na propriedade”; a “falta de incentivo da cooperativa”; o “acesso difícil para estudar”; a “falta de incentivo governamental”; a “ilusão de que a cidade é melhor que o campo” e o “acesso a telefone e internet”.

Dentro do contexto, foi perceptível durante as entrevistas que as jovens vinculadas à Cooperativa de Leite vivenciam alguns elementos citados como “condicionantes” à migração para o meio urbano e que sua escolha em permanecer está ligada a outros motivos conforme já mencionados anteriormente.

Ao serem questionadas sobre as condições de permanência da jovem sucessora, associada à propriedade paterna, dentro do total das entrevistadas, 32,14% responderam que a sucessão será administrando um negócio ou atividade na propriedade” enquanto 30,35% responderam que estão vinculadas à “sucessão geracional administrando todas as atividades da propriedade”.

Dentro da realidade de cada grupo das Cooperativas agropecuárias, pode-se perceber que, dentre os casos analisados, há jovens que se consideram sucessoras geracionais, porém não estão ligadas diretamente às atividades das propriedades. Estas informações estão detalhadas na Tabela 9.

Tabela 9 - Permanência no campo associada à propriedade paterna

Cooperativa de Carnes		
Sucessão na Propriedade Paterna	Frequência	Percentual
Sucessora geracional na propriedade administrando todas as atividades	5	35,71%
Sucessora geracional na propriedade administrando um negócio ou atividade	3	21,43%
Sucessora auxiliando os pais nas atividades e no gerenciamento	3	21,43%
Sucessora geracional com atividades externas à propriedade	3	21,43%
Cooperativa de Grãos		
Sucessora geracional administrando um negócio ou atividade	8	47,00%
Sucessora geracional administrando todas as atividades	4	24,00%
Ainda não está definido	2	12,00%
Sucessora geracional com atividades externas à propriedade	3	18,00%
Cooperativa de Leite		
Sucessora geracional administrando todas as atividades	8	36,36%
Sucessora geracional administrando um negócio ou atividade	7	31,82%
Sucessora geracional com atividades externas à propriedade	3	13,64%
Não sabem responder	3	13,64%
Sucessora na propriedade do pai do marido	1	4,55%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A esse respeito, tem-se 14,28% das jovens da Cooperativa de Carnes que exercem outra atividade e que exemplificam que estão na propriedade em virtude de que seus maridos assumiram as atividades junto com os pais, esses ocupando efetivamente a posição de “sucessores geracionais”. Assim, a jovem 4 relata que o “namorado é quem gosta do interior e que a convenceu de ficar e dar continuidade através do aviário”. Já a Jovem 12 salienta que tem a pretensão de gerenciar toda a propriedade futuramente, pois agora apenas auxilia nas atividades, porém isso só ocorrerá se “arranjar” um namorado que a ajude.

Como pode-se constatar na Cooperativa de Grãos, as jovens que se consideram sucessoras geracionais, mas não atuam dentro da propriedade, somam 18% e estão atreladas a atividades externas à propriedade, sendo notório que apenas auxiliam os demais quando possível, finais de semana ou fora do horário normal de expediente.

Enquadra-se nesse perfil a jovem 19, que é engenheira agrônoma da Cooperativa à qual pertence, a qual relata que “a parte agrônômica é com comigo, o serviço braçal é com pai e a mãe e a compra de insumos, é comigo e com o pai”. Esse discurso caracteriza que a jovem não participa das atividades cotidianas da propriedade, apenas auxilia nas questões voltadas a sua formação acadêmica. Quanto ao caso da jovem sucessora 18, esta ressalta que, em virtude do

falecimento de seu irmão, tornou-se a única herdeira, porém que toda a gerência da propriedade é realizada pela mãe e o esposo, uma vez que exerce sua profissão de professora. A jovem ainda enfatiza que, quando a mãe vier a falecer, dará continuidade à propriedade, “ficando o esposo a frente de tudo”.

Ainda pertencente à Cooperativa de Grãos, a jovem 12 é a responsável por toda a administração da propriedade, mas não participa das atividades, pois não gosta, e só retornou e assumiu a propriedade porque “arranjou um marido” que gosta das atividades agrícolas, casaram-se e vieram para a propriedade dos pais, onde já recebeu parte de sua herança.

Em relação à Cooperativa de Leite, 13,64% das jovens mulheres exercem atividades externas à propriedade. Essa condição as limita a participar da gestão da propriedade e da participação efetiva nas atividades, estando também atreladas aos maridos, que assumiram a sucessão. Assim, a respondente 9 confirma que só auxilia quando necessário nas atividades da propriedade nos finais de semana, pois trabalha na cidade, e “somente o esposo é quem trabalha na propriedade”.

A jovem ainda complementa que são os pais que decidem tudo na propriedade, que os seus irmãos não tiveram interesse em permanecer e eles, “jovens”, resolveram ajudar os seus pais. Isso implica que a jovem é sucessora, uma vez que seu esposo assumiu as atividades com os pais, mas, se ele assim não fizesse, possivelmente essa jovem não teria dado continuidade à propriedade dos pais.

Contudo, tem-se que apenas uma jovem, dentre todas as entrevistas durante o estudo, assumiu a sucessão geracional na propriedade do sogro, acompanhando seu marido. As demais encontram-se nessa condição na propriedade dos pais.

Valadares et al. (2016) trazem em seus resultados os elementos que condicionaram os jovens a voltar para a propriedade, e constatou-se que os jovens homens retornam num percentual maior do que as jovens mulheres. Aquelas que voltam para o campo destacaram essa decisão baseada no casamento, acompanhar o cônjuge e cuidar da família.

Os resultados do nosso estudo voltam-se para o oposto de Valadares et al. (2016), pois entre as jovens que possuem companheiro/marido, apenas uma saiu para acompanhá-lo, assumindo as atividades e a gestão em conjunto com a família dele. Os outros elementos pertinentes à volta das jovens para o rural foram a melhoria de renda e qualidade de vida no campo, a falta de oportunidade/emprego fixo na cidade, além de não conseguirem autonomia na cidade, desejo de estar com a família, sentir falta e voltar em busca de apoio da família devido à separação com o companheiro/marido.

Quadro 9 - Síntese do processo sucessório

	Cooperativas		
	Carnes	Grãos	Leite
Processo de definição sucessório	Processo definido pelo pai; Saiu estudar e voltou à propriedade.	Vontade e gosto pela atividade agrícola; Jovem filha única.	Vontade e gosto pela atividade; Saiu estudar e voltou à propriedade.
Formas de incentivos	Majoritariamente bens simbólicos.	Majoritariamente bens simbólicos.	Majoritariamente bens simbólicos.
Formas de preparação	Participação e inserção na propriedade; diálogo com os pais.	Diálogo com os pais; Participação e inserção na propriedade.	Diálogo com os pais; Participação e inserção na propriedade.
Dificuldades em suceder	Pouca participação na gestão e área de terra reduzida.	Dificuldade de mecanização e área de terra reduzida.	Pouca participação na gestão e falta de capital.
O que leva as jovens a sair do rural	Falta de incentivo dos pais e não gostarem da atividade agrícola.	Não gostar da atividade agrícola e falta de incentivo dos pais.	Falta de incentivo dos pais e não gostarem da atividade agrícola.
Permanência no campo na propriedade paterna	Todas como sucessoras geracionais administrando todas as atividades.	Todas como sucessoras geracionais administrando um negócio ou atividade.	Uma jovem sucessora na propriedade do marido; as demais como sucessoras administrando um negócio ou atividade.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.2.3 A inserção das jovens nas cooperativas e a importância no processo de sucessão

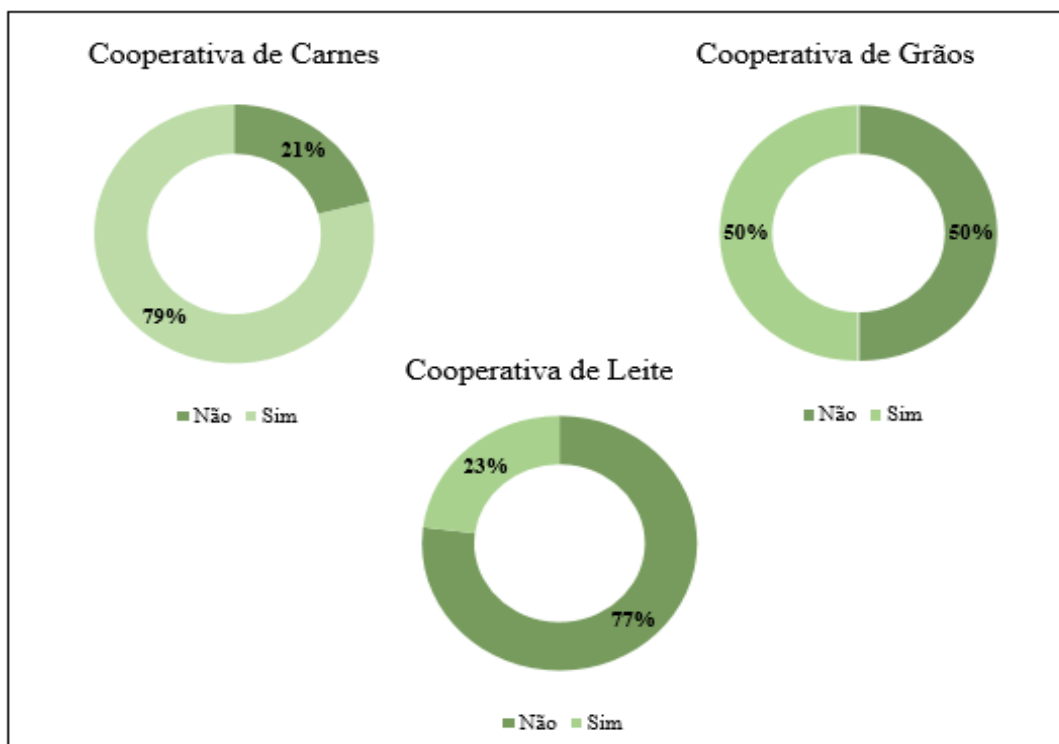
Esta sessão apresenta a relação entre as cooperativas agropecuárias à que as jovens mulheres são vinculadas e sua influência no processo sucessório, destacando elementos que condicionam as jovens a permanecerem na propriedade rural.

Primeiramente, ao analisar a participação das entrevistadas nas cooperativas como associadas, pode-se perceber que a maior parte das jovens (54,33%) é associada, enquanto 45,66% não fazem parte do quadro social. Estas informações, de acordo com cada cooperativa, são apresentadas na Figura 8.

Deggerone e Oliveira (2018) realizaram um trabalho, abordando a contribuição das organizações cooperativas dentro da dinâmica sucessória na região Corede Norte, envolvendo 11 cooperativas agropecuárias, que possuem em seu quadro associativo predominantemente agricultores familiares. Dentre os resultados apresentados, verifica-se que o número de associados homens é muito maior do que o de mulheres e que o número de jovens associados é ainda menor, representando 7,55% do total de associados. Cabe salientar que o estudo ainda destaca a participação das jovens mulheres como associadas, apresentando um percentual de

1,93%. Nesse sentido percebe-se certa invisibilidade da importância do jovem tanto homem quanto mulher para as cooperativas analisadas.

Figura 8 - Percentual de associadas das cooperativas de Carne, Grãos e Leite



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Em relação à participação das jovens na Cooperativa de Carnes como associadas, tem-se que 79% das jovens pertencem ao quadro social da Cooperativa. Os resultados apontaram que o tempo de participação na condição de associadas supera seis anos em 63,63% dos casos.

Foi possível constatar, através das respondentes, que existe entre a cooperativa de carnes e as propriedades em estudo elevado grau de fidelidade, o que pode intervir na questão do “pertencer a cooperativa” na condição de associada, além do sistema integrado visto pelas jovens como um fator de segurança relacionado a toda a atividade em si, bem como o escoamento da produção e o recebimento em dia. Mesmo que as propriedades apresentem essa condição de fidelidade, a jovem 3 salienta que a cooperativa ao seu ver dificulta a associação das jovens e, portanto, somente os pais são associados.

As jovens associadas da Cooperativa de Grãos representam um percentual de 50% na condição de associadas, sendo a outra metade não associada. Tem-se como resultado que 40% dessas jovens associadas faz parte do quadro ativo da Cooperativa há mais de seis anos.

Mesmo as jovens tendo um percentual menos elevado em termos de associadas da Cooperativa, as propriedades em que estão inseridas apresentam 70% de fidelidade entre cooperativa e propriedade.

Tratando-se da participação das jovens como associadas da Cooperativa de Leite, constatou-se que, na sua maioria, ou seja, 77% das sucessoras não são associadas. Nesse contexto, ainda, todas as associadas (100%) possuem menos de seis anos de atuação no quadro social.

Cabe ponderar que ao serem questionadas sobre a fidelidade à Cooperativa em que a propriedade está vinculada, teve-se como resultados empíricos que 50% das propriedades entregam seu produto a empresas de laticínios ou até mesmo à outra cooperativa. Ainda 8 jovens justificam esse resultado, dizendo que a opção de entregar o produto a outro estabelecimento se faz em virtude de melhores preços pagos por ele.

Conforme Schneider (2001), a presença das cooperativas agropecuárias no meio rural contribuiu para a consolidação da agricultura familiar frente a conjuntura da produção de alimentos, bem como o fomento da produção de matéria-prima para o desenvolvimento do rural brasileiro. Portanto, contata-se, através da análise dos três grupos, que as condições dadas pelas cooperativas às famílias associadas afetam diretamente na sua fidelização. Alguns discursos voltavam-se à Cooperativa como uma “empresa que só pensava em lucro”, demonstrando que essas não se sentem parte da cooperativa como associadas.

Frente as questões relativas à cooperativa e à sucessão geracional, as jovens vinculadas à Cooperativa de Carnes foram questionadas se percebem a preocupação da cooperativa com a sucessão geracional, diante das quais foi possível constatar que 92,86% observam e ponderam algumas ações.

Nesse sentido, quase que unânime, as jovens relatam que o curso de sucessão, os eventos sociais realizados pela cooperativa, a implantação do Programa Mais Leite, a assistência técnica e a participação dos jovens nos reajustes são ações que se destacam para 13 das 14 jovens entrevistadas. Teve destaque entre as jovens, ainda, o sistema produtivo integrado e o incentivo da Cooperativa para a implantação de novas estruturas nas propriedades, como relatam as entrevistadas 11 e 12.

Menasche e Schmitz (2007) trazem que os jovens possuem a pretensão de continuar os projetos de vida de seus pais e avós, condicionados à existência de uma ligação moral que está vinculada à reprodução simbólica da família dos seus antepassados. Nessa perspectiva, as jovens da Cooperativa de Carnes apontam que suas ações fomentam a continuidade das suas propriedades, mas também o desenvolvimento delas.

No que se refere à participação das jovens mulheres nas atividades das Cooperativas, diferentes ações foram apontadas. Dentro da realidade das respondentes pertencentes à Cooperativa de Carnes, constatou-se que 50% participam da cooperativa.

Dentro da participação das jovens na cooperativa, constatou-se que elas participam de mais de uma atividade, ou seja, inserem-se na cooperativa de forma significativa, conforme os resultados abaixo, sendo os cursos de capacitação os de maior percentual, ou seja, 50% das entrevistadas já participaram de cursos de capacitação, conforme Tabela 10.

Tabela 10 - Formas de participação das jovens na Cooperativa de Carnes

Participação das jovens na cooperativa	Frequência	Percentual
Curso de capacitação	7	50%
Eventos culturais	6	42,86%
Projeto e/ou eventos para jovens	5	35,71%
Reuniões e assembleias	5	35,71%
Visitas técnicas	5	35,71%
Comercialização de produtos	4	28,57%
Feiras	3	21,43%
Projeto Mulher	1	7,14%
Aprendiz Cooperativo do Campo	1	7,14%
Conselheira	1	7,14%
Busca de financiamentos para a propriedade	1	7,14%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quando questionadas a respeito da frequência que as sucessoras e sua família participam da cooperativa, constatou-se que 35,71% das famílias participam sempre da cooperativa, enquanto que 64,28% delas participam esporadicamente.

As jovens destacam como formas de incentivos à permanência no campo, a influência de organizações como as cooperativas agropecuárias, principalmente através de suas ações, quando voltadas à manutenção da propriedade e ao oferecimento de conhecimento aos associados e suas famílias. Assim, Matte e Machado (2017) sinalizam essa mesma perspectiva em seu estudo, onde os jovens reconhecem o fomento das cooperativas através da assistência técnica, capacitações entre outras atividades que fazem parte do contexto cooperativo e que as diferenciam das instituições comerciais.

Já as jovens pertencentes à Cooperativa de Grãos foram questionadas se percebem a preocupação da cooperativa com a sucessão geracional e permanência dos jovens na propriedade. Neste sentido, a maior parte (80%) afirmou positivamente ao questionamento.

Na visão dessas jovens que percebem uma preocupação da Cooperativa com a questão sucessória, os programas e cursos de capacitação e sucessão foram os mais lembrados entre toda a mostra do estudo (100%). Ainda, as jovens percebem essa preocupação através de projetos voltados ao jovem, como o Aprendiz Cooperativo do Campo, seguido do diálogo e frequentes pesquisas realizadas pela cooperativa com os jovens rurais (87,50%).

Outro aspecto relevante é a feira realizada anualmente pela cooperativa e os dias de campo (75%). Nesse contexto, junto com respostas menos numerosas, aparecem o acesso à tecnologia, a empregabilidade de jovens associados na cooperativa e o financiamento das atividades produtivas (25%) respectivamente.

Tratando-se da participação das jovens sucessoras na Cooperativa de Grãos, observou-se que a maior parte (90%) participa da cooperativa, mesmo não estando na condição de associadas. Dentre as atividades realizadas pela cooperativa que envolvem maior percentual de participação das jovens destacam-se: projetos voltados para as mulheres, com um percentual de 22%, igualmente o mesmo percentual para cursos e capacitações. Ainda aparecem projetos voltados para jovens com um percentual de 17%, seguido do mesmo percentual para eventos culturais, conforme Tabela 11.

Tabela 11 - Formas de participação das jovens na Cooperativa de Grãos

Participação das jovens na cooperativa	Frequência	Percentual
Projetos voltados para mulheres	4	22%
Cursos capacitação	4	22%
Projetos voltados para jovens	3	17%
Eventos culturais	3	17%
Financiamento de atividades na propriedade	2	11%
Visitas técnicas	1	6%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Referente à frequência com que a família das jovens participa das atividades realizadas pela Cooperativa de Grãos, constatou-se que 60% participam esporadicamente, 25% sempre e 10% nunca.

Quanto às respostas das jovens vinculadas à Cooperativa de Leite, referente à preocupação da cooperativa com a sucessão através de ações, algumas destacaram os cursos de capacitação, palestras e o Programa Aprendiz Cooperativo do Campo como os principais. Cabe ressaltar que as jovens também destacaram que elas sabem que existem ações, mas que elas são oferecidas a jovens de cidades específicas, “não chegando até suas cidades”. Em algumas falas,

jovens destacam que os “eventos acontecem na cidade sede da cooperativa”, e as demais ficam de fora.

Às jovens mulheres pertencentes à Cooperativa acima e que participam das atividades desenvolvidas pela cooperativa perguntou-se de quais atividades participam. Dentre as respostas mais frequentes, os cursos e capacitações (36,36%), seguidos das reuniões e assembleias (27,27%) e o aprendiz cooperativo do campo (22,73%) foram as atividades com mais participação. Pode-se perceber que as jovens participam de mais de uma atividade, conforme Tabela 12.

Tabela 12 - Formas de participação das jovens na Cooperativa de Leite

Participação das jovens na cooperativa	Frequência	Percentual
Curso de capacitação	8	36,36%
Reuniões e assembleias	6	27,27%
Aprendiz cooperativo do campo	5	22,73%
Feiras	4	18,18%
Projeto voltado a jovens	4	18,18%
Conselheira	4	18,18%
Financiamento de atividades da propriedade	4	18,18%
Palestras dia de campo	4	18,18%
Eventos culturais	3	13,64%
Comercialização de produtos	3	13,64%
Visitas técnicas	3	13,64%
Projeto voltado para as mulheres	2	9,09%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quanto à participação da família das sucessoras nas atividades desenvolvidas pela Cooperativa, destaca-se o envolvimento esporádico da família (86%), enquanto apenas 14% delas participam sempre das atividades elaboradas pela Cooperativa.

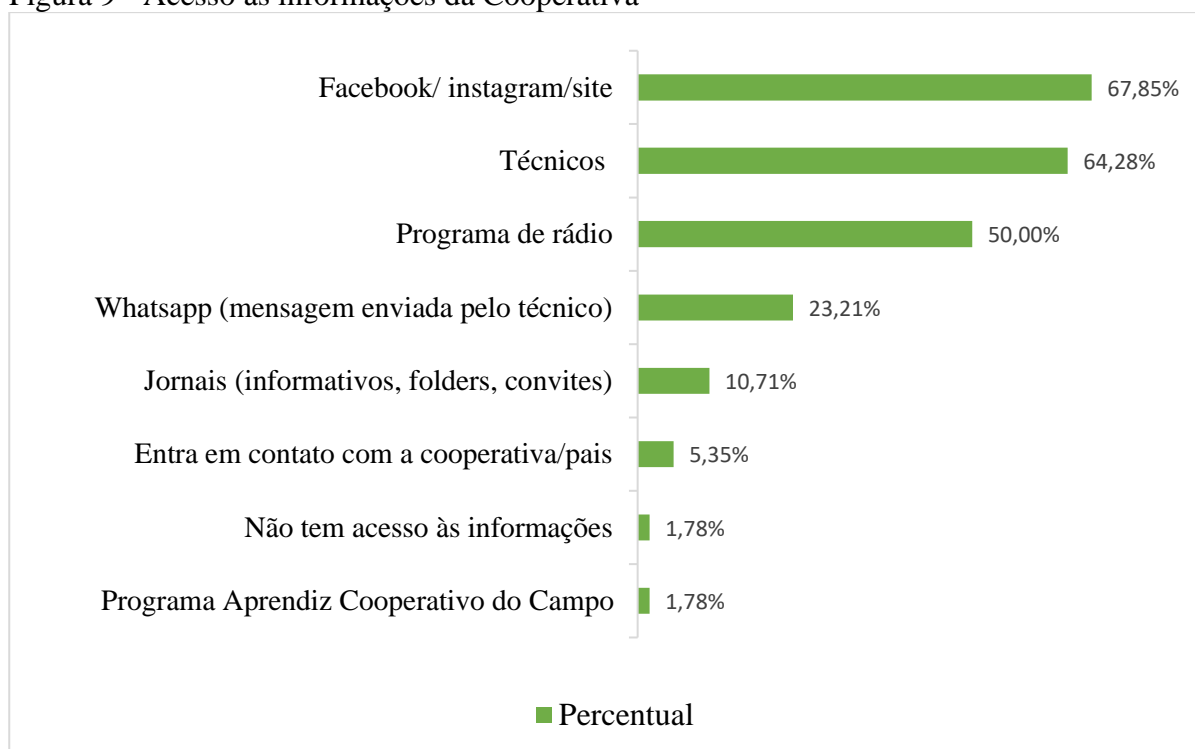
Dentro dessa perspectiva da inserção das famílias e, em especial, da jovem sucessora às Cooperativas, o estudo identificou as diferentes maneiras de como as respondentes possuem acesso às informações vindas das cooperativas às quais são vinculadas. Num contexto amplo, as jovens apontam que possuem acesso às informações das cooperativas através das redes sociais, como *Facebook*, *Instagram* e/ou *site* da cooperativa, num percentual de 67,85%.

A importância da assistência técnica nas propriedades rurais, que permite uma inferência direta e indireta nas atividades e na vida dos produtores, por meio dos técnicos, foram apontados como “importante meio de informação das cooperativas para com as jovens” (64,28%).

Pode-se evidenciar através dos resultados que os programas de rádio das cooperativas abrangem um número significativo de ouvintes, onde 50% das jovens têm acesso às

informações de suas cooperativas através do rádio. Estas informações são ilustradas na Figura 9.

Figura 9 - Acesso às informações da Cooperativa



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Frente às realidades das jovens, cujo acesso aos meios de comunicação lhe permite, entre outros benefícios, a oportunidade de obter conhecimento sobre as atividades exercidas na propriedade, além de tecnologias e inovações que possam facilitar a vida no campo, nesse sentido, Boessio e Doula (2017) comentam que, atualmente, no meio rural, é necessário que os jovens busquem conhecimento, pois é um espaço que exige aperfeiçoamento e entendimento de técnicas e das tecnologias.

Desse modo, individualizando os grupos das jovens mulheres nas suas cooperativas de diferentes segmentos, ressalta-se que 85,71% das entrevistadas recebem as informações da Cooperativa de Carnes pelo programa de rádio, não em virtude da falta de acesso à internet, pois todas têm acesso, mas por ser um costume que vem de geração em geração.

Já entre as jovens da cooperativa de Grãos e Leite o destaque foi para a figura do técnico como o principal meio de obtenção de informações referentes à cooperativa. Essa representatividade foi de 40% e 81,82% respectivamente, então seguido pelo programa de rádio, facebook/instagram.

Quadro 10 - Síntese da relação das jovens com as cooperativas

	Cooperativas		
	Carnes	Grãos	Leite
Associadas à cooperativa	Jovem associada: 79%	Jovem associada: 50%	Jovem associada: 23%
Preocupação da cooperativa com a sucessão	Curso de sucessão; Programa Mais Leite; Assistência técnica; Participação dos jovens nos reajustes.	Cursos de Capacitação; Programa Aprendiz Cooperativo do Campo; Diálogo com a cooperativa.	Cursos de Capacitação; Palestras; Programa Aprendiz Cooperativo do Campo;
Participação das jovens na cooperativa	Curso de capacitação; Eventos culturais; Projetos ou eventos para jovens.	Projetos voltados para as mulheres; Cursos de capacitação; Projetos voltados para jovens.	Cursos de Capacitação; Reuniões e assembleias; Programa Aprendiz Cooperativo do Campo.
Acesso a informações da cooperativa	Programa de rádio; Facebook/instagram; Técnicos.	Técnicos; Programa de rádio; Facebook/instagram.	Técnicos; Programa de rádio; Facebook/instagram.

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentro da dinâmica das cooperativas agropecuárias e sua atuação frente à realidade das propriedades rurais foi proposto às jovens que através de suas respostas elencassem fatores e ações que a cooperativa possui e que favorecem o desenvolvimento social e econômico das famílias associadas, assim como a influência da cooperativa na definição de sucessora e possíveis sugestões idealizadas por elas, as quais consideram essenciais para fomentar a permanência da mulher no campo na condição de sucessora geracional.

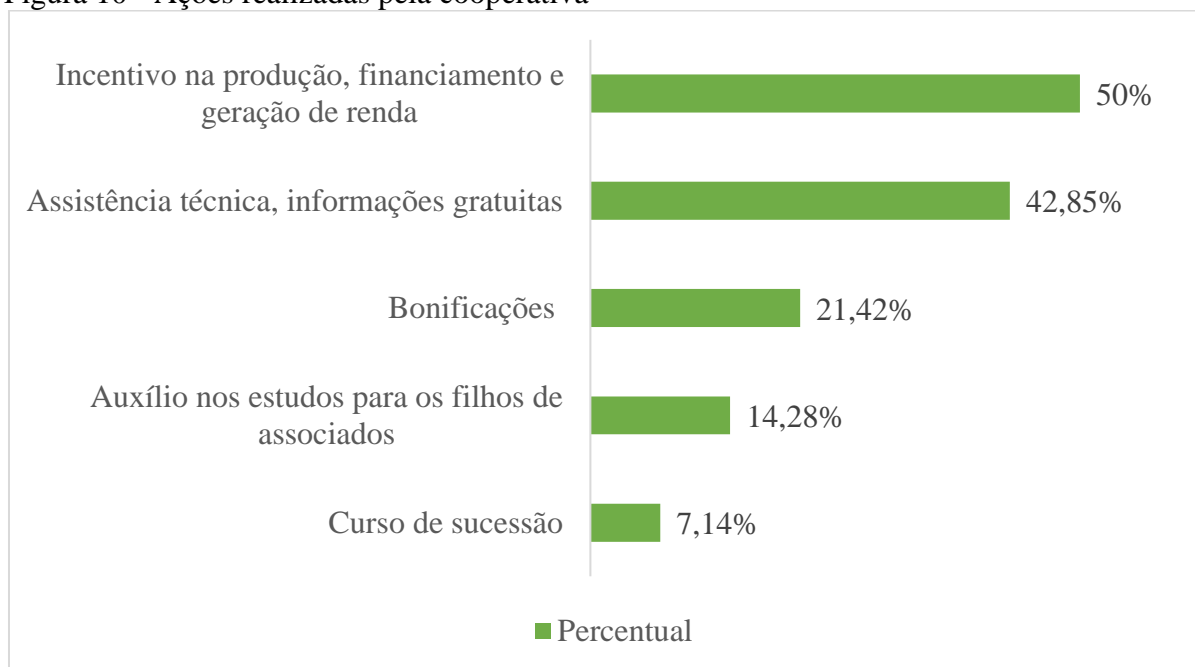
Relevantes estudos abordam o comportamento das cooperativas frente à reprodução social da agricultura familiar. Nesse sentido, Spanevello, Drebes e Lago (2011) trazem resultados de uma pesquisa realizada no Alto Jacuí, no Rio Grande do Sul, em que as organizações realizam ações e projetos voltados aos seus associados e que indiretamente influenciam na tomada de decisão dos jovens pertencentes às propriedades favorecidas, em permanecer ou não no meio rural.

Para melhor compreensão tratar-se-á das cooperativas separadamente para visualizar os diferentes cenários, uma vez que se observou, através dos resultados, que há diferentes contextos e diferentes visões sob a “figura” da Cooperativa para as jovens.

4.2.3.1 Cooperativa de Carnes

A respeito das ações realizadas pela Cooperativa de Carnes que favorecem o desenvolvimento social e econômico das famílias associadas, as jovens destacaram algumas ações conforme a Figura 10.

Figura 10 - Ações realizadas pela cooperativa



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Os resultados encontrados no estudo demonstram que, para as jovens, a Cooperativa realiza ações no que diz respeito ao auxílio nas questões financeiras como incentivo da produção, os financiamentos, entre outros fatores, que auxiliam as famílias no aumento da rentabilidade, alcançando um percentual de 50%.

Chama-se a atenção para o caso da entrevistada 5 que identifica a Cooperativa como uma pagadora de preços justos aos produtores, o que faz com o que a propriedade possa progredir. Nessa tendência a sucessora 14, salienta que a cooperativa incentiva, buscando sempre novos negócios, como a compra de hortaliças dos produtores, fornecendo os serviços de farmácias, mercados, postos de combustíveis, o que pode ser comprado e “descontado da conta do leite”, além da compra de grãos para a fabricação de ração, tudo em benefício aos associados.

Outros resultados chamam a atenção, como os fatores assistência técnica e “informações gratuitas”, que 42,85% das respondentes consideraram relevantes. Dentro desse contexto a jovem 9 reforça que a Cooperativa fomenta a produção principalmente através da assistência à

propriedade, assim como a jovem 11, que destaca que a cooperativa “proporciona uma ótima assistência técnica”.

As bonificações foram lembradas pelas jovens como ações de relevância (21,42%), citando o “Programa mais leite”, cujas bonificações são atribuídas aos cooperados, podendo ser gasto esse montante na Cooperativa. Cabe destaque, entre as respostas das sucessoras, às ações voltadas à agregação de conhecimento através do curso de sucessão e as bolsas de estudos fornecidas pela Cooperativa, “para quem quer estudar”, conforme relato da jovem 10. Nessa perspectiva, a sucessora 6 aponta que a Cooperativa “incentiva os jovens a permanecer através do curso de sucessão, mostrando o quanto vale a pena a atividade agrícola”.

As jovens foram abordadas acerca da identificação de ações realizadas pela Cooperativa que apoiavam, incentivavam ou influenciavam de alguma maneira diretamente na sua permanência na propriedade na condição de sucessora geracional.

Quanto às respostas, 35,71% das jovens não visualizaram incentivos das cooperativas no processo sucessório. Já o mesmo percentual aponta “cursos, viagens e palestras como elementos decisórios para a permanência no meio rural”.

Outras possibilidades que apareceram de incentivo foram a qualidade de vida e renda proporcionadas pelas ações da Cooperativa (28,57%). Pode-se observar tal relevância através da fala da jovem 9, que diz que a Cooperativa proporciona qualidade de vida através do incentivo à produção, pois “se a cooperativa não tivesse procurado os pais não estariam mais na atividade”.

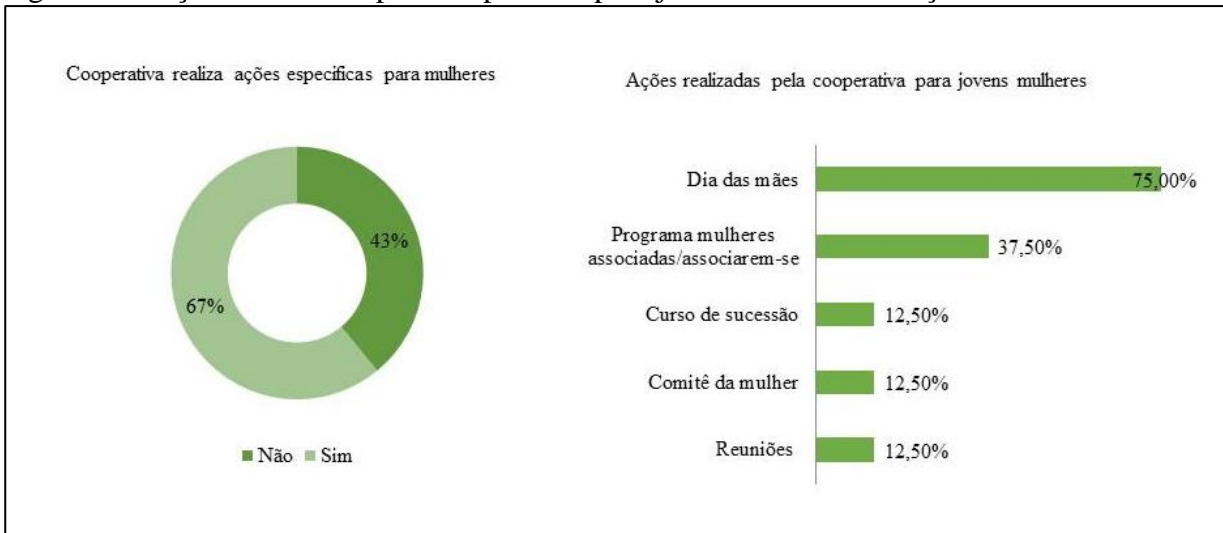
Identifica-se na fala da respondente 13 que a Cooperativa influencia nesse caso indiretamente, pois ressalva que “não por influência direta da cooperativa, mas porque gosto da atividade e porque enxergo o quanto os meus pais cresceram”.

Os dados também demonstram que a maneira integralizada da Cooperativa para com seus associados é relevante para sua permanência. Nesse viés, a respondente 14 diz que a Cooperativa proporciona todas as condições de inserção através de seus vários setores integrados, além dos filhos dos associados trabalharem na cooperativa, ainda possuem auxílio para estudar, como bolsa de estudos.

Aspectos são destaque no que tange às cooperativas agropecuárias, segundo as autoras Flôr, Christofari e Boscardin (2019), sendo eles a capacidade das cooperativas em auxiliar o produtor ofertando meios de comercialização de seus produtos, além de serviços e estímulos, como bonificações, entre outras participações. Além disso, oferta de quadro técnico, de ações sociais, bem como em algumas cooperativas a agregação de valor ao produto primário, auxílio nas questões financeiras de compra e venda.

No que tange à opinião das jovens a respeito das ações específicas para mulheres, desenvolvidas pela cooperativa, pode-se constatar que 57% das respondentes afirmam que a cooperativa realiza ações específicas para mulheres, bem como 43% não identificam.

Figura 11 - Ações realizadas pela cooperativa para jovens mulheres/as ações



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Dentro da perspectiva das respostas positivas em relação às atividades realizadas pela cooperativa para as mulheres, 75% destacaram como ação o encontro do dia das mães/dia da mulher. Nesse sentido, 37,50% consideram o programa para mulheres associadas e o incentivo a novas associadas como ação positiva por parte da cooperativa. Outras ações voltadas para as mulheres foram lembradas, como o curso de sucessão, o comitê das mulheres e as reuniões.

Dentre as respondentes que não reconhecem ações da cooperativa que influenciam em sua permanência no meio rural, a totalidade delas (6 jovens) aponta a “capacitação técnica para mulheres” como uma alternativa positiva, uma vez que acreditam que quanto mais cursos de capacitação, maior será sua inserção nas atividades da propriedade.

Como resultado, também, as jovens sugerem que a cooperativa promova encontros de jovens mulheres (28,57%) para troca de experiências, para que possam levantar questionamentos que são de interesse das mulheres. Inclusive, as jovens que correspondem a um percentual de 14,29% sugerem que tenha, no quadro técnico da cooperativa, mulheres para trabalhar com as mulheres.

As jovens ainda destacam a importância de haver encontros das famílias, para que junto à cooperativa as filhas possam ser ouvidas, e a cooperativa possa fazer com que os pais entendam a importância do processo de inserção dos jovens nas atividades. Destacam também

que a cooperativa, nesse sentido, pode promover ações que mostrem aos jovens o “lado vantajoso de permanecer na propriedade rural”.

Drebes e Spanevello (2017) realizaram um estudo com oito Cooperativas Agropecuárias situadas no Alto Jacuí no estado do Rio Grande do Sul, visando analisar os desafios da sucessão na agricultura familiar. Este ponderou algumas ações singulares à determinada cooperativa que possibilitam resultados positivos e que não apareceram no estudo em questão. Dentre eles está o “núcleo de jovens”, que desenvolve atividades esportivas e culturais, bailes e concursos de beleza, com o intuito de valorizar as jovens do campo; “líderes mirins”, envolvendo crianças e adolescentes; “participação em família”, ambas com o intuito de valorizar o trabalho e a vida do campo através do cooperativismo.

Ademais, outra atividade que pode servir de exemplo às cooperativas da pesquisa e que está presente no estudo acima citado é a “festa do agricultor”, que oferece anualmente um momento de lazer e valorização do campo. Dentro do contexto das cooperativas que fazem parte dessa pesquisa, esse momento seria de lazer e de oportunidade de os jovens rurais se conhecerem e possivelmente criarem laços de amizade e entrosamento.

Quando as jovens foram questionadas sobre as ações que poderiam ser desenvolvidas para os jovens, incluindo ambos os sexos, obteve-se inúmeras e diferentes respostas. Resumidamente estiveram elencados a questão financeira das atividades, uma vez que as jovens acham interessante que haja bonificações aos jovens associados, como um estímulo àqueles que deram continuidade à propriedade, além das bonificações habituais.

Outra ideia, ligada à questão financeira, é uma melhor remuneração aos associados jovens, pois os investimentos são altos, podendo-se “buscar parceria com o município” para custear investimentos na propriedade, já que às vezes a renda gerada na propriedade não é suficiente para sustentar todos.

Outro assunto levantado pelas respondentes como ações ligadas a questões técnicas e de conhecimento são os cursos de capacitação, buscando mais cursos práticos de manejo e até mesmo ajudar nos custos de outros tipos de cursos, que venham agregar para a atividade que está mais deficitária em termos de conhecimento prático.

Em virtude de serem jovens e de possuírem necessidade de lazer, as jovens propuseram como ações, ainda, encontro de jovens e atividades de lazer para os jovens associados. Isso possibilita que os jovens se conheçam, troquem experiências e possivelmente mantenham-se relacionados como vizinhos, amigos e até mesmo se articule a formação de novas famílias.

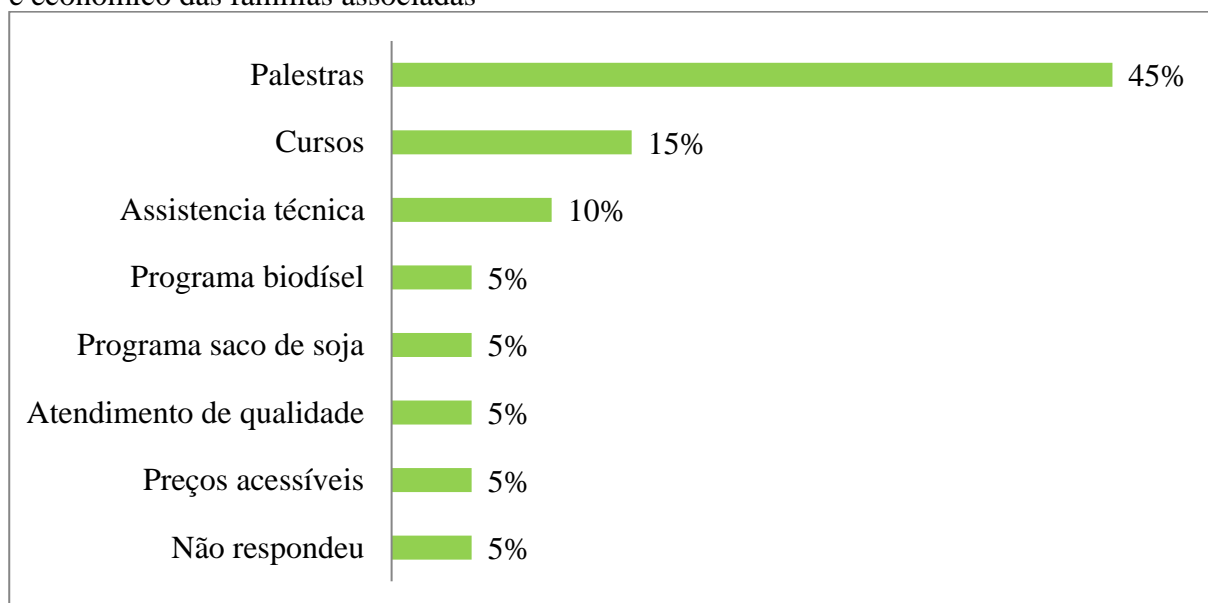
Diante dos resultados apontados no estudo, nesse mesmo viés, Boessio e Doula (2017) salientam que as cooperativas possuem características com o propósito de assegurar e

desenvolver seus segmentos e, nesse sentido, o ramo agropecuário, não ficando restritas apenas ao plano econômico.

4.2.3.2 Cooperativa de Grãos

Para as jovens sucessoras da Cooperativa de Grãos, nas ações realizadas pela cooperativa que favorecem o desenvolvimento social e econômico das famílias associadas, tem-se as palestras como o principal elemento, seguido dos cursos e posteriormente da assistência técnica. Nota-se que a informação e o conhecimento estão sendo vistos pelas jovens como algo impulsionador para a família e em especial para a propriedade, que lhes permitem desenvolver-se tanto socialmente como economicamente, pois um está atrelado ao outro.

Figura 12 - Fatores e ações que a cooperativa possui que favorecem o desenvolvimento social e econômico das famílias associadas



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Percebe-se que os programas desenvolvidos pela cooperativa impactam na visão das jovens tanto quanto a assistência técnica, contribuindo para o desenvolvimento da propriedade. Frente às respostas, nota-se também que as jovens elencaram as palestras (45%) e cursos (15%) como os elementos mais determinantes, porém muitas sinalizam que não participam, pois geralmente é o pai quem participa das atividades.

Em seguida, as jovens foram interrogadas sobre a existência de fatores ou de ações que as condicionaram ou influenciaram na sua permanência na propriedade, sendo que 15 jovens disseram que não foram influenciadas pela Cooperativa. Dentro das respondentes que disseram

sim, as palestras, as oportunidades de trabalho na cooperativa, assessoria técnica e compra de produtos mais baratos apareceram como respostas.

Ainda, as jovens sucessoras foram questionadas a respeito de sugestões de ações que poderiam ser desenvolvidas pela cooperativa para estimular a permanência delas no meio rural, incentivando a sucessão geracional. Embora a maioria das jovens e a sua permanência não tenham sido influenciadas pela cooperativa, todas as respondentes apontaram sugestões à cooperativa, dentre as quais bonificações e preços melhores, além dos cursos de capacitação.

Percebe-se, frente às respostas das jovens, que elas querem integrar-se à cooperativa e, quando se referem à palestra sobre a produção leiteira, consultoria e assistência veterinária e “diversificar o foco da cooperativa”, remetem ao fato de ser importante para elas, enquanto mulheres que permanecem na propriedade, pois necessitam de uma maior atenção e auxílio na atividade leiteira, uma vez que essa atividade é recorrente onde a maioria das jovens está inserida.

As jovens, ao responderem sobre ações realizadas pela cooperativa que venham ao encontro dos anseios sociais e econômicos dos associados e suas famílias, não conseguem realizar uma distinção dessas ações no que compete às obrigações da cooperativa e às ações individuais, voltadas a características peculiares com objetivo específico. Portanto, Spanevello e Lago (2007) apresentam a busca das cooperativas por resultados financeiros satisfatórios, que contemplem todos os interessados e as questões sociais atrelas principalmente aos associados, como princípios a ser observados.

A cooperativa necessita voltar suas atenções, que na maioria dos casos é a atividade predominante de grãos, a outras atividades que ajudam a manter a propriedade e são importantes para a continuidade e a manutenção do meio rural. As jovens entrevistadas salientaram, ainda, a importância de encontro de jovens, principalmente ampliar as turmas de aprendiz cooperativo do campo em outras cidades, pois elas percebem que o conhecimento é muitas vezes mais importante do que ter uma propriedade e auxílio financeiro, mas não saber como fazer a gestão.

O estudo apresentou um aspecto de relevância sobre a temática da realização de ações pela cooperativa para jovens mulheres. Nesse viés, 70% das jovens não identificam ações voltadas para jovens mulheres e, ainda, daquelas que identificam alguma ação 67% respondeu palestras e 33% dia da mulher e/ou encontro de mulheres.

Figura 13 - Ações realizadas pela cooperativa para jovens mulheres



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Perante os resultados obtidos nesse contexto, a jovem 1 condiciona sua resposta ao entendimento de que a Cooperativa em que está inserida realiza atividades para mulheres, porém não na cidade dela e afirma que, se a descentralização das atividades não ocorrer, “não ficará ninguém”.

Outra entrevistada, a jovem 12, salienta que a Cooperativa convida os homens para as atividades e viagens e essa é uma maneira de fortalecer o “preconceito” existente entre homens e mulheres no meio rural. Nesse mesmo sentido, a entrevistada 19 se reporta quando diz que 90% das atividades são voltadas para os homens, enfatizando que seriam necessários o convite e a realização de atividades para casais, homens e mulheres juntos.

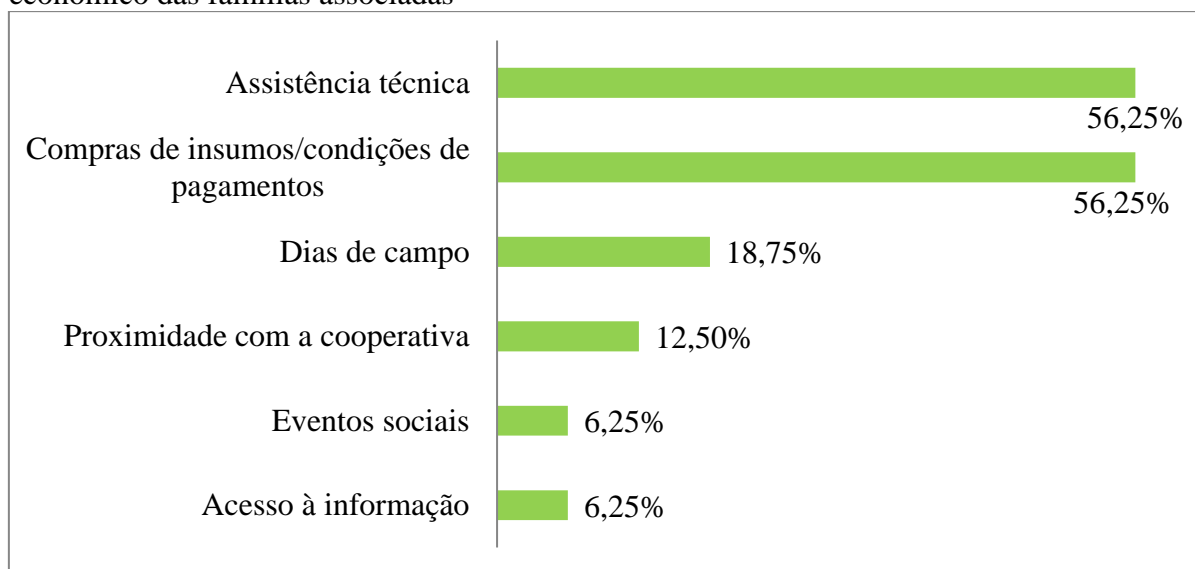
Silva (2009) percebe, a partir de seu estudo, que dentro do contexto sul-rio-grandense, não se visualiza uma igualdade entre mulheres e homens, devido ao posicionamento de seus papéis sociais tradicionais que referenciam as nossas socializações, sendo necessário um novo arranjo para que novas possibilidades se tornem efetivas para as mulheres rurais.

4.2.3.3 Cooperativa de Leite

Dentro da perspectiva da preocupação da cooperativa com a sucessão geracional e a permanência dos jovens no campo, as entrevistadas vinculadas à Cooperativa de Leite foram

questionadas se conseguem visualizar essa preocupação. Nesse sentido, 72,72% delas identificam que sim e ainda fazem apontamentos referentes a essas ações, conforme Figura 14.

Figura 14 - Fatores e ações que a cooperativa possui que favorece o desenvolvimento social e econômico das famílias associadas



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Conforme o exposto, percebe-se, através dos resultados empíricos, que as jovens vinculadas à Cooperativa de Leite possuem a assistência técnica e a compra de insumos ligadas às condições de pagamentos como uma ação de importância para o desenvolvimento da família.

Assim, a jovem 13 traz que a “cooperativa procura estar sempre junto à comunidade, incentivando principalmente os produtores”. Ainda, apontam os dias de campo e a proximidade com a cooperativa como algo que agrega à propriedade, proporcionando-lhe progresso. A respondente 16 salienta que a comunidade “gira entorno” da cooperativa, desde empregabilidade, compra de produtos para o autoconsumo e insumos para a propriedade. Outra jovem (18) aponta que um fator importante é a questão da preocupação da cooperativa com a saúde dos associados, citando entre os demais fatores “palestras sobre depressão”.

Nesse sentido, a jovem 11 se reporta a inúmeros fatores contributivos, como o jovem aprendiz, palestras de formação e encontro de jovens, mas acredita ser necessário tudo isso acontecer com toda a família, e não separado, por tipo de público-alvo.

Outra questão a ser aprimorada no estudo é a relação da jovem em identificar possíveis ações que a cooperativa realiza que demonstra sua preocupação com a sucessão geracional. Para tanto, em relação às maneiras como isso acontece, pelas quais a cooperativa demonstra sua preocupação em relação à sucessão geracional, na percepção das jovens, o estudo apontou

que 31,25% das jovens não conhecem ou identificam ações, outras 18,75% não participam da cooperativa. Ou seja, 50% das respondentes conseguem visualizar ações voltadas à sucessão geracional e à permanência do jovem no campo. Dentre elas, ações como dias de campo, envolvimento dos jovens na cooperativa através de encontros de jovens e pesquisas realizadas com eles podendo expressar suas opiniões e anseios.

Em se tratando das ações realizadas e apoiadas pela cooperativa que influenciaram a permanência da jovem no meio rural mais especificamente, os resultados demonstraram, na sua maioria, que a cooperativa não influenciou diretamente na decisão da jovem em permanecer ou não no meio rural, pois 72,73% afirmam não terem sido influenciadas pela cooperativa para permanecer.

Para 22,73% das entrevistadas, a assistência técnica e os incentivos em geral (13,64%), assim como as palestras e o aprendiz cooperativo do campo, no mesmo percentual, foram importantes para o processo sucessório.

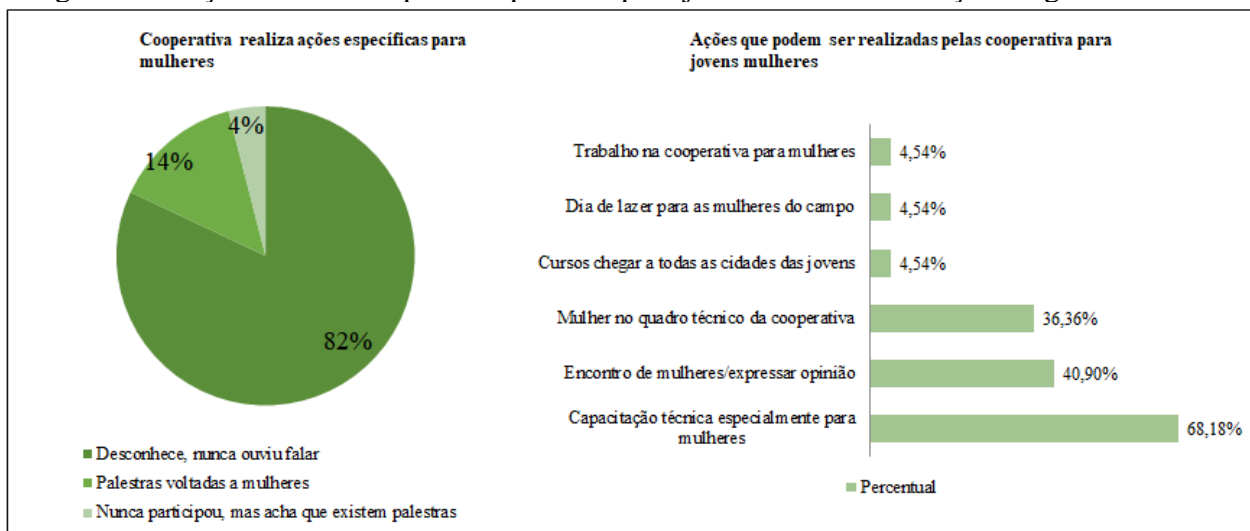
Portanto, as sugestões advindas das jovens entrevistadas para que a cooperativa realize ações voltadas para os jovens sucessores e/ou potenciais sucessores resumem-se a ações de formação, como a realização de cursos de capacitação em todas as unidades; encontro de jovens, para mostrar a viabilidade das propriedades em que estão inseridas; a realização de ações com os pais sobre a importância e o reconhecimento do papel do jovem na propriedade.

Assim, a jovem 1 reclama que gostaria de ter mais diálogo com seu pai, pois ele não aceita inovar e, sofrendo de doença como está, piora a situação desse diálogo, o que a faz entender o lado dele também. Conforme Troian (2014), os filhos, por terem escolaridade mais avançada que os pais, causam impactos no núcleo familiar, pois ao adquirirem novas informações e conhecimentos provocam outras e diferentes relações sociais e logo se criam novas expectativas. Porém, essas posturas nem sempre são aceitas pelos pais, ou até mesmo existe uma relação patriarcal muito forte entre pais e filhos, sobretudo em regiões predominantemente alemãs e italianas.

A respondente 9 também acredita que a cooperativa deveria investir em ações que mostrassem aos pais o potencial e o conhecimento de seus jovens, pois ressalta o quanto é difícil dialogar com o pai e poder implementar inovações, pois acha que investir em tecnologias é “prejuízo”. Foram ainda apontados pelas jovens a realização de dia de campo somente para os jovens. Já relacionado à questão financeira, as jovens apontam as bonificações para jovens que permaneceram na propriedade e auxílio em financiamentos.

Dentre os levantamentos de ações que as cooperativas poderiam realizar, para fomentar a permanência dos jovens no meio rural, em seguida foram questionadas se identificavam ações vindas da cooperativa que fossem específicas para jovens mulheres.

Figura 15 - Ações realizadas pela cooperativa para jovens mulheres/as ações sugeridas



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Nesse sentido, a maioria diz que não existem ações específicas, e apenas 14% afirmam participarem de palestras voltadas às mulheres. Contudo, conforme a Figura 15, foram levantadas ações específicas para jovens mulheres que agregariam na sua permanência na propriedade como sucessoras geracionais.

As jovens sentem a necessidade de capacitação técnica específica para mulheres e encontros somente de jovens mulheres para que possam expressar suas opiniões e tirar dúvidas. Percebe-se que ainda existe um “receio” das mulheres se manifestarem na frente de outras pessoas, em especial frente aos homens, e isso inclui a figura do companheiro.

Outro fator que identifica esse receio são as mulheres desejarem mulheres no quadro técnico da cooperativa “para falar de mulher para mulher”. Outras contribuições destacadas foram os “cursos chegarem em todas as cidades”; “dia de lazer para as jovens mulheres” e “trabalho na cooperativa para mulheres”. Percebe-se, com isso, que elas sentem que a cooperativa precisa avançar nesse sentido.

Não diferente do estudo em questão, em que as jovens apresentam ações que as cooperativas nas quais estão inseridas podem desenvolver, que venham ao encontro das perspectivas sucessórias das entrevistadas, Spanevello et al. (2020) corroboram que, no mesmo viés, o estudo realizado na metade norte do Rio Grande do Sul, com produtores com e sem

expectativas sucessórias e ainda com jovens sucessores, os últimos apontam como atividades que a cooperativa poderia realizar ações voltadas para as mulheres, entre outras. Nesse contexto, mesmo a maioria dos sucessores sendo homens, detectam a importância de atividades voltadas às mulheres, para que se sintam parte do sistema e principalmente sintam-se importantes e valorizadas em suas propriedades.

O estudo apontou em vários momentos que as mulheres percebem uma “desvalorização” de seu papel no meio rural ou até mesmo um machismo ou preconceito vindo da sociedade, do próprio seio familiar e também da cooperativa na qual estão inseridas. Pode-se perceber que ao responderem se tanto as mulheres quanto os homens têm o mesmo reconhecimento e direito na propriedade rural e no processo de sucessão diferentes visões foram apresentadas.

Quanto às respondentes da Cooperativa de Carnes, todas responderam que existe, sim, uma igualdade em termos de reconhecimento e direitos na propriedade e no processo de sucessão, muitas ressaltam que atualmente esse posicionamento está bem definido, principalmente em suas famílias. A jovem 6 destaca que o curso de sucessão preparou ambos os sexos para tomarem as decisões e assumirem a propriedade.

A respondente 8 enfatiza que hoje as mulheres estão mandando mais na propriedade, algumas “tocam” a propriedade sozinha, e os maridos estão saindo para trabalhar. Já a jovem 14 afirma que sim, mas faz uma ressalva no sentido de que “em muitos lugares as mulheres só são donas de casa ou trabalham no leite, na minha realidade as mulheres determinam tudo”.

Ao se reportar no mesmo sentido para as jovens da Cooperativa de Grãos, 60% afirmou que não existe uma igualdade entre homens e mulheres, principalmente no meio rural, “o campo é machista” fala a jovem que diz que, se tivesse irmão, certamente estaria morando na cidade. Mesmo que já se tenha evoluído, ainda os “homens são mais valorizados na lavoura do que as mulheres” e ainda “tem coisas que os homens acham que as mulheres não têm condições ou capacidades para desempenhar”, segundo a jovem 6.

Afirmando que existem condições iguais, a respondente 9 apenas exemplifica que não existe esse reconhecimento, pois quando chegam na propriedade perguntam “onde está o patrão da propriedade”, como se não pudesse uma mulher gerenciar a propriedade. A jovem ainda diz “no início eu me sentia incomodada”.

Analisando-se as falas das jovens que atualmente ainda se sentem desvalorizadas pelas vezes em que as pessoas não as reconhecem como “proprietárias ou administradoras da propriedade” e, sim, como filhas ou esposas dos donos, no estudo de Boni (2004, p. 290), realizado na cidade de Chapecó, em Santa Catarina, as mulheres pertencentes ao Sindicato

local, devido à não participação ativa na instituição, não são consideradas como agricultoras, mas sim como “esposas de agricultores”.

As jovens que pertencem à Cooperativa de Leite são mais incisivas frente às suas respostas, 64% afirmam que não existe igualdade entre os sexos no meio rural e no processo sucessório. Dentre elas, cinco ainda citam que os pais são os principais propulsores dessa “discriminação”.

Essa realidade se reflete na fala da jovem 1, que diz que “as mulheres não são valorizadas, não conseguem ter autonomia, se o pai tiver um filho homem certo que escolheria ele para assumir”. A respondente 8 diz que “no rural o homem é o centro, pois eles lidam com os negócios, até utilizam o termo: vamos ter que fazer um guri, o herdeiro”. A jovem 13 fala que desde pequenas os pais mandam as filhas irem para a cidade procurar emprego e preparam os homens para assumir a propriedade.

Frente a essa contextualização, observa-se ainda que as famílias que vivenciam o “novo”, onde as mulheres possuem as mesmas condições que os homens em trabalhar e gerenciar a propriedade, na visão das jovens, ainda são minoria, mas que ao mesmo tempo, por estarem na condição de sucessoras geracionais ou em potencial sucessão, quebram esse paradigma e iniciam uma nova postura que futuramente já será de maneira igualitária em relação aos seus filhos e netos.

As jovens sucessoras de modo geral apontaram alguns elementos que evoluíram com o decorrer do tempo dentro de suas próprias famílias, que colocam as avós e bisavós num patamar de neutralidade e subordinação no meio em que estavam inseridas. Dentre alguns levantamentos, as jovens destacam que a maioria delas eram apenas donas de casa e não lhes era permitido “opinar em nada”. As mulheres “obedeciam” e, se necessário, iam ajudar na lavoura quando mandadas pelo homem; não tinham acesso a dinheiro nem a crédito e muito menos acompanhavam seus maridos nos “negócios na cidade”; não sabiam nem podiam dirigir.

As respondentes hoje vivenciam em suas propriedades, quase que na totalidade, uma realidade de aproximação de igualdade entre homem e mulher no meio rural. Destacam que as mães trabalham nas atividades da propriedade, participam da gestão como um todo, possuem em alguns casos sua própria renda, o que lhes garante mais autonomia; atualmente as mulheres dirigem carros, tratores e máquinas e podem ainda contar com as tecnologias para auxiliar nas atividades e o trabalho se tornar menos penoso.

Outros fatores relevantes levantados pelas jovens foi que as mães possuem acesso a créditos, deslocam-se até a cidade e acompanham o pai a bancos e compra de insumos, negociam e participam da cooperativa.

Finalmente a jovem desabafa: “minha mãe consegue tomar frente da propriedade, dar continuidade sem medo e vergonha de ser sozinha pois meu pai abandonou a propriedade e a família”.

Quadro 11 - Síntese da participação da cooperativa no processo decisório

	Cooperativas		
	Carnes	Grãos	Leite
Ações de desenvolvimento social e econômico	Incentivo na produção, financiamento e geração de renda.	Palestras; Cursos de Capacitação; Técnicos.	Assistência técnica; Compra de insumos; Condições de pagamentos.
Ações realizadas para jovens mulheres	Dia das mães; Programa mulher associada.	Palestras; Dia da mulher e/ou encontro de mulheres.	Palestras voltadas a mulheres; desconhece ações; nunca participou, mas sabe que existe.
Sugestões de ações a serem realizadas pela cooperativa (social)	Capacitação técnica para mulheres; Encontro de jovens mulheres; Encontro de famílias.	Capacitação técnica; Palestras voltadas à produção leiteira; Assistência veterinária.	Capacitação técnica especial para mulheres; Encontro para mulheres; Mulher no quadro técnico.
Sugestões de ações a serem realizadas pela cooperativa (econômica)	Bonificações; Remunerar de forma diferenciada o jovem associado; Custear investimentos.	Bonificações; preços melhores pagos ao produtor; diversificar o “foco” da cooperativa.	Não houve sugestões voltadas a ações econômicas.

Fonte: Elaborado pela autora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As unidades produtivas familiares vivenciam há um bom tempo momentos de inquietude frente ao processo acentuado da migração de jovens rurais para os centros urbanos. Esse cenário condiciona o entendimento das diferentes decisões tomadas por esses jovens e que repercutem na reprodução social e econômica das propriedades em que estão inseridos.

Diferentes abordagens apresentam significativas distinções entre homens e mulheres no âmbito rural, sendo que a mulher se encontra num patamar de desvantagem e, por isso, decide, quando possível, migrar para o meio urbano e, com isso, obtém sua autonomia e renda própria.

Diante de inúmeros elementos condicionantes à migração das jovens rurais, um dos principais problemas atrelados a ela está na continuidade do meio rural através do processo de sucessão geracional, que se remete às filhas assumirem o lugar dos pais na gestão dos negócios, patrimônio e continuidade da propriedade.

O estudo revelou diferentes percepções de vida e de posicionamento das jovens entrevistadas dentro da propriedade rural e que, mesmo sendo inúmeras as transformações ocorridas no meio rural nessas últimas décadas, influenciando direta ou indiretamente na tomada de decisão das jovens em permanecer ou não no rural, essas que optaram por permanecer e assumir a sucessão e a gestão da propriedade ainda carregam intrinsecamente algumas características de dependência e submissão à figura paterna.

Ocorre que as jovens, ainda de maneira tímida, estão conquistando seu lugar na propriedade, inserindo-se gradativamente nas atividades, gestão e renda, o que lhes permite realizar a preparação gradativa do processo sucessório. Pode-se afirmar que fatores internos e externos também influenciam nas escolhas das jovens sucessoras. Nesse sentido, constatou-se que os diferentes segmentos das cooperativas refletem na reprodução social e econômica das famílias das jovens e que em alguns momentos direcionam as decisões e comportamentos das respondentes.

As jovens entrevistadas possuem idades e escolaridades que lhes dão condições de definição de preferência em relação ao futuro, retratando o rural como o melhor lugar para viver, empreender e constituir suas famílias, visto que em suas propriedades encontram-se três ou até mesmo quatro gerações, fator esse destacado pelas jovens como condicionante a dar continuidade à história da família, através da manutenção do lugar onde estão inseridas.

As jovens atribuem como estímulos às suas permanências a existência de comunidades atuantes, com salões de festas, igrejas e locais para praticar jogos e esportes, ressaltando o fortalecimento da localidade através do convívio entre vizinhos. Enfatizam que a juventude

rural frequenta com menos intensidade esses ambientes, principalmente as jovens mulheres, pois “as atividades são mais voltadas para os homens”. Chama-se ainda a atenção ao fato da existência de poucas escolas rurais, o que não permite que as crianças rurais convivam, conheçam-se e construam laços afetivos uns pelos outros e também pela comunidade.

O trabalho buscou analisar como ocorre o processo sucessório através da inserção das jovens nas suas propriedades, uma vez que a maioria considera-se agricultora e dona de casa, auxiliando nas atividades da propriedade e realizando o trabalho doméstico.

Dentro da participação efetiva das jovens na propriedade, observou-se que existe divisão do trabalho e divisão da gestão entre a jovem e o pai. Ainda em segundo plano, os pais realizam as atividades, e a filha auxilia quando precisa, e quanto à gestão, a jovem apenas opina, mas a decisão final é do pai.

Nesse contexto, percebe-se que o pai ainda detém o gerenciamento da propriedade, e a filha está ainda buscando seu espaço de atuação e decisão. O fato de o pai ser o gestor da propriedade e deter as decisões finais é apontado como algo que dificulta à jovem avançar no processo sucessório e obter maiores conhecimentos sobre as atividades. Outro elemento é a questão da participação das jovens no que tange à divisão das rendas, e obteve-se como resposta predominante a não remuneração pelo trabalho realizado na propriedade, tendo que pedir dinheiro aos pais quando preciso.

Portanto, a escolha das jovens em permanecer na propriedade como sucessoras geracionais ou estando em processo sucessório foi pautada na vontade e gosto pela atividade agrícola. Destaca-se, nesse sentido, as jovens inseridas na Cooperativa de Carnes que apontam que estão ali em detrimento de um processo definido pelo pai. Indiferente dos elementos decisórios, as jovens definem que a relação de diálogo entre pai e filha e o incentivo à participação e inserção na propriedade foram determinantes para a permanência no rural, apontando que a ausência desses é um dos principais motivos pelas quais as jovens rurais migram para o meio urbano.

Em se tratando da sucessão geracional e como ela acontece efetivamente, percebe-se que as jovens vivem uma sucessão ainda não consolidada como geracional, uma vez que a minoria gerencia a propriedade e o pai apenas auxilia. A maioria das jovens possui a gestão de um negócio ou atividade agrícola. Nesse viés as jovens estão se inserindo gradativamente nas atividades até que efetivamente o pai “entregue” a sucessão geracional da propriedade.

Mesmo sendo considerada uma atividade penosa, que não permite folgas em feriados e/ou finais de semana e que possui deficiência de mão de obra, a atividade leiteira ainda é a

atividade predominante entre as propriedades analisadas (85,71%), muito embora se constitua como renda principal apenas na cooperativa de leite.

Cabe enfatizar que é também a atividade predominante entre as jovens, pois consideram essencial, uma vez que ela fornece renda mensal, diferente do setor de aves, suínos e grãos. A atividade leiteira aparece no estudo como aquela que proporciona à jovem autonomia no trabalho, gestão e renda, tornando-a sucessora geracional desta atividade e, assim, sendo o ponto de partida para a sucessão geracional da propriedade. Nesse sentido, as jovens querem que as cooperativas “diversifiquem o foco da cooperativa”, ou seja, que realizem ações como palestras, consultorias e treinamentos, além de assistência veterinária para a atividade leiteira.

A participação das jovens nas cooperativas nas quais estão vinculadas, bem como a repercussão das ações das cooperativas voltadas à sucessão geracional e às jovens mulheres, foi outro foco do estudo. Diante disso, os resultados constataram que as cooperativas possuem uma preocupação especial com as questões sucessórias. Pode-se perceber que as entrevistadas não possuem clareza do que seriam ações obrigatórias que são realizadas dentro dos preceitos do cooperativismo, realizadas pelas cooperativas, e de ações específicas desenvolvidas para fomentar a sua permanência no meio rural.

As jovens, assim como suas famílias, participam de maneira tímida nas cooperativas. Isso reproduz o desejo das jovens de que a cooperativa realize encontros das famílias, onde as jovens possam ter voz e vez, cabendo à cooperativa intervir na compreensão dos pais no sentido da importância da inserção delas nas propriedades, para que possam permanecer no meio rural e assumir a sucessão geracional.

Relatam entre as participações os cursos de capacitação, eventos e projetos para jovens como os mais frequentados. Isso pode ocorrer em virtude do acesso facilitado das informações advindas de diferentes meios de comunicação, o que de certa maneira pode ter afastado os associados em participarem presencialmente da Cooperativa e suas ações.

Cabe ressaltar que as jovens possuem acesso às informações da Cooperativa através do Facebook, Instagram e site, num percentual bem semelhante ao técnico, que no decorrer dos resultados se apresenta como um intermediário importante entre a Cooperativa e seus associados. Essa realidade ficou mais evidente entre as respondentes da Cooperativa de Leite, em que a figura do técnico apareceu como o principal meio de acesso a informações não só da cooperativa, mas num todo.

Visando à compreensão das entrevistadas sobre as ações realizadas pelas Cooperativas que favorecem o desenvolvimento social e econômico das famílias associadas, as jovens, através de suas respostas, possibilitam visualizar diferentes abordagens vindas das cooperativas

que proporcionam conhecimento através de cursos de capacitação, palestras, programas de ensino e financeiros. Mesmo sendo possível apontar ações, as jovens percebem que as cooperativas necessitam realizar outras voltadas a jovens mulheres, com o intuito de auxiliá-las no conhecimento e práticas na propriedade, uma vez que já estão decididas em permanecer no rural e dispostas a enfrentar os desafios para a manutenção e desenvolvimento das suas propriedades.

Resultados de relevância foram apresentados no presente estudo, pois avançam na compreensão de questões que envolvem a vontade das jovens em permanecer e dar continuidade ao rural, rompendo antigos conceitos, inserindo-se em diferentes arranjos, o que lhes possibilita, frente ao cenário em que estão inseridas e com os incentivos advindos de suas cooperativas agropecuárias, a concretização do processo sucessório como sucessoras geracionais de suas propriedades.

As respondentes salientam que as cooperativas precisam proporcionar ações às jovens que possibilite, independentemente do tamanho da propriedade em área, torná-la produtiva, eficiente e rentável. Vislumbram que, através do auxílio prestado pela assistência técnica, possam tornar a propriedade familiar uma empresa rural, pois percebem que a falta de gestão é um dos principais gargalos das propriedades.

Frente ao cenário apresentado pelo estudo, as perspectivas sucessórias das filhas de associados de cooperativas agropecuárias estão diretamente atreladas à construção histórica e comportamental entre os membros familiares de diferentes gerações que priorizam a manutenção e reprodução social e econômica das propriedades e, portanto, as filhas inserem-se nas atividades desde cedo, não só por gostarem, mas pela necessidade de mão de obra.

Aquelas jovens que são sucessoras geracionais da propriedade ou de uma atividade específica já caracterizam a efetivação do processo sucessório, assim como aquelas que repassaram ao companheiro/esposo o papel de sucessor geracional da propriedade e exercem atividade de mão de obra na propriedade ou atividades fora, externas a ela.

O estudo apresenta limitações na “escolha” das cooperativas agropecuárias, uma vez que, em virtude da dependência do consentimento delas, não foi possível estudar as jovens de cooperativas específicas de cada segmento, pois as cooperativas atuam em mais de um ramo agropecuário. Isso dificultou a consolidação da ideia de que determinado ramo influencia mais ou menos na escolha da jovem em permanecer ou não no rural.

Mesmo assim, pode-se identificar características de escolhas peculiares por parte das jovens, influenciadas justamente pela multiplicidade de ramos agropecuários das cooperativas às quais pertencem, possibilitando condições favoráveis à sua permanência no meio rural.

Nesse sentido, como resultado geral, observa-se que, mesmo as jovens pertencendo às cooperativas cujo principal segmento são carnes e grãos, a atividade predominante entre elas é a atividade leiteira, pois conseguem inserir-se nela com maior facilidade e, por isso, dentro dessa abordagem, como sugestão para estudos futuros seria possível realizar uma pesquisa voltada a cooperativas de outros segmentos, além dos já estudados, para analisar o processo sucessório das jovens mulheres voltando-se mais especificamente para o entendimento da “escolha e inserção” das atividades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Recife, PE. *Anais...* Recife, PE: SOBER, 2001. Disponível em: <http://gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

ABRANTES, J. **Associativismo e Cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2004.

BALDISSARELLI, J. M. *et al.* A inserção das mulheres no cooperativismo videirense. **Revista Visão: gestão organizacional**. v. 7, n. 1. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uniarp.edu.br/visao/article/view/1540>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1994.

BIALOSKORSKI NETO, S. Agronegócio cooperativo. In: BATALHA, M. O. (org.) **Gestão agroindustrial**. São Paulo. Ed. Atlas, 2001.

BIALOSKORSKI NETO, S. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, DF, v. 45, n.1, Jan./Mar. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000100006>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BOESSIO, A.; DOULA, S. Sucessão Familiar e Cooperativismo Agropecuário: Perspectivas de Famílias Cooperadas em um Estudo de Caso no Triângulo Mineiro. **Revista Desenvolvimento em Questão**, 15 (40), 433-458. 2017.

BONI, V. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2004, vol.12, n.1, pp.289-302. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/381/38112115.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Perspectiva de permanência no campo: Estudo dos jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. **Revista Espacios**. v. 38, n. 29, 2017, p.1-11. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n29/a17v38n29p09.pdf>>. Acesso em: 15 out de 2020.

DEGGERONE, Z. A.; OLIVEIRA, C. A. O. (2018). **A atuação das cooperativas agropecuárias na sucessão geracional na região do Corede Norte (RS)**. Extensão Rural, 25(1), 60-77. Disponível em: <https://www.academia.edu/38464583/A_ATUA%C3%87%C3%83O_DAS_COOPERATIVAS_AGROPECU%C3%81RIAS_NA_SUCESS%C3%83O_GERACIONAL_NA_REGI%C3%83O_DO_COREDE_NORTE_RS>. Acesso em: 17 nov. 2020.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Trad. Mateus S. Soares. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2004, vol.12, n.1, pp.205-227.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. Jovens agricultores da Região Sul do Brasil. **Relatório de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: FETRAF-Sul/CUT, 2008.

BURTON, R.; WALFORD, N. Multiple succession and land division on family in the South East of England: A counterbalance to agricultural concentration?. **Journal of Rural Studies**, Londres, v. 21, p. 335-347, 2005.

BUTTO, A.; HORA, K. Políticas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário para as Mulheres Rurais. In: **Brasil**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: Mapa/ACS, 2009. 162 p.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, Out-Dez; v. 15, n. 4p. 679-684, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>>. Acesso em: 23 out. 2020.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 1, pp. 22-55, 2001.

CASSIDY, A.; MCGRATH, B. The Relationship between 'Non-successor' Farm Offspring and the Continuity of the Irish Family Farm. **Sociologia Ruralis**, v. 54, n. 4, 2014. Disponível em: <<https://onlinelibrary-wiley.ez47.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1111/soru.12054>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CHISWELL, H. M. From Generation to Generation: Changing Dimensions of Intergenerational Farm Transfer. **Sociologia Ruralis**, v. 58, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://onlinelibrary-wiley.ez47.periodicos.capes.gov.br/doi/epdf/10.1111/soru.12138>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CHISWELL, H. M.; LOBLEY, M. "It's Definitely a Good Time to Be a Farmer": Understanding the Changing Dynamics of Successor Creation in Late Modern Society. **Rural Sociology**, v. 83, n. 3, p. 630-653, 2018. Disponível em: <<https://onlinelibrary-wiley.ez47.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1111/ruso.12205>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CIELO, I. D.; WENNINGKAMP, K. R.; SCHMIDT, C. M. A Participação Feminina no Agronegócio: O Caso da Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel. **Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)**, v. 12, n.1 – Janeiro/Março 2014. Disponível em: <<https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/2301/99>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

CONWAY, S. F. *et al.* Uncovering obstacles: The exercise of symbolic power in the complex arena of intergenerational family farm transfer. **Journal of Rural Studies**, v. 54, p. 60-75, 2017. Disponível em: <<https://www-sciencedirect.ez47.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0743016717301547>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

COOK, M. L. The future of US agricultural cooperatives: a neo-institucional approach. **American Journal of Agricultural Economics**, Oxford, v. 77, p. 1153-1159, Dec. 1995.

CREIGHTON, J.; BLATNER, K. A.; CARROLL, M. S. For the Love of the Land: Generational Land Transfer and the Future of Family Forests in Western Washington State, USA. **Small-scale Forestry**, v. 15, n. 1, p. 1-15, 2016. Disponível em: <<https://link-springer-com.ez47.periodicos.capes.gov.br/article/10.1007/s11842-015-9301-2>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions**. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 1998.

DALLER, V. L. O. Estratégia do Desenvolvimento do Cooperativismo e Associativismo. In: **Brasil**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: Mapa/ACS, 2009. 162 p.

DAVIS J. A.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957.

DINIZ, J. E.; CAVENAGHI, S. M. Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. Maringá, v.18, n.1, p.83-105, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/16472>>. Acesso em: 2 mai. 2019.

DREBES, L. M.; SPANEVELLO, R. M. Cooperativas agropecuárias e o desafio da sucessão na agricultura familiar. **Holos**, v. 02, ano 33, p. 360-374, 2017.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Women in agriculture: closing the gender gap for development**. Roma: FAO, 2011. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/013/i2050e/i2050e.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu/Fapesp, 2007.

FERREIRA, B.; ALVES, F. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (orgs.). **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_juventudepolitica.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

FISCHER, H.; BURTON, R. J. F. Understanding farm succession as socially constructed endogenous cycles. **Sociologia Ruralis**, v. 54, n. 4, 2014.

FLICK, U. **Introdução à metodologia da pesquisa: um guia para iniciantes**. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FLÔR, A. A.; CHRISTOFARI, L. F.; BOSCARDIN, M. (2019). **Percepção dos cooperados em relação aos benefícios obtidos pela cooperação**. Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.

FOGUESATTO, C. R. *et al.* Fatores relevantes para a tomada de decisão dos jovens no processo de sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento: economia, estado, sociedade**, Curitiba, v. 37, n. 130, 2016. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/786>>. Acesso em: 10 dez 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANTZ, W. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 242-264, jul./dez. 2001.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999. 107 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

KISCHENER, M.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrário**, v. 16, n. 33, 2015. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7114/pr.7114.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais...** Bauru: USC, 2004.

MARCONI, E. V.; LAKATOS, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEZES, R.; SILVA, F. **Trabalho e Identidades de Gênero de Gestoras de Organizações do Agronegócio em Minas Gerais**. Revista brasileira de estudos organizacionais sociedade brasileira de estudos organizacionais. v. 3, n. 2 (2016). Disponível em: <<https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/81/pdf>>. Acesso em: 11 out. 2020.

MOREIRA, S. DA L., SPANEVELLO, R. M., BOSCARDIN, M.; LAGO, A. (2020). Estratégias paternas para a manutenção da sucessão geracional em propriedades rurais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 28(2), 413-433.

MATTE, A., SPANEVELLO, R. M., LAGO, A.; ANDREATTA, T. **Agricultura e pecuária familiar: (des) continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. 15(1), 19-33, 2019. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4317/739>>. Acesso em: 15 out de 2020.

MATTE, A. **Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul**. 2013. 176f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. **Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil**. Revista de Estudos Sociais, [S. l.], v. 18, n. 37, p. 130-151, 2017. DOI: 10.19093/res.v18i37.3981. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3981>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; ANDREATTA, T. Perspectivas de sucessão em propriedades de pecuária familiar no município de Dom Pedrito-RS. **Revista Holos**, Natal–RN, Ano 31, Vol. 1, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277619724_PERSPECTIVAS_DE_SUCESSAO_EM_PROPRIEDADES_DE_PECUARIA_FAMILIAR_NO_MUNICIPIO_DE_DOM_PEDRITO_-_RS>. Acesso em: 08 out. 2020.

MELLO, M. A. *et al.* Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo**, SP, v. 50, n. 1, p.11-24, 2003.

MENASCHE, R.; SCHMITZ, L. C. Agricultores de origem alemã, trabalho e vida: saberes e práticas em mudança em uma comunidade rural gaúcha. In: MENASCHE, Renata (Org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 78-99.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MIRANDA, R. F.; GARCIA, A. As mulheres da Ilha das Caieiras: relacionamento interpessoal e cooperação na formação e no funcionamento de uma cooperativa. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 13, n. 2, pp. 301-317, 2010.

OCB 2018. **Relatório de Gestão OCB 2018**. Disponível em: <https://www.somoscooperativismo.coop.br/assets/arquivos/RelatorioAnual/Relatorio_OCB_2018>. Acesso em: 23 jun. 2019.

OCERGS/SESCOOP/RS. **Cooperativas mostram a força da mulher do campo**. 2018. Disponível em: <<http://www.sescoopr.coop.br/noticias/2018/11/28/cooperativas-mostram-a-forca-da-mulher-do-campo/>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2000. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/tema/odm/>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PAULILO, M. I. S.; DE GRANDI, A. B.; SILVA, M. M. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. In: PAULILO, M. I. S.; SCHMIDT, W. (orgs.) **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Editora da UFSC: Florianópolis, 2003.

PERONDI, M. A; SCHNEIDER, S. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. **Redes**, v. 17, n. 2, p. 117-135, 2012.

PINHO, D. B. Da “Revolução Silenciosa à Cooperação do Gênero”, a Saga da Mulher na Conciliação entre o Lar e a Profissão. In: **Brasil**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: Mapa/ACS, 2009. 162 p.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, V. S.; ANGNES, J. S.; COSTA, Z. O futuro da fomicultura: o jovem rural e o dilema da sucessão geracional. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 16, n. 43, 2018. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75255594020>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

SAMIULLAH, M. A. K.; ATTA-UR-RAHMAN. Spatial and temporal analysis of landholdings and farm fragmentation in Peshawar City District, Pakistan. **Sarhad Journal of Agriculture**, v. 34, n. 3, p. 550-562, 2018. Disponível em: <<http://eds-b-ebsohost.ez47.periodicos.capes.gov.br/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=08f9280d-573e-4ca8-a85a-be0eb9f312f7%40sessionmgr102>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SILVA, C. **Gênero e pluriatividade na agricultura familiar do Rio Grande do Sul: um estudo sobre Veranópolis e Salvador das Missões**. 2009. 115f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SAVIAN, M. Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar? **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá-PR, v. 14, n. 159, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/22740>>. Acesso em: 16 de ago. 2019.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 16, 2001.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. 2. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004

SCHNEIDER, J. O. **Resgate de aspectos da história do cooperativismo**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1998.

SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. J. **O uso do método comparativo**, 1998.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SESCOOP/RS. **Princípios do Cooperativismo**. 2019. Disponível em: <<http://www.sescoopr.rs.coop.br/cooperativismo/principios>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

SILVA, W. R.; VIEIRA, F. G. D.; BERNARDO–ROCHA, E. E. R. Organizações cooperativas e contexto cultural do espaço público brasileiro: um ensaio teórico sobre processos sociais, universo simbólico e prática social. **30º Encontro da ANPAD**. Salvador, BA, 2006.

SILVESTRO, M. L. *et al.* **Os Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília, D. F.: NEAD, 2001. 120 p.

SILVA, W. R.; VIEIRA, F. G. D.; BERNARDO – ROCHA, E. E. R. Organizações cooperativas e contexto cultural do espaço público brasileiro: um ensaio teórico sobre processos sociais, universo simbólico e prática social. **30º Encontro da ANPAD**. 23 a 27 de setembro de 2006 – Salvador/BA – Brasil.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

SPANEVELLO, R. M. *et al.* As estratégias para manter a sucessão em estabelecimentos familiares. In: RENK, A; DORIGON, C. (Orgs.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, p. 163-188. 2014.

SPANEVELLO, R. M.; LAGO, A. As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 45. 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2007.

SPANEVELLO, R. M.; DREBES, L. M.; LAGO, A. A influência das ações cooperativistas sobre a reprodução social da agricultura familiar e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural. In: **CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO**, 2., 2011, Brasília. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. Brasília, 2011.

SPANEVELLO, R. M.; BRIZOLA, P. F; MARTINS, S. P.; FAGUNDES, C.C.; TOLEDO, V. B. Incentivos sucessórios entre associados de cooperativas agropecuárias: um estudo na metade norte do Rio Grande do Sul. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/8184/7187>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2009.

TROIAN, A. **Percepções e projetos de jovens rurais produtores de tabaco de Arroio do Tigre/ RS**. 291 f. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014.

YIN, R. K. **Estudos de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VALADARES, A. A. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: SILVA, E. R.A.; BOTELHO, R. U. **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília, DF: Ipea, 2016. p. 59-96.

WEISHEIMER, Nilson. Situação juvenil e projetos profissionais de jovens agricultores familiares no Recôncavo da Bahia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 1, p. 67-94,

fev. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.36920/esa-v27n1-4>>. Acesso em: 25 nov. de 2020.

WIJERS. **Inequality regimes in Indonesian dairy cooperatives: understanding institutional barriers to gender equality** Wijers, GDM Agric Hum Valores. Junho de 2019, Volume 36, edição 2, pp. 167–181. Disponível em: <<https://doi-org.ez47.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s10460-018-09908-9>>. Acesso em 23 jun. 2019.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM JOVENS SUCESSORES²

Data:

Município:

Localidade/Comunidade:

BLOCO I - Caracterização- Em relação ao entrevistado (sucessor)

1) Sexo: Feminino.

Masculino.

2) Idade:

3) Escolaridade:.....

Se ainda estiver estudando. Pretende cursar até qual nível de ensino? Em caso de ensino superior, qual curso de graduação e onde pretende fazer?

4) Estado Civil:

Solteiro.

Casado.

Outra situação.....

5) Composição do núcleo familiar:

Parentesco com o entrevistado	Idade	Escolaridade	Ocupação	Estado civil	É aposentado?

6) Além das atividades realizadas na propriedade, você realiza outras atividades remuneradas, externas às propriedades?

Não. Sim. Qual?.....

BLOCO II- Caracterização – Em relação à propriedade familiar

7) Distância da propriedade até a sede do município (km):.....

8) Distância da propriedade até a sede da comunidade (km):.....

9) Que tipo de infraestrutura a comunidade na qual sua família reside disponibiliza?

Igreja.

Salão comunitário.

Escola.

² Cabe salientar que o questionário foi aplicado de acordo com algumas especificidades de cada Cooperativa, especialmente no que diz respeito aos segmentos agropecuários, a saber: práticas tecnológicas adotadas, atividades desenvolvidas e produtos comercializados.

- Transporte escolar.
 Parque de rodeios.
 Local destinado para realização de atividades esportivas.
 Outras opções. Quais?

10) Acesso a TV e Internet que a família dispõe dentro da propriedade.

- Internet. TV via Parabólica.
 TV por assinatura. Sinal para funcionamento de celular.
 Outras opções. Quais?.....

11) Situação fundiária da propriedade:

Área total disponível (ha)	Própria (ha)	Arrendada (ha)		Outra forma (ha)
		De outros (ha)	Para outros (ha)	

12) Origem da propriedade:

- Através de herança.
 Comprada por vocês de parentes.
 Comprada por vocês de terceiros.
 Outra situação. Qual?

13) Principais produtos para comercialização.

Especificação	Área	Quantidade comercializada	Pra quem comercializa?	% Comercializada para a Cooperativa
Leite				
Suínos				
Aves				
Soja				
Milho				

14) Renda bruta mensal aproximada das atividades agropecuárias?

- 1 a 2 salários mínimos. 4 a 5 salários mínimos.
 2 a 3 salários mínimos. Mais que 5 salários mínimos.
 3 a 4 salários mínimos.

15) Máquinas e equipamentos existentes na propriedade (quantidade de cada item):

<input type="checkbox"/> Trator tracionado:	<input type="checkbox"/> Pocilgas.
<input type="checkbox"/> Trator comum:	<input type="checkbox"/> Aviários.
<input type="checkbox"/> Silo de armazenamento de ração.	<input type="checkbox"/> Balança.
<input type="checkbox"/> Caminhão:	
<input type="checkbox"/> Outros:.....	

16) Práticas produtivas e tecnologias adotadas na propriedade:

- Animais de genética diferenciada. Inseminação artificial.

- Aquecedores. Ventiladores.
 Biodigestores.
 Manejo sanitário “todos dentro, todos fora”.
 Outros:

BLOCO III- Em relação à sua participação na tomada de decisões na propriedade

17) Como é realizada a divisão do trabalho na propriedade?

- Seu pai é o responsável, você apenas auxilia.
 Você e seu pai dividem as tarefas de forma igualitária.
 Seus pais ficam com a maior parte do trabalho e você auxilia quando precisa.
 Você toca o trabalho sozinho com autonomia, e seus pais apenas auxiliam.
 Outra situação. Qual?

18) Como é realizada a gestão da propriedade?

- Você tem autonomia nas decisões sobre os negócios.
 Você tem autonomia nas decisões sobre a comercialização da produção.
 Você tem autonomia sobre investimentos e uso do dinheiro.
 Você tem autonomia em alguma atividade produtiva na propriedade.
 Você divide decisões sobre os negócios com seus pais.
 Outra situação. Qual?

19) Como é realizada a divisão das rendas na propriedade?

- Você tem salário fixo.
 Você ganha comissões sobre a produção.
 Você ganha comissões sobre a venda de produtos.
 Você fica com o dinheiro da atividade que gerencia.
 Você pede aos pais sempre que precisar de dinheiro.
 Outra situação. Qual?

20) Entre os itens abaixo marquem sim ou não conforme sua situação:

- A) Recebo remuneração em dinheiro por minha participação no trabalho familiar agrícola. Sim. Não.
 B) Posso bloco de produtor rural em meu nome. Sim. Não.
 C) Meu nome consta no bloco do produtor rural de meu pai (ou mãe). Sim. Não.
 D) Tenho área de terra em meu nome. Sim. Não.
 E) Tenho conta corrente em meu nome. Sim. Não.
 F) Tenho financiamento em meu nome. Sim. Não.
 G) Desenvolvo atividade produtiva autônoma na propriedade. Sim. Não.

21) Como você se identifica?

- Estudante.
 Dona de casa.
 Agricultora.
 Dona de casa e agricultora.
 Outra. Qual?

Caso se identificar como agricultora, a jovem está satisfeita com o a atividade que exerce dentro da propriedade?

.....
.....
.....

22) Comparativamente a sua mãe e sua avô, você percebe mudanças no papel da mulher no meio rural?

- Não.
- Sim. De que forma?

.....
.....
.....
.....

23) Qual é seu trabalho nas atividades produtivas da propriedade? (qual a responsabilidade da jovem nas atividades que ela desenvolve).

.....
.....
.....
.....

24) Em que sistema você vai trabalhar ou já trabalha?

- Leite.
 - Carnes (suínos/aves).
- Qual considera mais importante e por que?

.....
.....

Em caso de desenvolver ambas as atividades na propriedade (leite e carnes), qual a razão da sua inserção na atividade escolhida?

.....
.....

BLOCO IV- Em relação a sucessão geracional

25) Como foi o processo de definição do sucessor em sua propriedade?

- Problemas pessoais e familiares (doenças na família).
- Havia apenas um filho(a).
- Processo definido pelos pais.
- Buscou especialização por meio de estudos para retornar a propriedade.
- Vontade e gosto pela atividade agrícola.
- Outra situação. Qual?

.....

26) Seus pais incentivaram para que você permanecesse na propriedade?

- Não.
- Sim.

Em caso afirmativo, de que forma, eles incentivaram?

- Bens materiais (carro, moto, casa separada dos pais, terreno, terra...)
- Bens simbólicos (autonomia sobre as rendas, sobre os negócios e sobre o trabalho...).
- Outras formas.

Quais?.....

27) Você se sente preparado para assumir a sucessão da propriedade de seus pais?

Sim.

Em caso afirmativo, como ocorreu a preparação?

Diálogo com os pais.

Participação e inserção nas atividades da propriedade.

Cursos e capacitações.

Atividades realizadas pela cooperativa.

Outras formas de preparação. Quais?

.....

Não. Em caso negativo. Explique o porquê?

.....

28) Você encontrou algum tipo de dificuldade em suceder a propriedade?

Não. Sim.

Em caso afirmativo, quais as dificuldades?

Falta de capital.

Área de terra reduzida.

Pouco conhecimento das atividades produtivas.

Pouco estudo.

Problemas climáticos.

Dificuldade de mecanização.

Pouca participação na gestão (falta de experiência).

Outra situação. Qual?

29) No momento em que você assumir a sucessão de fato, seus pais?

Irão morar na cidade.

Irão morar na propriedade em casa separada.

Irão morar na propriedade em sua casa para acompanhá-los durante a velhice.

Outra situação. Qual?

30) A sua permanência no campo está associada a sucessão na propriedade paterna?

Sim.

Sucessora geracional na propriedade administrando todas as atividades.

Sucessora geracional na propriedade administrando um negócio ou atividade.

Sucessora geracional com outra atividade. Se sim, qual?

Não.

Permanecer no rural com o marido na propriedade dos pais dele.

Permanecer no rural com o marido independente.

Residir no rural e trabalhar na cidade, e futuramente vender a propriedade.

Residir no rural, trabalhar na cidade e arrendar a propriedade.

Morar no urbano e apenas trabalhar na propriedade.

Morar no urbano e trabalhar na cooperativa.

Morar na propriedade e trabalhar na cooperativa.

Outra situação. Qual?

31) Na sua opinião o que leva as potenciais sucessoras a sair do campo e migrar para a cidade?

.....

.....

BLOCO V- Em relação à importância da cooperativa na sucessão geracional

32) Que ações a cooperativa possui que favorece o desenvolvimento social e econômico das famílias associadas?

.....

33) Existem fatores ou ações realizadas e apoiadas pela cooperativa que influenciam sua permanência na propriedade rural? Quais?

.....

34) Você é associado da Cooperativa ou apenas seu(s) pai(s)?

Sim.

Não. Apenas o(s) pai(s). Em caso afirmativo, há quanto tempo é associado?

.....

35) Qual sua participação na Cooperativa?

Participação em reuniões e assembleias.

Participações em cursos e capacitações.

Participação nas feiras.

Jovem Aprendiz cooperativo do Campo.

Participação como conselheiro.

Projetos voltados a mulheres.

Projetos voltados aos jovens.

Eventos culturais.

Participação na comercialização de produtos.

Disponibilidade de visitas técnicas.

Financiamento de atividades na propriedade.

Outras formas. Quais?

36) Qual a frequência que sua família participa das atividades desenvolvidas pela cooperativa?

Sempre.

Esporadicamente.

Nunca.

37) Como você tem acesso as informações da cooperativa?

Aplicativo da cooperativa.

Por meio dos técnicos.

Programas de rádio.

Internet – Site.

Redes Sociais – Instagram, Facebook.

Outra forma. Qual?

Em caso de acesso as informações via programa de rádio, com que frequência você ouve:

Sempre.

Esporadicamente.

Nunca.

Você considera que o horário do programa da cooperativa está adequado:

Sim.

() Não.

38) Você percebe a preocupação da Cooperativa com a sucessão geracional e a permanência dos jovens no meio rural?

() Não.

() Sim.

Destaque as ações.....

39) Que ações você considera importante, as quais poderiam ser desenvolvidas pela cooperativa para estimular a permanência dos jovens no meio rural?

() Através de encontros com jovens.

() Através de cursos e capacitações.

() Através de bonificações (pagas pelos produtos agropecuários).

() Outras formas. Quais?
.....

40) Na cooperativa, são realizadas ações específicas para jovens mulheres?

() Não. Por que?
.....
.....

() Sim.

a- ações sociais:.....

b- ações técnicas:.....

c- ações econômicas: